

Ladislau Dowbor

Os Mecanismos Econômicos

São Paulo, 29 de março de 2014

Sumário

I – OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA.....	5
1 - A produção material.....	5
Agricultura e pecuária	5
Exploração florestal.....	7
Pesca	8
Mineração	9
Construção	11
Indústria de transformação	12
2 - As Infraestruturas	15
Transportes	16
Energia.....	17
Telecomunicações	19
Água.....	21
3 - Serviços de intermediação.....	23
Intermediação financeira	24
Intermediação comercial.....	27
Intermediação jurídica	30
Intermediação da informação	32
4 - As políticas sociais	35
Saúde	36
Educação.....	38
Cultura e informação	40
Turismo, lazer e esporte.....	42
Habitação social.....	44
Segurança.....	45
Considerações sobre a primeira parte: os setores de atividade econômica	48
II – O CICLO DE REPRODUÇÃO SOCIAL.....	51
1 - Fatores de produção	51
O Capital dinheiro	51
O Capital trabalho.....	52
O Capital natural.....	54
O Capital construído.....	55
O Capital conhecimento	56
O Capital social	57
2 – O processo produtivo.....	59
Produto Interno Bruto - PIB	59
Investimentos e consumo.....	61
As trocas externas.....	62
3 – A alocação de recursos	64
Os salários.....	66
Os lucros	69
A Fiscalidade	72
4- A conjuntura econômica.....	75
Os preços	77
O crédito	79
O câmbio.....	81
5 -A distribuição desigual.....	83
A renda familiar.....	84

A riqueza.....	86
O controle corporativo.....	87
Considerações sobre a segunda parte: o ciclo de reprodução social	89
III – RESGATANDO A GOVERNANÇA	95
1 - Os modelos.....	96
A república representativa	96
A social democracia.....	97
A democracia participativa.....	98
2 – O fim das simplificações	101
O “ <i>trickling down</i> ”	101
Os mecanismos de gestão e de regulação.....	103
A governança.....	107
Considerações sobre a terceira parte: resgatando a governança.....	110
CAMINHOS	114

*Não basta dizer que um outro mundo é possível.
Precisamos mostrar que uma outra gestão é possível.
O que propomos tem de funcionar.*

Estamos acostumados a entender muito pouco de economia. O que é estranho porque somos diariamente bombardeados com análises econômicas, com doudas explicações sobre por que o mercado “está nervoso”, sobre por que as coisas dão certo ou não, ou por que de repente nos encontramos sem emprego e sem renda. Mas os mecanismos, finalmente, não são tão complicados assim. O que complica, é que segundo os interesses e a vontade de se apropriar de um pedaço maior do bolo, ouvimos explicações contraditórias para cada coisa que acontece. O banqueiro diz que precisa subir os juros para ganhar mais, pois isto vai lhe permitir investir e dinamizar a economia para o bem de todos. O trabalhador diz que precisa ganhar mais, pois isto estimula a demanda, o que por sua vez gera investimentos e dinamiza a economia para todos. Todos querem, evidentemente, o bem de todos, se possível justificando a apropriação do maior pedaço possível para si.

Neste emaranhado de interesses, é possível explicitar como as coisas realmente funcionam? A mídia sem dúvida não ajuda, e curiosamente, ainda que a nossa vida dependa tanto do andamento da economia, nunca na escola tivemos uma só aula sobre os seus mecanismos. Este pequeno livro busca ajudar quem quer entender sem querer se tornar um comentarista de cabelos ralos e óculos imponentes. Vale a pena, pois se trata do nosso bolso.

Como a economia não é propriamente um “setor” de atividades, como educação ou agricultura, mas sim uma dimensão de todas as nossas atividades, é útil começar, como o famoso esquetejador de Londres, por partes. Estas partes, por sua vez, se articulam. Para usar uma imagem, o movimento do carro depende do motor, das rodas, da transmissão e outros componentes, que precisam ser entendidos individualmente – por exemplo como funciona um pistão – mas o movimento só existe na interação do conjunto. A economia neste sentido constitui um movimento que resulta do conjunto de iniciativas dos mais variados setores, e temos de ter uma noção da contribuição de cada um.

A ideia, aqui, portanto, é de vermos as partes, que chamaremos de setores, para depois ver como se articulam no ciclo econômico, e finalmente analisar os instrumentos de intervenção sobre o funcionamento do conjunto. É mecânica mesmo. O carro tem peças (os setores de atividade), estas peças se articulam para produzir movimento (o ciclo), e temos instrumentos como freio, direção e acelerador para obter o que desejamos – e frequentemente o que apenas alguns desejam (as políticas econômicas). Todos, aparentemente, querem o bem de todos, Mas a briga por quem fica no volante é feia, e em matéria de motorista então, a verdade é que temos muitos aprendizes.

I – OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

O mecanismo aqui é relativamente simples de entender. Como a economia não é uma atividade em si, mas uma dimensão de todas elas, antes de entender a economia temos de entender as próprias atividades. Trabalharemos aqui com quatro grandes áreas de atividade: produção material, infraestruturas, serviços de intermediação e políticas sociais. Para dar um exemplo, um produtor de melancia exerce o seu esforço numa unidade agrícola de produção, mas depende de infraestruturas de energia e transporte para atingir o mercado, precisará de intermediários para o financiamento e a comercialização, e nenhuma destas atividades funcionaria se não houvesse políticas sociais, como educação e saúde, para tornar as pessoas informadas e produtivas. Segundo onde dói o calo, as pessoas dizem que a grande solução está nas infraestruturas, outras dizem que é na educação, outras ainda que é na saúde, mas a realidade é que as quatro grandes áreas têm de funcionar de maneira equilibrada para que o conjunto funcione. Não adianta dizer para quem quer usar o seu carro, que está tudo bem, só falta o tubinho de combustível. A economia é um sistema de peças articuladas. Até o para-choque é importante.

1 - A produção material

A produção material é a que mais conhecemos, pois vemos os seus produtos nas prateleiras, ou nos prédios construídos. Basicamente, trata-se aqui de seis setores de atividade: agricultura e pecuária, exploração florestal, pesca, mineração, construção e indústria de transformação. Não vamos entrar aqui no detalhe de cada um dos setores, pois o exercício que propomos não é de apontar todos os problemas e soluções, mas de identificar as “peças” e as suas funções no conjunto. Descreveremos cada setor apenas o suficiente para possibilitar a compreensão mais geral.

O importante para nós, é que os setores de produção material se caracterizam geralmente por constituírem unidades empresariais, do setor privado, e reguladas por mecanismos de mercado. Dizemos ‘geralmente’ pois existem também sistemas cooperativos, gestão comunitária, produção para autoconsumo e outras formas de organização, mas que raramente se tornaram dominantes na atualidade. Importante ainda é lembrar que em cada setor, há atividades que se regem razoavelmente através de mecanismos de mercado, no livre jogo de interesses entre as empresas, mas que os sistemas de regulação e enquadramento por mecanismos públicos tornam-se cada vez mais importantes. Usa-se a imagem do passarinho na mão: se segurar com muita força esmaga, se a mão ficar muito aberta ele voa. Uma questão de equilíbrios.

Agricultura e pecuária

É natural vermos a agricultura como produção regulada pelo mercado. No entanto, a base da agricultura é solo e água, e ambos são recursos limitados. O Brasil tem aqui uma imensa reserva subutilizada. Neste país de 8,5 quilómetros quadrados, equivalentes a 850 milhões de hectares, temos cerca de 335 milhões de hectares em estabelecimentos agrícolas, dos quais 225 são efetivamente utilizados para a agricultura. Este uso é muito diferenciado: na lavoura temporária, que é a que produz o essencial dos nossos alimentos como arroz e feijão, usamos apenas 59 milhões de hectares. A lavoura

permanente, como laranjais, apenas 6 milhões de hectares. O resto, 160 milhões de hectares, é ocupado por pastagens. Com pouco mais de um boi por hectare, trata-se de uma gigantesca subutilização do nosso recurso solo. Como além disso dispomos no Brasil de 12% das reservas mundiais de água doce, ainda que distribuídos de maneira desigual, o Brasil tem aqui um gigantesco potencial de expansão, representando junto com as savanas africanas a maior extensão mundial de solo agrícola parado.

Esta subutilização está diretamente ligada à propriedade do solo. Basicamente 50 mil estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, ou seja 1% do total de estabelecimentos, concentram 43% da área (146,6 milhões de hectares). São os que mais subutilizam a terra. E como os grandes empregam pouco, reforça-se a pressão demográfica sobre as cidades. O desafio, portanto, é em grande parte o de cumprir a Constituição, que define o uso social da propriedade rural. Quando gigantes financeiros se tornam proprietários que não usam nem deixar usar, há uma perda de produtividade sistêmica para o país. Aqui, o mercado não resolve, é preciso ter uma política, melhorar e aplicar as leis.

As pessoas ainda pensam frequentemente na agricultura como setor “primário”, de pouco valor agregado. Na realidade, com as tecnologias modernas, o solo pode constituir uma base de produção tão sofisticada como as máquinas na indústria. A PNAD de 2012 estima que 13 milhões de pessoas estejam ocupadas na agricultura no Brasil, no mesmo nível que a indústria. Com 7 bilhões de habitantes no mundo, e 80 milhões a mais a cada ano, a demanda por alimento, ração animal, fibra e bioenergia explode no planeta. Entre a expansão da demanda e o potencial subutilizado desenha-se uma visão estratégica. E só exportaremos em bruto se quisermos.

O Brasil herdou um setor de agricultura familiar que assegura cerca de três quartos da base alimentar do país. Usa o solo de maneira intensiva, e ocupa pouca terra no seu conjunto. É um universo muito diferente dos gigantes do agronegócio, centrados na exportação, e diferente ainda dos que guardam a terra parada, com fins de especulação fundiária, atividade fragilmente disfarçada como “pecuária extensiva”. Com a pressão da demanda e o esgotamento das reservas mundiais de solo agrícola e água doce, um país como o Brasil que tem estas reservas, que não cobra impostos sobre a terra – o ITR, Imposto Territorial Rural é uma ficção –, sofre hoje uma invasão de interesses internacionais. Aqui também, é indispensável uma política no sentido amplo. A economia não gosta de vácuo.

Assim, neste setor, enquanto a produção pode ser sim regulada por mecanismos de mercado, com variações do preço do milho, por exemplo, a política de acesso à base produtiva que são o solo e a água deve ser organizada e regulada. E temos ainda amplos caminhos de atividade de política econômica, por exemplo o de generalizar o apoio tecnológico, comercial e financeiro à principal base rural que é a agricultura familiar, ou o de estimular o agronegócio a enfrentar a segunda revolução verde, com menos agrotóxicos e monocultura, maior valor agregado nos produtos e incorporação da sustentabilidade nos processos produtivos.

O que se constata aqui, portanto, é uma necessidade de se articular mecanismos de mercado com políticas públicas, com mais mercado na parte propriamente da produção, e mais política pública na parte de acesso aos principais fatores de produção, como solo, água e tecnologia. As simplificações do tipo “o mercado resolve” são portanto míopes, ao não ver a necessidade de um enfrentamento sistêmico dos desafios.

Exploração florestal

Esta necessidade de articular economia e política torna-se mais clara ainda na área da exploração florestal. A madeira pode ser produzida, e o Brasil possui hoje grandes plantações, essencialmente de pinus e eucalipto, ocupando cerca de 5 milhões de hectares. Esta atividade pode ser considerada como agricultura de prazo mais longo. Mas o essencial do problema está na exploração da madeira nobre. E aqui o mecanismo de mercado emperra.

Quando se tira um pé de mogno no sul do Pará (ainda que clandestinamente desde 2001), move-se uma máquina internacional de interesses. Primeiro, um pé de mogno em pé é um capital natural, de reprodução limitada. Quem o extrai não precisou produzir, e portanto trata-se mais de uma apropriação de valor do que de produção. Segundo, com as novas tecnologias, motosserras, tratores de esteira e semelhantes, a extração é dramaticamente acelerada. Terceiro, gerou-se uma máquina internacional de apropriação desta riqueza, com fortes enraizamentos na política nacional e local, que tritura literalmente as tentativas de proteção. O resultado é que a madeira nobre em geral, e não apenas o mogno, desaparece, aqui e no resto do mundo. Na África então, com governos frágeis e interesses internacionais poderosos, esquece.

Aqui a economia busca claramente apropriar-se da política, e das próprias leis. Podemos partir de um exemplo prático. A Friboi é da JBS, o maior grupo mundial na área de carne. O pesquisador Alceu Castilho constata: “Existe uma bancada da Friboi no Congresso, com 41 deputados federais eleitos e 7 senadores. Desses 41 deputados financiados pela empresa, apenas um, o gaúcho Vieira da Cunha, votou contra as modificações no Código Florestal. O próprio relator do código, Paulo Piau, recebeu R\$ 1,25 milhão de empresas agropecuárias, sendo que o total de doações para a sua campanha foi de R\$ 2,3 milhões. Então temos algumas questões. Por que a Friboi patrocinou essas campanhas? Para que eles votassem contra os interesses da empresa? É evidente que a Friboi é a favor das mudanças no Código Florestal. A plantação de soja empurra os rebanhos de gado para o Norte, para a Amazônia, e a Friboi tem muito interesse nisso. Será que é mera coincidência que somente um entre 41 deputados financiados pela empresa votou contra o novo código?”¹

A imagem do braço de ferro aqui é bastante útil. O Brasil em 2002 desmatou 28 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica. Em 2011, foram menos de 5 mil, o que representa ainda um desastre, mas também um imenso avanço. O sistema do agronegócio reagiu reforçando a bancada ruralista, e conseguiu truncar o código florestal, tornando legal o que era crime ambiental. A natureza não vota, não elege deputado federal. E desmatar é uma maneira mais rápida de chegar ao dinheiro.

Um outro conceito que ajuda a entender os mecanismos, é o de interesses articulados, de “clusters” de poder. O Arco do Fogo assim chamado porque representa o avanço dos interesses econômicos sobre a Amazônia com queimadas, forma um arco que vai do Pará até o Acre. As madeireiras se apropriam da madeira. Em seguida mobilizam peões da região para fazer as queimadas, o que limpa a terra e incorpora potássio ao solo, tornando-o temporariamente mais fértil, o que por sua vez mobiliza os interesses dos produtores e comercializadores da soja. Depois de alguns anos de monocultura, estes solos frágeis e sujeitos a chuvas torrenciais sem a proteção da vegetação, tornam-se pouco produtivos, o que abre espaço para a pecuária extensiva vista acima. E o ciclo

¹ Alceu Castilho, *Partido da Terra*, <http://dowbor.org/2013/04/ha-um-sistema-politico-ruralista-no-brasil-afirma-autor-do-livro-partido-da-terra-abril-2012-6p.html/>

tem de recomeçar avançando a fronteira de destruição. Entre os interesses nacionais e internacionais da madeira, da soja e da carne, gera-se assim um *cluster* de interesses comuns, e com a lei de 1977 que autoriza o financiamento corporativo das campanhas eleitorais, a própria legislação é apropriada.

O mecanismo econômico aqui é importante. Quanto mais as tecnologias avançam, mais caem os custos de extração, transporte e comercialização da madeira. E quanto mais escassas se tornam as madeiras nobres, mais se elevam os seus preços nos mercados internacionais. Estamos falando em milhares de dólares por tronco. O resultado, é que quanto mais uma espécie é ameaçada, mais as empresas tentam as extrair. Hoje o mogno tem extração controlada no Brasil, mas como é muito lucrativo o negócio, continua de maneira clandestina, enquanto o grosso da extração legal se deslocou para o Peru, onde foi mais fácil se apropriar das leis. Assim, a liquidação das espécies nobres é tanto mais lucrativa quanto mais se tornam escassas, levando à extinção. Não há nenhuma maldade particular das empresas envolvidas, é lógica econômica. Enquanto não houver sistemas públicos de limitação, e força suficiente para implementar a lei, a destruição deve continuar. E se as empresas são suficientemente poderosas para comprar legisladores, e com isto tornar a destruição legal, não há limites.

Pesca

A pesca industrial confirma estes mecanismos. Temos por um lado a pesca artesanal tradicional, que emprega milhões de pessoas pelo mundo afora, e que pela escala de atividades não prejudica a reprodução dos recursos pesqueiros, gera empregos, e fornece proteínas preciosas para as populações litorâneas. Por outro lado, o que se expandiu muito foi a pesca industrial, que usa grandes navios, sistemas GPS que permitem o mapeamento das rotas de cardumes, identificação de concentração de biomassa por satélite, enormes capacidades de estocagem de frio a bordo, redes grandes e resistentes com as novas fibras, sistemas de dragagem das plataformas marítimas que capturam tudo que é vivo, e deixam um deserto.

A lógica aqui é parecida com a da exploração das florestas. As novas tecnologias permitem a pesca em grande escala, e com custos muito reduzidos. A pesca industrial com isto ultrapassa os 90 milhões de toneladas por ano. Não há vida oceânica que resista. E como no mundo há uma demanda crescente, enquanto o volume de pesca dos peixes comercialmente mais interessantes escasseia, os preços sobem. Aqui também vemos os custos caírem, enquanto os preços sobem no mercado, tornando o processo mais lucrativo.

Do ponto de vista da empresa, dirigida por pessoas formadas e que entendem tudo de pesca, as opções são limitadas: se uma empresa decidir se limitar aos volumes de pesca sustentável – permitindo aos recursos pesqueiros se reconstituírem – ela sabe que outra empresa irá buscar o mesmo peixe. É uma situação em que enquanto não houver regras para todos, não haverá regras, apenas a exploração predatória.

No caso das florestas visto acima, há uma razoável possibilidade de regulação, pois as matas se situam em países com governos. e se estes puderem resistir às pressões das corporações, pode haver regulação, como é o caso parcialmente no Brasil. Mas no caso dos mares, tirando as zonas exclusivas nas costas, ninguém regula as águas internacionais. E não há governo mundial. Assistimos assim a sucessivas reuniões internacionais que pedem aos países interessados que limitem os volumes, mas os resultados são precários. O que se conseguiu até agora são algumas limitações sazonais,

redução de extração de algumas espécies mais ameaçadas, e a formação de uma zona de proibição total de pesca no Pacífico, visando assegurar espaços para os peixes se reproduzirem. Mas entre o avanço das tecnologias, o poder das corporações e os lucros gerados pela extração de uma riqueza que a corporação não precisou produzir, levando em conta a frágil governança internacional, a luta é desigual.

Com a exaustão crescente dos recursos, desenvolveu-se a produção de peixes em fazendas aquáticas, o *fish-farming*. Hoje quase a metade do peixe no mercado vem de produção industrial em fazendas deste tipo. A lógica aqui é um tanto parecida com as florestas plantadas, que ajudam, mas não resolvem. No caso das fazendas aquáticas, o problema é que o peixe é confinado e precisa ser alimentado, o que por sua vez exige a captura de peixes para fabricar a ração. O resultado é, por exemplo, o salmão que compramos no mercado, e cuja cor característica se deve ao corante acrescentado, pois salmão em cativeiro não adquire naturalmente a cor do peixe solto na natureza. Ainda que muitos apresentem a criação em cativeiro como solução, a situação é bastante absurda, pois os mares e oceanos já representam um gigantesco sistema natural de reprodução, não era preciso destruí-lo.

Ponto importante, o esgotamento dos recursos pesqueiros naturais e sua substituição por peixes criados em cativeiro destrói os milhões de empregos da pequena pesca artesanal, e todos serão obrigados a comprar das corporações que gerem os latifúndios aquáticos. As soluções econômicas nunca são apenas econômicas, sempre têm implicações sociais. Cerca de 300 milhões de pessoas vivem, ou viviam, da pesca artesanal no mundo. É só acompanhar os seus relatos sobre a diminuição dos recursos nas costas para entender o drama.

Vemos aqui, indo de setor em setor, problemas bastante parecidos: a empresa naturalmente busca maximizar o lucro, e a concorrência de outras empresas a leva a acelerar a extração, antes que outra empresa agarre o produto. O solo, a água, a madeira, o peixe, são bens herdados da natureza, cujo custo de produção as empresas não tiveram de enfrentar, e passa a prevalecer a lógica do mais forte, de quem chega primeiro. O belíssimo ébano vê hoje desaparecer as últimas árvores no Madagascar. A compra de imensas regiões com solo e água, na África, no Brasil, na Europa do Leste e outras regiões, por parte de grandes corporações, apostando na futura valorização e no controle que permitirá sobre recursos escassos, faz parte desta lógica.

O desafio de uma humanidade fadada a aprender a limitar a exploração da natureza, é que não temos governança planetária – a fragilidade da ONU é bastante evidente – mas temos sim corporações planetárias, e interesses ilimitados.

Mineração

O caso da mineração deixa este processo particularmente claro. Por definição, trata-se de recursos naturais, ou seja, da natureza. Não constituem propriedade no mesmo sentido em que sou proprietário da minha bicicleta, porque a comprei. Os nababos da Arábia Saudita e outros países esbanjam suas fortunas, constroem elefantes brancos, com os royalties do *seu* petróleo. A minha bicicleta, eu trabalhei, ganhei dinheiro e comprei. No caso do petróleo, estão simplesmente sentados em cima, e vendem os direitos de extração. E se dizem *produtores* de petróleo, como se fosse um produto, e não o acúmulo natural que durou mais de cem milhões de anos. Trata-se aqui essencialmente atividades extrativas, mais do que produtivas.

Recursos energéticos como carvão, petróleo e gás, minerais metálicos como ferro, zinco ou alumínio, não metálicos como os fosfatos, minerais raros como o molibdênio e

outros, tudo isto constitui de certa forma o sangue da economia moderna. E não nos colocamos muito a questão de como são apropriados, transformados e comercializados.

A dimensão política é aqui dominante. A forma como o Brasil resistiu à apropriação do petróleo pelas corporações multinacionais, ainda nos anos 1950, com a imensa campanha “o petróleo é nosso”, ou as hoje iniciativas semelhantes na Venezuela, na Bolívia, no Equador e outros, têm a ver não só com a eficiência de extração, mas sobre tudo com quem se apropria do recurso, e com que fins. Com uma penada a propriedade do minério de ferro controlado pelo Estado através da Vale do Rio Doce foi entregue a um particular, Eike Batista, que fez fortuna vendendo um minério que nunca precisou produzir, e que claramente pertence a um país, e não a um particular. Análise da negociata e das incompetências a parte, temos aqui de repensar a lógica do setor: é um recurso natural e não renovável. Constitui neste sentido um bem comum, cuja apropriação precisa ser baseada na lógica do interesse social e de longo prazo.

O problema é que é difícil pensar no longo prazo e no interesse social quando se é uma grande corporação cujos acionistas exigem lucro a curto prazo, ainda mais quando muitos dos acionistas são na realidade grandes investidores institucionais, ou seja, bancos e fundos de investimento. Aqui tampouco adianta muito pensar em gente bem ou mal intencionada. Um diretor de empresa que não maximiza os resultados no sentido estreito – lucro – terá vida curta na empresa. Na corporação não mandam os técnicos e pesquisadores, e muito menos os responsáveis pelo departamento de responsabilidade social e ambiental com os seus códigos de ética. Mandam os departamentos financeiro, jurídico e de marketing. E por trás deles, os grupos financeiros que fixam, através dos seus representantes no conselho de administração, as metas financeiras a serem atingidas. Em inglês fica mais claro: não se preocupam com os *outcomes*, resultados amplos econômicos, sociais e ambientais para todos nós, e sim com os *outputs*, ou seja com o resultado para os acionistas.

Na área da mineração isto é bastante evidente. Os golpes de Estado tentados ou realizados se deram recentemente na Líbia, no Oriente Médio, na Venezuela, no Equador, no Sudão, todos donos de amplas reservas de petróleo. A tragédia do Irã data da ditadura instalada pelos britânicos e pelos americanos ainda nos anos 1950, para impedir a nacionalização do petróleo, na mesma época, curiosamente, em que saíamos às ruas na campanha do “petróleo é nosso”. A Arábia Saudita, onde as mulheres são proibidas de dirigir e onde se cortam as mãos de um autor de furto (hoje com bisturi, não mais no facão) mas se permite tudo às corporações, é considerada como regime amigo e portanto democrático.

Aqui há muito pouco espaço para mecanismos de mercado. Trata-se de gigantes corporativos mundiais, de negociações políticas, de intervenções armadas e semelhantes que definem as regras do jogo. O excelente relato de um ex-economista chefe de grande corporação da área, John Perkins, apresenta de forma clara como se dão as negociações, como se configuram as regras do jogo. Se chama de *mercado* de minérios ou de energia, porque o nome faz parecer que há concorrência, rasteiras sem dúvida, mas no conjunto um jogo onde o melhor ganha. Não há concorrência no sentido econômico, o que há são relações de poder, uso de exércitos oficiais ou privados (no Iraque o sistema terceirizado de corporações militares privadas como Blackwater é maior do que o aparato

propriamente militar)². Não há nenhuma lei econômica que explique que no decorrer de uma década o preço do barril de petróleo tenha dançado entre 17 e 148 dólares.

Veremos mais adiante como funciona a parte comercial das *commodities* deste tipo. O que a visão de conjunto do setor nos aponta, é uma guerra planetária crescente por recursos que estão minguando, enquanto a demanda mundial se amplia, e os impactos indiretos como o aquecimento global se agravam. As futuras gerações, que serão privadas dos recursos esgotados, mas herdarão os impactos ambientais, evidentemente não estão aqui para votar.

Construção

Estamos aqui apresentando rapidamente os diversos setores, porque não se pode falar de “ciência econômica” no abstrato, sem entender as engrenagens. De certa forma, é melhor partir de como funcionam os setores concretos de atividade, para depois gerar uma visão de conjunto e entender as articulações. Grande parte do debate econômico se dá sobre generalidades demasiado amplas para serem significativas. Afloram facilmente os ódios ideológicos, é o figado que fala, não a cabeça. A ideologia é frequentemente um útil substituto ao conhecimento.

Na área da construção, temos, como em outros setores, pequenos produtores, que constroem casas, realizam pequenas obras nas prefeituras e coisas do gênero. E temos as musculosas corporações como a Odebrecht, a OAS e mais algumas que dominam as grandes obras. Enquanto os pequenos concorrem realmente entre si, e podemos falar de mecanismos de mercado, o universo dos grandes funciona de maneira diferente, tanto aqui com as empresas mencionadas, como nos Estados Unidos com a Halliburton, e corporações semelhantes em diversas partes do mundo. A Halliburton emprega diretamente 60 mil pessoas, tem presença em 80 países, e elegeu Dick Cheney, seu presidente, para vice-presidência com George Bush nos Estados Unidos. Herdou os maiores contratos de reconstrução do Iraque, bem como contratos de exploração de petróleo.³

Neste setor é tradicional a confusão entre interesses públicos e privados. O mecanismo básico é simples. Se tomarmos o exemplo dos sucessivos malufismos na cidade de São Paulo, o prefeito e boa parte da Câmara foram reeleitos com muito dinheiro das construtoras e montadoras. Eleitos os amigos, aprovam-se as obras, basicamente de interesse das próprias empreiteiras, como viadutos, elevados, túneis e outras infraestruturas que, em nome de melhorar o trânsito, apenas paralisam progressivamente a cidade. Corredor de ônibus não rende para quem quer faturar com concreto, e metrô entra em concorrências internacionais, o que dificulta o sobrefaturamento. E o sobrefaturamento, que frequentemente multiplica o preço das obras várias vezes o que realmente custou, permite financiar tanto a fortuna pessoal dos políticos, como financiar a campanha eleitoral seguinte. É assim de simples.

Existem, é claro, as concorrências públicas. Mas com um número de grandes empresas que se contam nos dedos, basta se acertarem na fila de quem obtém qual contrato, a

² A pesquisa sobre as ramificações e funcionamento da Blackwater (hoje renomeada como Academi), do jornalista Jeremy Cahill, foi publicado no Brasil em 2009 pela Companhia das Letras. A empresa tem bases paramilitares em diversos países da América Latina.

³ Sobre a Halliburton, ver <http://www.halliburtonwatch.org/>; a empresa, que lida com petróleo, engenharia e construção, tem forte presença também no Brasil. Também utiliza forças paramilitares da Academi (antiga Blackwater).

escolhida faz uma proposta com preços sobrefaturados, enquanto as outras apresentam preços astronômicos. A melhor ganha. Chamam isto de mercado das grandes obras.

Naturalmente, este tipo de priorização das obras e escolha dos executantes tem pouco a ver com mecanismos de mercado, em que a concorrência leva à escolha do projeto com melhor relação custo/benefício. Uma primeira consequência, é que grandes discursos de denúncia de corrupção que apontam para os políticos, mas não para as empresas que financiam as campanhas e corrompem a política, deformam a realidade. Quando o dinheiro passa de uma mão para outra, há duas mãos em jogo. Outra consequência, é que as grandes corporações beneficiadas são também grandes anunciantes, e haverá tanto mais anúncios (e apoio aos candidatos) quanto mais a mídia for subserviente. A publicidade é a forma pela qual a mídia obtém a sua parte do sobrefaturamento. Organiza-se a cidade para as empreiteiras e o automóvel.

Em termos práticos, o transporte coletivo de massa, que é a solução óbvia para qualquer metrópole, fica numa semi-estagnação, prejudicando toda a população. O resultado é uma cidade paralisada, com esgotos a céu aberto que poderiam ser rios que humanizam a cidade, enquanto regiões inteiras ficam inundadas todos os anos por chuvas imprevistas e semelhantes. Isto na cidade mais rica da América Latina, que dispõe de excelentes técnicos e institutos de pesquisa. Não são eles que decidem das obras. O Tribunal de Contas da cidade de São Paulo apenas rejeitou uma prestação de contas, a da Luiza Erundina. A grande corrupção é suficientemente forte para gerar a sua própria legalidade.

Onde funciona a indústria da construção de maneira adequada, não é porque se deixou agir “as livres forças do mercado”, mas porque foram criadas fortes instituições de democracia participativa, assegurando transparência e controle por parte da cidadania. Na própria cidade de São Paulo, a nova obrigatoriedade do Plano de Metas submetido à população, e a criação de Conselhos Representativos nas Sub-Prefeituras, constituem primeiros passos. Não há milagre de mão invisível, grandes recursos exigem controle e transparência, processos mais democráticos, democratização das próprias decisões econômicas, bem como a geração de capacidades de planejamento a médio e longo prazos, que é o que permite ventilar as opções e evitar os fatos consumados. O que não impede que para milhares de pequenas obras realizadas por pequenas empreiteiras locais, seja melhor deixar agir as negociações diretas entre contratantes. Esta dualidade entre gigantes que formam um oligopólio, e milhares de pequenas empresas, vamos encontrá-la nos mais diversos setores. Todos são iguais no mercado, mas como escrevia Orwell, alguns são mais iguais que os outros.

Indústria de transformação

A indústria de transformação, que produz desde carros a brinquedos e papinhas para bebês, mas também metralhadoras e desfolhantes químicos, além de um sem-número de bugigangas de utilidade duvidosa – vendidas às custas de um massacre publicitário - constitui uma área onde o mercado, através da concorrência, ainda funciona razoavelmente.

A razão é simples: a concorrência representa sim um instrumento regulador importante, ainda que para um conjunto cada vez mais limitado de setores. Como serve de ponto de referência para muita gente, é útil explicitar o mecanismo, como vem no texto de 1776 em Adam Smith. Um padeiro, pensando no próprio bolso e não na fome dos pobres, produzirá bastante pão, para que o negócio renda. E terá de ser de razoável qualidade, senão as pessoas não irão comprar. E se o padeiro cobrar muito caro, aparecerá outra

padaria na vizinhança, para vender mais barato. Assim, por procurar cuidar dos seus interesses, o padeiro vai assegurar pão em quantidade, com qualidade e preços razoáveis. Apesar dos volumes escritos para refutar o argumento, o fato é que o mecanismo funciona. E funciona porque é muito fácil abrir outra padaria na esquina seguinte. Não vai aparecer outra Friboi na esquina.

A questão não está em saber se este mecanismo funciona ou não, mas sim em que circunstâncias funciona, e para que produtos. Para já, como vimos acima, não funciona para recursos de oferta limitada, ou recursos não renováveis. Não vai aparecer mais ébano nas florestas porque o preço no mercado da madeira subiu, nem mais baleias nos oceanos para satisfazer um maior apetite dos japoneses. Onde o mercado funciona, na sua dimensão racionalizadora através da concorrência, é para pão, camisetas, brinquedos, sapatos e outros produtos onde frente ao aumento de preços no mercado a oferta pode reagir rapidamente oferecendo mais produtos.

O problema é que a indústria tem um papel cada vez mais limitado nas nossas economias. A totalidade da mão de obra industrial nos Estados Unidos não chega a dez por centos da população ativa, isto incluindo a mão de obra burocrática das empresas industriais. Com a automação que as novas tecnologias permitem, vemos os produtos industriais de consumo de massa abarrotando não só a 25 de Março mas qualquer mercado equivalente em qualquer parte do mundo. As nossas necessidades, e o peso relativo dos diversos processos produtivos, estão se deslocando para outro tipo de consumo, como saúde e educação, onde o mercado simplesmente não funciona, conforme veremos adiante. Aqui queremos marcar o fato que os produtos industriais onde a concorrência funciona são hoje bastante restritos.

Como a concorrência tende a baixar os preços, e com isto também os lucros, os grandes grupos no sistema econômico vigente buscaram mecanismos que têm uma fachada de mercado, mas que funcionam de maneira diferente. Basicamente, o que está mudando as regras do jogo é um conjunto de iniciativas que restringem o acesso aos produtos, o que inverte as vantagens do padeiro de Adam Smith. Aliás, quem tomou um café acompanhado de um pão com manteiga no aeroporto de Congonhas, pagando 15 reais, deve se perguntar com que matéria prima preciosa são feitos estes produtos. Em economia chamamos isto de monopólio de localização. O cliente não tem alternativa. A monopolização, ou a formação de oligopólios, tem justamente esta característica central: não temos alternativas. Mas naturalmente, como se trata de livre mercado, temos sempre a opção de não comer.

Os mecanismos para cercear os mecanismos de mercado são inúmeros e criativos. Para os produtos farmacêuticos temos patentes (20 anos, nesta era de transformações tecnológicas aceleradas), que permitem manter preços astronômicos porque outras empresas são proibidas de produzir; para as grandes marcas, temos a proteção legal, o que permite que se venda a 150 dólares um tênis que custou 10 dólares na proteção, ou 600 reais uma bolsa fabricada por bolivianos no Pari, mas que aparece com uma *griffe* famosa; alguns setores conseguem, através de pressões políticas, restringir as importações, o que permite ao cartel do automóvel, por exemplo, manter preços excepcionalmente elevados no Brasil.

E publicidade joga um papel fundamental. É impressionante, por exemplo, tanta gente da classe média comprar água Nestlé em supermercados, quando qualquer filtro razoável assegura água da mesma qualidade, com um custo e impacto ambiental incomparavelmente menores. Pagar royalties aos suíços por água brasileira é bastante impressionante. O marketing moderno, tendo à disposição os modernos meios de

comunicação, assumiu um papel chave na deformação de atitudes de consumo, ao vender estilo de vida e empurrar mudanças comportamentais. Haveria uma gigantesca área de oportunidades no fornecimento de informações adequadas ao consumidor, introduzindo transparência onde domina a manipulação, mas não há recursos para isto, pois o que financia a publicidade é o preço que pagamos no produto. Neste setor funciona portanto o mercado, mas de maneira limitada, mediado por uma máquina mundial de geração do chamado consumismo. O valor gerado para nós, curiosamente, é cada vez menos a utilidade do uso do produto, e sim o ato de compra.

Sobrevoamos aqui muito rapidamente seis áreas de produção material, agricultura e pecuária, exploração florestal, pesca, mineração, construção e indústria de transformação. Constatamos que de forma geral predominam aqui os mecanismos de mercado, mas que não são suficientes. Uma reorientação básica que se coloca, é que precisamos aprender a utilizar de maneira inteligente e sustentável os recursos não renováveis, pois com 7 bilhões de habitantes, e 80 milhões de pessoas a mais a cada ano, todos querendo consumir mais, o planeta não aguenta. A própria cultura de consumismo obsessivo, empurrada pelos meios de comunicação, nos leva ao colapso. O caminho é conhecido: do sistema linear em que esgotamos os recursos naturais, produzimos de maneira não sustentável, consumimos além do que precisamos, e contaminamos o meio ambiente com os resíduos, temos de evoluir para um sistema circular em que os resíduos de um ciclo produtivo servem de matéria prima para o ciclo seguinte, evitando tanto o esgotamento dos recursos como a contaminação do planeta.

Uma outra visão que resulta desta análise, é que está se gerando um desequilíbrio entre as formas tradicionais de produção, com muitas empresas pequenas ou familiares, que geram de longe o maior número de empregos, e os gigantes corporativos planetários que por estarem no espaço mundial não são controlados em lugar algum, e que inundam os mercados mundiais com produtos gerados por quem aceita salários mais baixos, ou cobra menos impostos, ou ainda o que for mais tolerante para as transgressões ambientais, provocando a chamada corrida para baixo, com guerras fiscais, desastres ambientais e conflitos sociais. Os grandes grupos deixam pouco para o país onde funcionam, a geração de emprego é muito limitada, pagam poucos impostos, e acompanham a linha de menor resistência dos governos, apropriando-se, pelo peso financeiro das suas atividades, do próprio processo legislativo, e frequentemente do judiciário.

Uma atenção crescente tem sido dada às relações interempresariais. Nenhuma empresa de carros, por exemplo, vai comprar “no mercado” as peças que precisa: a linha de montagem depende de um universo de acordos interempresariais de fornecimento de componentes, onde são previamente especificados todos os parâmetros dos produtos. No caso de uma empresa automobilística, tipicamente a montadora gere uma galáxia de cerca de 4 mil empresas fornecedoras, com planejamento de médio e longo prazo, o que nos leva a um sistema em que o que chamamos ainda de mercado em várias áreas seria melhor caracterizado como planejamento interempresarial. No mínimo, é um mercado “viscoso” e não fluido, e estas galáxias, como as chamam os estudos da ONU, passam a ter forte presença política. Voltaremos a isto ao falar de mecanismos de gestão.

Gera-se ainda um sistema interdependente planetário. Quando alguns portos da costa Leste dos Estados Unidos entraram em greve, rapidamente empresas das mais diversas regiões dos Estados Unidos precisaram paralisar a produção, por falta por exemplo de um componente que era produzida na Indonésia. Com segmentos da cadeia produtiva

espalhados pelo planeta, e minimização de estoques para evitar custos financeiros – estamos na era do *just-in-time* – os risco sistêmico do conjunto torna-se crescente. Aqui não é questão de demonizar, mas de entender como evoluem os mecanismos, e gerar os contrapesos necessários. Em particular, todo o sistema de unidades produtivas passa a depender vitalmente das redes de infraestruturas.

2 - As Infraestruturas

A área de produção material que vimos acima se organiza essencialmente em unidades empresariais. São predominantemente de propriedade privada, mas é interessante constatar que também nas experiências socialistas a produção material era organizada em unidades empresariais, ainda que de propriedade social. Juntar a atividade de centenas ou até de milhares de pessoas de maneira organizada, com uma precisa divisão interna de tarefas, com um objetivo claramente definido, é muito produtivo.

As infraestruturas consistem essencialmente em redes de transporte, de comunicações, de energia e de água. Estes quatro setores são essenciais para a articulação do conjunto das unidades produtivas. Podemos utilizar a imagem do carro, que tem unidades como motor, tanque de gasolina, faróis e semelhantes. Para o carro funcionar, o carro precisa ter um circuito elétrico que conecta todas as unidades, sistemas de circulação do combustível, sistema de transmissão, enfim, redes de “infraestruturas” que conectam as unidades e asseguram a funcionalidade do conjunto. Imagine-se a economia do país sem energia.

É importante distinguir entre as infraestruturas e os setores das atividade de produção material vistas acima, pois o seu papel é diferente. Trata-se de redes. A eletricidade tem de chegar a cada máquina, a cada quarto de 60 milhões de domicílios, a cada poste de luz. A água tem de chegar a cada torneira, através de sistemas de captação, grandes adutoras, distribuição intermediária e final, e depois canalização, tratamento, eventual reutilização e assim por diante. São imensas teias que cobrem o país, nas diversas modalidades de transporte, nos diversos sistemas de acesso à comunicação, água e energia.

Trata-se aqui, em geral, de sistemas predominantemente públicos, desenvolvidos de maneira planejada para ter coerência sistêmica, e articulados em redes interdependentes, como vemos no caso das interconexões do sistema de energia elétrica. O seu caráter público pode ser constatado na maioria dos países, e em particular nos países onde funcionam melhor. Não por alguma razão ideológica, mas por tratar-se de sistemas de articulação de todo o território, com visão de longo prazo. Regiões atrasadas onde não renderia para uma empresa privada instalar um sistema de transportes, são justamente as regiões onde devem ser instaladas com prioridade, para tornar os investimentos mais viáveis e evitar desequilíbrios regionais. As infraestruturas constituem serviços públicos por excelência. Quando são apropriadas por grupos privados, resultam por exemplo nos absurdos da prioridade ao transporte individual em cidades como de São Paulo, como vimos acima, porque não se fez os investimentos de acordo com o interesse público. São opções de privatização que geram os chamados “custos Brasil”, pois infraestruturas caras ou inadequadas, ou ambas, tornam toda as atividades econômicas mais caras, ao distribuir os custos para todos os setores.

Transportes

Quando olhamos o mapa econômico e demográfico do país, ficamos impressionados com a dimensão costeira dos nossos principais centros. Se excetuarmos a região de Belo Horizonte, constatamos que quase todas as nossas capitais, de Manaus a Porto Alegre, são cidades portuárias, incluindo aqui obviamente o eixo São Paulo-Santos. No caso dos transportes de mercadorias, os custos da tonelada/quilômetro são incomparavelmente mais baratos quando se transportam por água, sobretudo produtos de relação valor por tonelada relativamente baixa como é o caso de grande parte dos bens transportados. A solução óbvia, em termos econômicos, e a de assegurar um sistema bem desenvolvido de transporte por água.

Com os sistemas modernos de contêineres, de terminais portuários especializados, de articulação dos portos com o sistema ferroviário, de *tagging* eletrônico das cargas, é possível transportar as nossas mercadorias não alguns pontos percentuais mais barato, mas tipicamente duas ou três vezes mais barato. O assim chamado transporte de cabotagem, interligação permanente dos diversos portos e regiões com linhas de navios de carga, permitiria, ao baratear as trocas, uma articulação muito mais densa das diversas regiões do país.

Na visão de um sistema intermodal de infraestruturas de transportes, os portos precisam por sua vez ser conectados com grandes regiões do interior, inclusive as que precisam mais se conectar, através de eixos ferroviários, numa malha que assegure não só a conexão das grandes regiões do interior com os centros litorâneos, mas destas regiões entre si. O caminhão e a estrada são sem dúvida necessários, mas para carga fracionada e distâncias curtas, redistribuindo por exemplo uma carga que chegue a Belo Horizonte por trem, para os pequenos centros da região. Utilizar estrada e caminhão para a grande massa de transportes pelo Brasil afora, gastando diesel e asfalto, gera custos muito elevados para os produtores do interior. A soja produzida no Mato Grosso do Sul pode ser competitiva ao sair da fazenda, mas chega a Paranaguá, com o ônus do transporte, com custos proibitivos.

Os mesmos leitos ferroviários permitem por sua vez o transporte de passageiros entre regiões. A China está construindo 13 mil quilômetros de trens de grande velocidade, a Europa já construiu a sua malha básica. O avião passa a ser utilizado para grandes distâncias, enquanto as capitais regionais são conectadas com trajetos tipicamente de duas horas. Chega-se no centro da cidade, numa estação conectada com o metrô. Pede-se ao passageiro, por exemplo em Paris, para uma viagem internacional para Milão, que cheguem pelo menos cinco minutos antes da partida, e não duas horas antes como no aeroporto. No trem há acesso internet, vagão restaurante. Para viagens mais longas, trens noturnos vêm com camas. São sistemas públicos. No caso da China, com eletricidade produzida com carvão, é até bastante problemático. Mas para um país como o nosso, com sólida base de energia hidrelétrica, sairia naturalmente muito mais barato para todos e muito melhor para o meio ambiente. E economizaria tempo, que é um recurso não renovável de todos nós.

Não há nada de misterioso nesta visão, amplamente estudada, tanto que já aparece no plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte, Educação) de 1948, e no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Inclusive, como o país dispõe de aço, de uma ampla infraestrutura siderúrgica, metalúrgica e de mecânica pesada, a modernização dos portos, a criação ou dinamização de estaleiros navais, a produção de trilhos e a construção de ferrovias geraria uma dinamização de grande parte do parque produtivo do país, como já se constata nos programas incipientes dos governos Lula e Dilma.

A dimensão do transporte de passageiros nas cidades espanta igualmente pela irracionalidade das opções. Apenas em 2013 surge um grande movimento de resgate da mobilidade urbana, quando as grandes cidades se encontram praticamente paralisadas. O paulistano médio passa duas horas e quarenta minutos do seu dia no trânsito, numa cidade que para por excesso de meios individuais de transporte. A opção pelo transporte individual de passageiros não se deve, conforme vimos, a qualquer estudo de racionalidade de transportes, e sim à apropriação da política pelos interesses articulados das montadoras e das construtoras. Quando há uma grande massa de pessoas a transportar, sai incomparavelmente mais barato utilizar transporte de massa.

O carro em si não é um problema, quando usado para lazer, compras da família e semelhantes. O absurdo é utilizar o carro para levar milhões de pessoas mais ou menos às mesmas regiões no mesmo horário. Depois estes carros ficam parados 10 horas, entulhando as ruas, para enfrentar novos engarrafamentos no final do dia. É tão absurdo que parece infantil. E no entanto a cidade mais moderna, e de nível mais elevado de educação, votou sistematicamente segundo os interesses eleitorais das empreiteiras e das montadoras, cavando túneis e criando elevados e viadutos, como se vários andares de carros fossem alguma solução.

Não é ignorância, tanto assim que as soluções adequadas baseadas no metrô já existem em boa escala desde o início do século passado em muitas cidades. É apropriação privada de interesses públicos, através do controle dos executivos, dos legislativos e do judiciário. Aqui a solução não está no “mercado”, e muito menos na privatização, mas no resgate da dimensão pública do Estado, tirando os interesses corporativos de dentro dos ministérios, dos legislativos e dos tribunais. A construção de uma matriz coerente de infraestruturas de transporte no país envolve uma visão planejada, sistêmica e de longo prazo, sustentada na sua execução por vários governos sucessivos. A Europa fez, a China está fazendo, porque não nós?

Melhorar as infraestruturas reduz os custos de todos os setores, gerando as chamadas “economias externas”, ou seja, economias que são realizadas fora da empresa. Ter milhões de carros parados, gastando combustível e gerando doenças respiratórias, é tipicamente uma opção que torna a vida mais cara – e desagradável – para todos. A opção do metrô, além de mais barata, mais rápida e menos cansativa, usa eletricidade, que não gera nem ruído nem emissões. Tanto para o transporte de pessoas, como de mercadorias, uma política de infraestruturas é indispensável.

Energia

Em termos de fontes (oferta), o Brasil é um país privilegiado, mas em termos de uso (demanda) é bastante irracional. E está progredindo rapidamente em termos de distribuição. Vejamos primeiro as fontes: a divisão é entre fontes renováveis e não renováveis. As não renováveis representam 52,7% da oferta, sendo 37,9% de petróleo e derivados, 8,7% de gás natural, 4,7% de carvão mineral e derivados, e 1,4% de energia nuclear. As renováveis representam 47,3% da oferta, sendo 15,2% de energia hidroelétrica e hidráulica, 10,1% de lenha e carvão vegetal, 18,2% de derivados de cana de açúcar, e 3,8% de outras renováveis. São dados de 2009, do Balanço Energético Nacional 2010.⁴ Estas cifras são fortes, veja-se que o Brasil apresenta 47% de energia

⁴ <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/TEXT0-1-Emilio-La-Rovere-AltEnergBrasil-REV.doc> A publicação, Energias Renováveis no Brasil, traz capítulos de Emilio La Rovere, Luis Pinguelli Rosa, Ignacy Sachs e Ladislau Dowbor., disponíveis na íntegra em <http://dowbor.org/livros-em-colaboracao> - Editora Brasileira, Santos, 2011

renovável na sua matriz, enquanto a média mundial é de 12,98% e a média dos países desenvolvidos (OCDE) é de 6,7%.

A presença da energia renovável hoje tornou-se central pela pressão da mudança climática. Apesar de algumas vozes céticas, amplamente divulgadas pelas grandes associações de produtores de carvão e de petróleo, o fato é que a situação está se tornando crítica no planeta. Ultrapassamos o patamar simbólico de 400 ppm em termos de gases de efeitos de estufa, o que nos leva rapidamente – rapidamente aqui é em poucas décadas – para muito além dos dois graus de aquecimento, considerados o limite antes de impactos catastróficos. Não é aqui o lugar para discutir a mudança climática, e sim o fato que pela primeira vez a humanidade é desafiada por mudanças estruturais, de longo prazo, e planetárias. Não temos governo planetário – apenas uma sucessão de reuniões mundiais sem poder decisório – e nem a cultura do longo prazo. São quase 200 governos, cada um preocupado com a sua sobrevivência no quadriênio, e gigantes corporativos interessados no maior lucro no melhor prazo, confirme vimos acima na parte dos recursos naturais. Está se gerando um hiato de governança cada vez mais preocupante.

Esperar soluções de auto-regulação por parte das corporações não é apenas uma ilusão política, é uma incompreensão de como se dá o processo decisório na chamada governança corporativa. A realidade é que onde há uma política de energia renovável, é em razão de forte intervenção de políticas públicas, e resultando de pressão sistemática das organizações da sociedade civil. Como no caso da Dinamarca, onde houve amplos investimentos em energia renovável, particularmente eólica, é uma visão política, civilizatória, de proteção da natureza e da humanidade, que se tornou o “norte” do processo decisório. Não é necessariamente ir *contra* as empresas, mas assegurar sim parâmetros de regulação e financiamentos que tornem a mudança de rumos viável para as próprias empresas. A democratização da economia significa aqui que os interesses econômicos tenham de coincidir basicamente com os interesses da população, no que tem sido resumido no conceito de desenvolvimento sustentável.

Do lado da oferta, temos também nos últimos anos uma forte, ainda que insuficiente, política de investimentos na diversificação de fontes renováveis no Brasil. Construir este equilíbrio não virá, evidentemente, sem uma visão de longo prazo, e são investimentos públicos que podem arcar com os financiamentos subsidiados iniciais, inclusive a pesquisa, além da construção de um plano nacional de recursos energéticos.

Do lado da demanda, a irracionalidade é profunda. A deformação maior vem da opção de uso de caminhões movidos a diesel para transporte de carga em longa distância, em vez de transporte ferroviário elétrico, do uso do avião para distâncias médias em vez do trem de grande velocidade, do uso de carros particulares em vez de transporte de massa eletrificado, de uso generalizado de chuveiros elétricos em vez de aquecimento solar – exigindo complementação de termoeletricas para cobrir os picos de uso. Sem dúvida é importante para a economia, e em particular para as empresas, vender caminhões, carros e chuveiros elétricos, mas são visões de curto prazo que reduzem a competitividade do país ao gerar altos custos disseminados em todas as cadeias produtivas.

As privatizações, aqui, ainda que permitam por vezes maior eficiência gerencial, buscam esta eficiência em termos de resultados *para a empresa*, e não necessariamente para a sociedade. No Brasil a privatização felizmente foi limitada, e buscou-se uma solução que em termos gerenciais é interessante: a geração continua pública, os grandes investimentos são públicos ou em parceria mas executados por empresas privadas, a distribuição foi privatizada, e o conjunto deveria se equilibrar através de uma agência

reguladora. Compreensivelmente, a guerra pro quem controla a agência reguladora é forte, e a visão do interesse público nem sempre predomina. São novas arquiteturas organizacionais em construção.

O que sim temos de deixar bem claro, é que pensar que vai se abrir mais ou menos poços de petróleo, construir mais ou menos ferrovias, em função de variações da oferta e procura, não faz sentido. O mercado, aqui, como mecanismo regulador, não funciona, e o cálculo econômico tem de ser sistêmico. Quando propagandearam que com a privatização da distribuição os consumidores poderiam escolher de quem comprem a eletricidade, francamente, é brincar com os fatos. Energia não se compra no supermercado. E uma iniciativa como o Luz para Todos, que tirou literalmente da escuridão milhões de pessoas, nunca seria do interesse de um grupo privado, ainda que seja essencial para o futuro das famílias e a produtividade sistêmica do país.

Um ponto importante, e que preocupa as pessoas, e que se refere ao Pre-Sal. Ao optar pelo regime de partilha e não de concessão, ou seja, mantendo a propriedade pública do petróleo, e ao aprovar a lei que destina o grosso dos recursos que serão obtidos para a educação, um tipo de alavanca para o futuro, em vez de buscar ser uma “potência exportadora” que vende o seu futuro e importa produtos de luxo, o país tomou rumos que me parecem de bom senso. Um fator fundamental, aqui, é que se conseguiu evitar a privatização da Petrobrás, ficando em mãos públicas não só a empresa como o conhecimento tecnológico, permitindo equilibrar as negociações com o poderoso sistema internacional.

Telecomunicações

As telecomunicações trazem a mais profunda e dinâmica transformação social, econômica e cultural das últimas décadas. Pela primeira vez o mundo inteiro está conectado, e até o fim desta década não haverá um lugar perdido do planeta onde as pessoas não disponham do acesso não só a qualquer pessoa do planeta, mas a qualquer instituição, e a qualquer unidade de conhecimento, seja texto, música ou imagem. As ondas eletromagnéticas se transformaram no ambiente de comunicação em que o planeta banha. Este mesmo texto está disponível para qualquer pessoa em qualquer parte do planeta, gratuitamente e com disponibilidade imediata.

Aqui não houve gênio milagreiro. Entre as universidades públicas que desenvolveram o transistor e os microprocessadores, a NASA que desenvolveu os sistemas de comunicação via satélite, o projeto DARPA do exército americano que gerou os primórdios da internet, o CERN que gerou, com Tim Berners-Lee, o sistema WWW (World Wide Web) que permite o acesso mundial aberto às pessoas e ao conhecimento, as empresas que desenvolveram os sistemas de fibra ótica, todos contribuíram de alguma maneira para esta revolução. Gar Alperovitz diz corretamente que se não fossem todas as pesquisas e desenvolvimentos nos mais variados setores, o Bill Gates ainda estaria brincando com os antigos tubos que usávamos nas televisões. Há uma convergência impressionante de contribuições dos mais variados setores. E o conjunto, no caso da internet, é administrado por uma instituição sem fins lucrativos, o W3C, consórcio dirigido por Tim Berners-Lee, e que agrupa os grandes atores do processo.

O fato do sistema W3C ser público, ainda que de direito privado, assegura que qualquer consulta sobre um livro ou sobre uma informação na Wikipédia possa ser feita gratuitamente. Se tivéssemos de pagar a cada pequena consulta, o sistema simplesmente morreria. A lógica econômica por trás do fato da maior contribuição à moderna

economia criativa constituir um serviço gratuito, resulta da fluidez geral do sistema que a gratuidade e acesso aberto permitem.

Hoje, o essencial da comunicação passa por satélites e cabos suboceânicos de fibras óticas. São essencialmente grandes investimentos públicos. Os grandes troncos se afinam até hoje atingir quase todos os recantos do planeta, preenchendo rapidamente o *apartheid* digital, dos que têm e dos que não têm acesso. Muitas cidades já têm sistemas de WiFi urbano, em que o sinal de internet pode se captado em qualquer parte da cidade, gratuitamente ou a preço simbólico, assegurando a todos o acesso a este vetor principal da inclusão econômica, social e cultural que é a informação. É um universo em transformação extremamente acelerada. Temos aqui um poderoso vetor de democratização planetária. Estamos dando os primeiros passos neste processo que gera uma revolução no sentido mais profundo.

As infraestruturas de comunicação apresentam dois eixos de problemas. O primeiro vem do fato que os principais nodos da circulação mundial de informação passam pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Ambos aprovaram leis secretas que obrigam os mediadores privados – Google, Microsoft, Apple, Verizon e outros - a dar acesso integral ao conteúdo das comunicações. E como quase todas passam pelos dois países, a captação é facilitada. O resultado é um sistema planetário de controle de conteúdos privados, tanto pessoais como empresariais e governamentais, por parte de dois gigantes de segurança, o NSA americano e o GCHQ britânico, que trabalham em estreita colaboração.

Muito se investiu na mídia para minimizar a importância do processo. A luta contra o terrorismo parece justificar praticamente tudo, inclusive grandes centros de tortura e detenção ilegal espalhados pelo planeta. mas em termos econômicos, o fato de empresas americanas ou britânicas poderem acessar as informações sobre o Pre-sal antes de fazer as suas propostas, ou ainda as comunicações privadas ou oficiais da Dilma ou da chanceler alemã, gera uma mudança planetária de estrutura de poder, em que grandes corporações passam a utilizar os serviços de segurança e a correspondente capacidade de pressão política para negociar contratos econômicos. Falar aqui em mercado e mão invisível, francamente não é o caso.

O segundo eixo de problemas está ligado à cartelização do uso dos sistemas privados de acesso às comunicações. As duas maiores fortunas do planeta, anunciadas no início de 2014, são do mexicano Slim e do americano Gates. Ambos são intermediários do acesso ao principal fator de produção da economia moderna, a informação e o conhecimento em geral. Ignacy Sachs resumiu a questão numa frase: no século XX, o poder era de quem controlava as fábricas. No século XXI, será de quem controla o conhecimento. Isto nos coloca problemas metodológicos. Estamos acostumados a que as infraestruturas se referem a grandes obras físicas, o *hardware* da economia. Aqui, grande parte da infraestrutura não é física, é *software*.

Voltaremos a isto vendo os serviços de intermediação e os problemas gerados pelos diversos tipos de atravessadores. Na dimensão das infraestruturas, o fato é que o imenso avanço que permite o celular e o tratamento eletrônico das informações é em grande parte esterilizado pelo segmento privatizado das infraestruturas. Da minha casa em São Paulo, eu falo pelo *skype* com o meu irmão na Polônia praticamente de graça. Mas uma ligação por celular para a cidade vizinha de Campinas gera uma enorme conta no fim do mês. Afinal, não são as mesmas ondas eletromagnéticas que carregam a informação?

As ondas eletromagnéticas são da natureza, assim que a sua concessão a determinados grupos privados constitui exatamente isto, uma concessão pública. É o caso não só da

telefonía, como também da televisão. Implícito na concessão de um bem público é que a empresa forneça um bem público, com lucro, sem dúvida, mas com utilidade. No caso, infraestruturas proprietárias de retransmissão levam a serviços de altíssimo custo, gerando lucros nababescos – o Slim se tornou o homem mais rico do planeta não à toa – sem que o cliente tenha alternativa. Quem já tentou pular da Vivo para Claro, desta para Tim, e de volta para a Vivo, já notou que se trata basicamente do mesmo sistema cartelizado de altos custos. Como praticamente todo mundo precisa se comunicar, colocar sobre a comunicação de todos uma taxa exorbitante leva naturalmente a fortunas imensas. É a economia do pedágio.

O grande dilema, é que enquanto as ferrovias ou estradas custam muito dinheiro para construir, as ondas eletromagnéticas, estas estradas onde navegam as unidades de informação, são da natureza. Não pagamos para andar na rua, e não deveríamos pagar para comunicar. Andamos na rua de graça, mas esta liberdade de transitar permite que se viabilizem unidades comerciais como uma padaria ou uma farmácia, estas sim serviços comerciais cujos impostos pagarão a construção e manutenção da rua. Da mesma forma, as infraestruturas da informação – as chamadas infovias – devem ser gratuitas, ou de pagamento simbólico, o que permitirá que diversas pessoas ou grupos usem este fluxo para gerar iniciativas diversas, estas sim com valor comercial. A aplicação do conhecimento gerando um serviço útil à população é que deve ser remunerada, não o travamento ou estreitamento do acesso ao conhecimento. Quanto à apropriação de enormes faixas do espectro eletromagnético para uma televisão comercial a serviço do consumismo, francamente, é pagar para que nos façam gastar.

Água

A água, tal como o espectro eletromagnético, constitui um recurso natural, base da nossa vida, e de todas as formas de vida. É recente a sua transformação em bem econômico, no chamado *ouro azul*, uma referência ao ouro negro que é o petróleo. A água literalmente cai do céu, e para que se torne valor econômico para um grupo privado, precisa se tornar escassa. Um bem abundante tem valor de uso, utilidade, mas não necessariamente valor comercial. É característico que quando a multinacional americana Bechtel obteve em Cochabamba (Bolívia) o monopólio da exploração da água doméstica, tenha proibido o aproveitamento da água de chuva. Um bem abundante, como o ar que respiramos, não tem valor econômico.

O Brasil é excepcionalmente bem dotado em água doce: 12% das reservas mundiais. O grosso do uso, cerca de 75%, é para a agricultura. Mas a característica da água, é que é a base de um conjunto de atividades econômicas: turismo e lazer, alimentação, limpeza, meio de transporte, geração de energia elétrica, estética urbana, refrigeração e outros. Junte-se o multiuso com a dinâmica demográfica (sete bilhões de habitantes, 80 milhões a mais a cada ano, só para lembrar), e temos um problema. A explosão do uso na agricultura deve-se à relação entre a necessidade de água e o produto obtido: tipicamente, precisamos de 4 mil litros de água para produzir um quilo de arroz, vinte mil para um quilo de café, muito mais por quilo de carne e assim por diante. Grande parte da guerra em torno aos grãos (essencialmente milho, arroz, trigo e soja) se deve à luta por terra com água abundante. Compram-se depois os grãos, com a água incorporada na sua produção, sob o nome de água virtual. A água se tornou uma commodity mundial.

A tensão sobre os recursos hídricos se deve a vários fatores concomitantes à pressão demográfica. As geleiras do Himalaia, que alimentam os grandes rios da Ásia e os principais eixos de produção agrícola mundial, estão derretendo rapidamente. As

grandes reservas subterrâneas de água, os lençóis freáticos, estão sendo rapidamente esgotados por modernas bombas de profundidade, que bombeiam água em grandes quantidades a centenas de metros. Fred Pearce, no seu livro *When Rivers Run Dry* (Quando os rios secam), conversa com fazendeiros da Índia, que fazem uma segunda safra depois das monções, bombeando água a mais de 300 metros de profundidade. A água não é repostada na mesma proporção da extração. Os técnicos explicam que acrescentam todo ano 1,5 metro de tubo. O resultado, evidentemente, como já se constata em vários países, é o esgotamento das reservas, e as previsões sobre a bolha alimentar.

Para a empresa, não há problema, irá migrar para a África, a Europa do Leste ou para o Cerrado brasileiro. Mas para a região, é um desastre. O interessante da pesquisa de Pearce, é que está falando com pessoas especializadas, que entendem tudo de água e de agricultura. Questionados sobre a sustentabilidade do processo, retrucam simplesmente: “Se não formos nós, serão outros”. Isto nos leva de volta ao argumento já visto acima, de que o sistema de livre concorrência é mortal para recursos esgotáveis. E uma empresa, enquanto o bombeamento acelerado da água profunda lhe render dinheiro, não hesitará em fazê-lo. E se um engenheiro consciente se negar, será substituído. Negócio é negócio.

O dilema, em termos de mecanismos econômicos, é interessante. Ganhará mais dinheiro quem chegar primeiro e explorar mais. E explorando mais, deixará o deserto, da mesma forma como empresas de pesca industrial ou de exploração florestal destroem conscientemente o seu próprio futuro, e o da sociedade que necessitará destes recursos. Do lado da oferta, é um bem comum, no sentido de ser produzido e reproduzido, mas em volume limitado, em todo o planeta, com grandes desigualdades de localidade e sazonalidade. E do lado da demanda é um bem essencial, de uso extremamente diversificado, como vimos acima. Que tipo de gestão permitirá o equilíbrio? A Bechtel foi expulsa da Bolívia, a Coca-Cola da Índia, ambas por adotar formas absurdas de apropriação privada de um bem comum. Há limites nos pedágios que se tenta cobrar sobre bens que não se produziu. Hoje muitas empresas já consideram a não-rejeição social como um dos critérios de viabilidade, além do cálculo econômico.

Frente a isto constatamos que não temos governo planetário, e apenas sistemas estatísticos e de pesquisa que nos permitem acompanhar esta catástrofe em câmara lenta. Quais são os usos prioritários? Quem prioriza o acesso? O mercado, obviamente, não resolve. Quando a Síria instalou sistemas de irrigação, Israel que compartilha da mesma bacia hidrográfica simplesmente bombardeou as instalações. Muitos rios já não chegam à sua foz, pois toda água foi captada a montante por países, regiões, comunidades ou empresas. A empresa que usa irrigação em larga escala por aspersão, ainda que sabendo que o sistema gera um imenso desperdício de água pela evaporação, também sabe que não precisa prestar contas do rio que está secando ou do lençol freático exaurido. E a água para ele é gratuita. A empresa pode mudar de região ou de país, o que não é o caso da população.

Para evitar a guerra, o vale-tudo e um desastre ambiental, precisamos de uma visão sistêmica e de longo prazo. E para ter intervenções regulatórias que possam ser efetivamente aplicadas, a água deve ser legalmente considerada como bem público, de apropriação privada e fortemente regulada. Esta regulação, por sua vez, exige um planejamento participativo em que as diversas partes interessadas possam trazer as suas necessidades e restrições. E as soluções de gestão exigem por sua vez inovações em termos de arquitetura organizacional, como por exemplo os comitês de bacia

hidrográfica, que reúnem as partes interessadas em instituições públicas de gestão como consórcios e semelhantes, com a participação de representantes dos diversos usuários.

Em outros termos, a gestão das infraestruturas de acesso, distribuição, coleta, tratamento e reutilização da água, a dinâmica de priorização, a organização da transparência das informações e o controle das violações passam por inovações institucionais. O Brasil começou uma construção muito interessante no quadro do Plano Nacional de Recursos Hídricos. São os passos iniciais de uma visão de bom senso, na medida em que começou-se juntando os técnicos e pesquisadores que detém os fatos, com as diversas organizações de usuários. e os responsáveis da gestão pública, construindo pactos de uso racional do recursos.

Vimos aqui brevemente quatro grandes redes de infraestruturas: transportes, energia, telecomunicações e água. Voltamos ao argumento inicial, de que as unidades de produção material, as fábricas, as fazendas e outras unidades produtoras, para funcionar de maneira adequada, precisam estar conectadas por estas grandes redes, capazes de assegurar a coerência do conjunto. No caso das unidades produtoras, vimos que predomina a empresa privada, e o mecanismo de mercado, com todas as suas insuficiências. No caso das infraestruturas, predominam redes com sua complexidade e capilaridade, que precisam, para terem coerência sistêmica, forte presença do Estado, nem sempre na gestão ou execução de obras, mas seguramente no controle geral e planejamento do conjunto, para evitar as deformações absurdas que hoje sofremos.

É importante salientar que a unidade produtora, a empresa, precisa sem dúvida ser bem gerida para reduzir os custos e ser competitiva. Mas grande parte da sua competitividade vai depender de uma boa gestão de infraestruturas, que por serem de uso comum, de todas as unidades empresariais, e também necessárias para outros usos da sociedade, precisam ser desenvolvidas com esta visão do bem comum. Gritar contra os impostos, e ao mesmo tempo exigir mais estradas, não resolve. Precisamos sim melhorar a capacidade de gestão do Estado, e reduzir a apropriação de segmentos do Estado por grupos privados que distorcem a sua atuação. Não se trata do tamanho do Estado, o próprio conceito de Estado mínimo é ridículo: precisamos sim articular tanto o Estado como as formas de participação empresarial e das organizações da sociedade civil em formas inovadoras de gestão social.

E temos aqui uma ideia norteadora: não basta sermos de direita e quereremos privatizar, ou sermos de esquerda e quereremos estatizar. Numa economia diversificada e complexa como a economia moderna, diversos subsistemas necessitam de formas diversas, e complementares, de gestão e de regulação.

3 - Serviços de intermediação

As unidades produtivas constituem unidades funcionais, mas cujo funcionamento necessita de redes de infraestruturas para assegurar a coerência e articulação de todo o tecido econômico. Da mesma forma o corpo, que tem unidades funcionais como o coração ou o fígado, precisa de grandes redes de infraestruturas que são os nervos, as artérias, estruturas e articulações ósseas e assim por diante. Mas as coisas precisam fluir, e para isto a economia dispõe de intermediários, de facilitadores de fluxos, de fornecedores, por assim dizer, de liquidez ao sistema, da mesma forma como no corpo os diversos fluidos, enzimas e outros asseguram os intercâmbios.

Na economia, feliz ou infelizmente, não faltam intermediários. E são necessários. Os serviços de **intermediação financeira** (são intermediários, trabalham com o dinheiro dos outros) são importantes para financiar as atividades; os **serviços comerciais** fazem a ponte entre quem quer vender o seu produto e quem o quer consumir; os **serviços jurídicos** indicam as regras do jogo para que as trocas se façam com confiança; os **serviços de informação** asseguram facilidade de coordenação entre os diversos agentes econômicos e sociais.

São necessários, constituem de certa forma o lubrificante que facilita as transações. No entanto, são *atividades meio*, apenas conectam as *atividades fins*, e quanto mais eficientes forem, e custarem menos, melhor. Agora, quando se tornam intermediários obrigatórios e são poucos, podem se transformar em atravessadores, pois o mesmo mecanismo que os torna facilitadores pode lhes dar o poder de travar, ou de facilitar apenas mediante altos lucros. Hoje, com as novas tecnologias – a matéria prima deles é basicamente imaterial – e a concentração planetária, as relações de força estão se deslocando. São as duas faces da moeda dos serviços de intermediação. Um despachante portuário adora que a burocracia de liberação de cargas seja inextricável: nada se fará sem ele. Da mesma forma, numa grande loja, o vendedor poderá cobrar juros astronômicos dizendo “eu facilito”. Nesta área, estamos buscando novos equilíbrios.

Intermediação financeira

Este setor conheceu nas últimas décadas uma expansão vertiginosa. Com efeito, o dinheiro se desmaterializou, passou a ser representado apenas como sinal magnético na nossa conta ou no nosso cartão. Por outro lado, somos todos obrigados, queiramos ou não, a utilizar os serviços de intermediação financeira, para guardar e aplicar as nossas poupanças, fazer os nossos pagamentos, recebermos o salário ou o valor da venda de um produto e assim por diante.

O que se conhece menos, é o poder que este sistema gerou. Com a crise financeira global de 2008, cujos efeitos ainda sentimos em 2014, se não houve soluções, pelo menos houve um avanço forte de explicitação dos mecanismos, através das pesquisas que buscaram entender a crise.

O estudo mais amplo veio do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH na sigla alemã), que pesquisou como funciona a rede global de controle corporativo. Chegaram a números impressionantes: no planeta, 737 grupos controlam 80% do sistema corporativo, sendo que nestes um núcleo de 147 corporações controla 40% do total. Deste gigantes de controle econômico planetário, 75% são instituições financeiras. Ou seja, não é mais quem produz arroz, ou quem produz bicicletas ou constrói um hospital que manda na economia, e sim os intermediários financeiros. Jamais houve no planeta tal grau de concentração de poder econômico. Quando em 2008 os governos encontraram em poucos meses trilhões de dólares de dinheiro público para repassar para os grupos privados que tinham se aventurado em especulações irresponsáveis, esta manifestação de poder político espantou mesmo os mais informados. E a facilidade com a qual a conta foi repassada para as populações, sob forma de redução de políticas sociais, salários e outros direitos, ainda que tivéssemos presenciado numerosas manifestações pelo planeta afora, também espanta.

Os mecanismos de apropriação de tanto dinheiro público por grupos privados não são muito complexos. No caso das transferências de dinheiro dos governos para os grupos financeiros, tratou-se de uma mensagem simples: “Se nós quebramos, todos quebram.

Portanto, paguem”. Mas no funcionamento cotidiano fora dos momentos de crise, no chamado *business as usual*, os mecanismos são um pouco mais sofisticados.

A alavancagem permite ganhar dinheiro em cima de um dinheiro que não se tem. Se um banco remunera a minha poupança por exemplo a 8% ao ano, e empresta este meu dinheiro a 12%, ganha sobre a diferença. Agora quando se empresta para mais pessoas, muito além das poupanças depositadas, um dinheiro que não tem, é um pouco mais arriscado, mas sabendo que as pessoas raramente retiram efetivamente o dinheiro do banco, a instituição empresta dinheiro que não tem: vai receber 12% de juro sem pagar os 8% de remuneração da poupança. É lucro líquido. Nada de muito novo aqui, nada que os banqueiros de Veneza do século XVI já não conhecessem. O problema é que com a moeda virtual – sequer precisa ser em papel, são sinais magnéticos – a facilidade é muito grande. O Lehman Brothers, um dos maiores bancos mundiais, emprestou 31 vezes mais dinheiro do que o que tinha para emprestar. Custo zero, juro cheio, lucros fenomenais. Mas bastou alguns clientes quebrarem e irem buscar o dinheiro para um gigante financeiro planetário ruir. Ganha-se muito com a alavancagem, com dinheiro que não se tem, apresentando apenas o luxo das instalações e uma boa conversa, mecanismo apresentado de maneira bem sistematizada no filme *Trabalho Interno*.

Outro mecanismo interessante é o *carry trade*, em que grupos financeiros mundiais – lembremos que não existe nada de parecido com um banco central mundial, apenas uma instituição de poderes ridículos em Basileia, o Banco Internacional de Compensações, o BIS – pegam por exemplo dinheiro emprestado a 1% ao ano no Japão, e o aplicam em títulos da dívida pública brasileira que paga 10%. Jogando sobre as diferenças de taxas de juro, sem sair do computador em Genebra, grandes grupos mundiais realizam gigantescos lucros, gerando uma volatilidade mundial de fluxos financeiros que não têm por trás nenhuma atividade econômica real. Chamam isto, generosamente, de “mercados”.

Há outros mecanismos como o *High Frequency Trading*, sistemas preprogramados para computadores realizarem compras e vendas de papéis em grandes escala e em frações de segundo segundo algoritmos complexos, ou a *arbitragem* que trabalha sobre pequenas diferenças de preços segundo os mercados e outras técnicas semelhantes. O que esses diversos mecanismos têm em comum é o fato de ter se gerado um setor de atividades onde o efeito econômico de produtores e consumidores está profundamente divorciado dos interesses dos agentes, preocupados apenas com o valor dos papéis. E o valor dos papéis, por sua vez, depende muito mais das intenções especulativas dos agentes, do que da base mais ou menos sólida da própria economia. As três grandes agências de avaliação de risco, Standard & Poor, Moody's e Fitch, que fazem parte do sistema de geração de tendências, são financiadas pelo próprio sistema de avaliação financeira.

Esta financeirização do sistema econômico mundial, onde grupos especulativos, em vez de se apropriarem diretamente dos bens e serviços que a humanidade produtiva gera, se contentam em emitir papéis – na realidade sinais magnéticos – que lhes dão direitos sobre estes bens e serviços, constitui um elemento central da desorganização econômica planetária, e faz com que intermediar papéis seja incomparavelmente mais lucrativo do que enfrentar o penoso labor de produzir sapatos ou arroz. Formou-se uma classe de rentistas, que lucram simplesmente com o trabalho dos outros.

Como ninguém consegue imaginar o que é um bilhão de dólares, por exemplo, é útil explicitar: este bilhão, aplicado em papéis que rendem modestos 5% ao ano, geram para o bilionário 137 mil dólares ao dia. Sem precisar produzir nada.

No Brasil temos três mecanismos básicos. O primeiro consiste no cartel de bancos comerciais que cobram juros astronômicos. Não é complexo, pois são poucos bancos, e se põem de acordo, formalmente ou não, para cobrar estes juros. Cartel é crime, está na nossa constituição, mas o CADE, a instituição do governo encarregada de controlar cartéis, simplesmente não tem a força correspondente para impor a lei. Tipicamente no Brasil os bancos cobram ao mês o que no resto do mundo se cobra ao ano. O resultado do cartel é que o cliente não tem escolha: ainda que troque de banco, os juros e tarifas que paga serão essencialmente iguais, e fixados em níveis surrealistas. Foi o sistema que se adotou nos anos 1990 para devolver aos bancos o que antes ganhavam com a inflação. Estes lucros bancários naturalmente não servem para fomentar a economia, são lucros financeiros, aplicações em papéis e não financiam as atividades produtivas. Em grande parte serão aplicados em títulos da dívida pública do governo, remunerados pela Selic.

O segundo consiste justamente no sistema Selic. Para dar um exemplo, no momento em que Lula assume em 2003, a taxa Selic estava em 24,5%. Esta era a remuneração anual que o governo pagava aos bancos que aplicaram as nossas poupanças em títulos do governo, formando a chamada dívida pública. Como o banco remunera as nossas poupanças quando muito a 8% ao ano, a diferença ficou embolsada pelos bancos. Ou seja, o poupador recebe 8% ao ano pela sua poupança, mas precisa desembolar, através dos impostos, o dinheiro que o governo irá transferir para os bancos, através do chamado *superávit primário*, uma punção impressionante sobre os recursos públicos, da ordem de 150 bilhões de reais ao ano. Os sucessivos governos Lula e Dilma foram baixando esta taxa Selic, reduzindo a porcentagem paga sobre a dívida pública, mas com um estoque da dívida que continua a crescer. É mais dinheiro desviado das atividades econômicas. É uma armadilha politicamente muito resistente, e um vazamento permanente dos nossos recursos.

Um terceiro mecanismo importante é a evasão fiscal, através dos chamados paraísos fiscais. Com a crise financeira mundial começaram a sair os números da finança ilegal, por simples cruzamentos internacionais de fluxos, que por vez são registrados na saída, por vezes na entrada, permitindo hoje estimativas razoavelmente confiáveis, dentro dos limites da pesquisa sobre dinheiro clandestino. A principal pesquisa foi coordenada por James Henry, para o *Tax Justice Network*, e chegou a um volume de recursos em paraísos fiscais situado entre 21 e 32 trilhões de dólares, portanto entre um terço e metade do PIB mundial. O *Economist*, adotou a cifra redonda básica de 20 trilhões. Os dados para o Brasil são da ordem de 520 bilhões de dólares, um pouco mais de 25% do PIB do país. Não são os fluxos anuais, e sim o estoque de recursos brasileiros colocados em paraísos fiscais, e administrados por grandes bancos como HSBC, Goldman&Sachs e semelhantes. O dinheiro fica em paraísos fiscais, onde não se cobram impostos, mas é administrado em Delaware, Miami e Londres, as três principais praças financeiras deste tipo de dinheiro segundo o *Economist*.

Se juntarmos o dreno dos nossos recursos através dos juros e tarifas, através dos nossos impostos que são transferidos para os bancos via dívida pública (taxa Selic), e a evasão de dinheiro para os paraísos fiscais, não há dúvida que hoje o sistema de intermediação financeira, longe do seu papel original de fomentador de atividades econômicas, gera um impacto de esterilização de poupança. Alimenta o sistema especulativo internacional, e trava as atividades econômicas. E o sistema, neste sentido, é apenas parcialmente nacional, está interligado a todo o sistema especulativo planetário. Qualquer restrição a esta máquina de lucros financeiros provoca reações duras do sistema, inclusive através da mídia econômica mundial, do Wall Street Journal e da

grande mídia comercial brasileira. É uma máquina de poder, que nos leva de volta aos 147 grupos que vimos acima.⁵

Em termos de regulação, estamos aqui numa confusão total. O sistema de leis que regulava o chamado mercado financeiro, instalado ainda como resultado da crise mundial de 1929, foi totalmente desmantelado durante os governos Reagan e Thatcher. A base tecnológica, que permite que o dinheiro e outros papéis tenham se tornado virtuais, com tremenda volatilidade, também tornou o planeta tributário de alguns gigantes mundiais. O desafio portanto não está apenas em definir um marco regulatório, mas também de conseguir força política para que seja aprovado e implementado, como se vê hoje com a lei Dodd-Frank nos Estados Unidos, gradualmente diluída pelas corporações financeiras, com o auxílio do Partido Republicano.

O sistema financeiro deixou de cumprir simplesmente a sua função econômica básica, que é de tornar produtivas, através de investimentos – e não de aplicações em papéis – as iniciativas dos agentes econômicos. O Brasil, que está navegando de maneira relativamente competente através da crise, o fez apoiando-se no setor financeiro público que escapou das privatizações e que manteve o financiamento produtivo. A Alemanha navegou melhor na crise em grande parte pelo fato de 60% das poupanças serem administradas por pequenas caixas locais de poupança, que financiam empresas e iniciativas locais. A Polônia, que segundo o *Economist* foi o país que melhor suportou a crise, se salvou, nas palavras de um dos principais economistas do país, porque o seu sistema financeiro não se modernizou: “Fomos salvos pelo nosso atraso”. A Polônia tem cerca de 470 bancos cooperativos, que investem o dinheiro segundo necessidades da economia e não dos banqueiros. A regra é simples: o dinheiro deve ficar próximo de quem pode com ele fazer algo útil. E regras estritas sobre a especulação são indispensáveis. A intermediação financeira, quando permite a grupos privados, com fins lucrativos, fazer o que querem com o dinheiro dos outros, ou ainda emitindo dinheiro para ganhar com o que não têm, simplesmente não funciona. O Estado aqui é indispensável, e não só como regulador, mas como fornecedor de serviços financeiros que permitam introduzir concorrência e racionalidade no sistema.

Intermediação comercial

Insistimos aqui nos comentários sobre o sistema financeiro, pela sua centralidade nos mecanismos econômicos atuais, e pelo seu papel na desorganização econômica em geral. É bom lembrar aqui que boa parte da incompreensão das pessoas surge da confusão entre aplicação financeira e investimento. Investimento é quando se gera um empreendimento, que produzirá bens ou serviços, gerará empregos, atividades econômicas fins, que produzirão um excedente que permitirá restituir o empréstimo com os juros correspondentes. Quando se compra papéis – qualquer título que o nosso gerente de banco nos propõe – está se fazendo uma aplicação financeira. Esta aplicação poderá eventualmente gerar um investimento por alguém, mas em si, houve apenas mudança de nome de um papel por outro, não se gerou nenhum produto, nenhum emprego. Os bancos por isto insistem em chamar todas as atividades com papéis de “investimento”, soa melhor. Em francês, se distingue claramente *placements financiers* e *investissements*. Em inglês, não existem os dois conceitos, tudo é *investment*, o que aprofunda a confusão, e dá aos que ganham com papéis uma aparência mais nobre. O

⁵ Detalhamos estes mecanismos no pequeno livro *Os Estranhos Caminhos do Nosso Dinheiro* (Fundação Perseu Abramo, 2014); Os mecanismos da crise financeira de 2008 estão em *A Crise Financeira sem Mistérios*; a organização do poder corporativa mundial está descrita em *A Rede Mundial de Controle Corporativo*. Os três textos podem ser encontrados em <http://dowbor.org>

Economist, tentando fazer a distinção, teve de recorrer à curiosa expressão *speculative investments*, investimentos especulativos, para se referir a aplicações financeiras.

O impacto é simples: quando alguém ganha com papéis mais do que o que gera de riqueza na sociedade, está simplesmente se apropriando do esforço dos outros. Quando se gera toda uma classe que vive desta maneira, a classe dos rentistas, temos um problema. Quando esta classe se torna suficientemente poderosa para controlar governos e o processo legislativo, temos grandes problemas, e uma sucessão de crises.

O poder dos intermediários financeiros casa de forma bastante próxima com o dos intermediários comerciais. Analisando o grande sistema mundial, é bom ter a imagem do comportamento das commodities, essencialmente petróleo, grãos, metais e minerais não metálicos. Basicamente, hoje 16 empresas, chamadas de *traders*, controlam todo o comércio do que constitui o sangue da economia mundial. Nenhuma delas usa propriamente os produtos, em geral nem os produz, apenas assegura a sua intermediação. Empresas como Blackstone, Vitol, AMD, Cargill, Glencore, Trafigura, Koch e outras, na maioria pouco conhecidas, manejam imenso poder. Um artigo de Joshua Schneyer, para a Reuters, dá a ficha de cada um destes gigantes. Muitos deles estão presentes no Brasil. É um mercado de intermediários, não de produtores ou consumidores. É na intermediação que se gera o lucro, o grande lucro.⁶

O mecanismo aqui é simples, Com oferta abundante de petróleo, por exemplo, a Koch Industries compra barato grandes quantidades de petróleo, que estoca em seus navios e portos. Os que usam petróleo, países ou empresas, prevendo dificuldades de abastecimento, compram no mercado de futuros – uma empresa aérea precisa saber quanto vai custar o seu combustível com meses de antecipação para calcular seus preços – o que eleva os preços do combustível neste mercado. A Koch compra no barato, provoca, junto com outros grandes *traders* uma forte diferença entre o preço atual e o preço meses adiante, situação que chamam de *contango* no seu jargão, e ganha tipicamente 10 dólares por barril, sem produzir rigorosamente nada.

Quanto mais instabilidade conseguem gerar no mercado de commodities, mais ganham neste jogo. Nos jornais aparece como variação de preços causada por exemplo pela China que estaria consumindo mais petróleo, ou argumentos do gênero, o que é evidentemente uma bobagem. Não é por variações de oferta e demanda que em poucos anos o petróleo pode variar entre 18 e 145 dólares o barril. Na realidade, este sistema gera fluxos especulativos sobre produtos, com papéis como opções de compra e outros derivativos. O volume mundial de petróleo efetivamente comercializado e entregue é da ordem de 90 milhões de barris por dia. O que é negociado pelos *traders* ultrapassa 3 mil milhões de barris por dia. Os derivativos emitidos (*outstanding derivatives*), contabilizados pelos BIS ultrapassam 600 trilhões de dólares, cerca de 9 vezes o PIB mundial. A financeirização e a cartelização comercial vão de mãos dadas.

O interessante, é que quanto mais instável o mercado, mais os agentes econômicos que afinal precisam do produto são obrigados a recorrer ao mercado de futuros, pagam mais caro, mas pelo menos garantem um patamar de preços que permite o planejamento. Este mecanismo é utilizado para o conjunto das grandes commodities, produtos que entram em praticamente todos os processos produtivos. Regularmente processadas (mas raramente condenadas) por práticas anti-mercado, estas empresas sustentam lobbies poderosos em Washington e outros centros de decisão política. A Koch industries gasta

⁶ Joshua Schneyer, The Trillion Dollar Club, Reuters, 2011, <http://dowbor.org/2013/09/joshua-schneyer-corrected-commodity-traders-the-trillion-dollar-club-setembro-201319p.html/>

com este tipo de manipulação política mais de 100 milhões de dólares por ano. É um dos grandes financiadores do *Tea Party*, agrupamento de direita norte-americano. Chamamos isto de “mercados”, mas são mecanismos totalmente diferentes do sentido original de mercado baseado em livre concorrência e que o melhor ganhe. São baseados no *cornering*, onde os preços são criados por poucos atores. Não “obedecem” às leis do mercado, eles as fazem, são os chamados *market makers*. Adoram se referir às leis do mercado, porque as fazem. É simpático fazer parecer que são submetidos, democraticamente, às mesmas regras que todos, e que ganham dinheiro simplesmente porque são mais eficientes.

O impacto, naturalmente, é que os produtores recebem menos pelo produto, e os consumidores finais dos bens que precisam das commodities pagarão mais caro, por incorporar os lucros dos *traders*. É o conjunto da sociedade que paga estes custos, pedágio cobrado por quem nem produz nem consome. Gera um tipo de mais-valia sistêmica, sobre todos os produtores e consumidores. É de deixar saudade da boa velha mais-valia analisada nas empresas por Karl Marx.

Um segundo grupo de mecanismos é o que gera o consumismo obsessivo nas nossas sociedades. Francamente, para comprar as coisas necessárias, o nosso pão cotidiano, o leite, os legumes, as cadeiras e semelhantes, não precisamos de publicidade. É patético vermos publicidade de uma água de alta qualidade, quando se trata essencialmente de H₂O. Há tempos a publicidade deixou de ser informativa sobre os produtos, para se tornar uma máquina de modelagem de comportamentos. Com crianças que passam horas na televisão, e todos nós submetidos a *outdoors* nas ruas ou nas estradas, publicidade no rádio ou no Google e semelhantes, a nossa atenção é permanentemente invadida por mensagens que mostram como seríamos felizes, ou importantes, ao comprar determinado produto. E quanto mais truculenta a corporação, em geral mais haverá crianças, mulheres bonitas com crianças pequenas e cenas de ternura.

O processo é articulado. Uma corporação quer vender mais, e os seus marqueteiros contratam uma empresa de publicidade. Esta vai contratar tempo de televisão e outros meios para difundir a mensagem. A mídia veicula estas mensagens, o que lhe permite pagar os seus programas. Mais pessoas irão comprar o produto, o que vai gerar um retorno para a empresa. O circuito se fecha, e funciona. Mas temos aqui um problema. Primeiro, porque não recebemos informação sobre o produto, e sim estímulos de comportamento social. A quantidade de gente que tem bicicletas ergométricas paradas nas suas garagens é impressionante. Segundo, porque esta publicidade está incluída no preço que pagamos, o que faz com que paguemos para que nos convençam que precisamos de um produto que espontaneamente não nos interessaria. Terceiro, porque a empresa de publicidade vai ser avaliada pelo resultado em termos de volume de compras, o que significa que ela se reunirá com especialistas em psicologia comportamental, e não com pessoas que entendam do produto e da sua eventual utilidade.

No nível das mídias, por sua vez, a remuneração ocorre em função da chamada ditadura dos pontos de audiência. Quanto mais audiência, mais podem cobrar pela publicidade. O resultado é naturalmente que um bom filme ou um bom programa informativo que exige um pouco de atenção desaparece, substituído por cenas de policiais caçando bandidos nas favelas como se fossem coelhos. Tiros, sexo, gritinhos excitados, tudo para atrair a atenção e garantir mais pontos de audiência. Falar de coisas importantes mas desagradáveis, então, nem se fala. Gera-se o chamado besteiro. E um segundo efeito indireto, sumamente importante, é que a mídia simplesmente não vai informar sobre as grandes corporações: são elas que pagam a publicidade. O culpado passa a ser

sempre o governo, o que é cômodo, ainda que saibamos a que ponto são as corporações que movem boa parte do governo. O resultado é um consumismo obsessivo, gastos e endividamentos desnecessários, custos maiores dos produtos, e uma mídia emburrecedora. E sai, naturalmente, do nosso bolso: quando uma publicidade nos informa que o programa seguinte nos é gentilmente oferecido por casas com total dedicação a nós, esquece de mencionar que a conta publicitária está incorporada no preço do produto. Não há almoço de graça.

Um terceiro mecanismo importante, e que faz a ponte entre a intermediação financeira e a intermediação comercial é o crediário. As casas mencionadas acima trabalham tipicamente com um juro de 100%. Ou seja, por não poder pagar à vista, a pessoa vai pagar o dobro. E isto que no preço à vista já está incorporado um sólido lucro. Mas o grande ganho mesmo vem dos juros, pagos por pessoas em geral pouco informadas, ou simplesmente pobres demais para comprar à vista, e às quais se apresenta essencialmente uma prestação que cabe no bolso. O crediário aposta na dificuldade natural das pessoas sentirem no bolso um gasto futuro. As pessoas são achacadas no seu poder de compra, e a função legítima de prestar um bom serviço comercial se transforma em sistema disfarçado de intermediação financeira. O governo Lula criou o sistema de crédito consignado, que é o produto financeiro que mais avançou nos últimos anos, justamente para permitir às pessoas tomarem um crédito mais barato garantido pelo seu salário, e comprar à vista. É bom, mas insuficiente. O pobre em geral paga pelos produtos o dobro de quem tem dinheiro para pagar à vista. A sua magra capacidade de compra é dividida por dois.

Onde fica a concorrência aqui? Na lógica econômica, a concorrência entre as casas comerciais levaria a que baixem os preços ou os juros até atingirem um nível modesto mas razoável de remuneração. Mas isto não funciona por duas razões: primeiro porque as pessoas têm uma grande dificuldade de entender matemática financeira, e quando lhes dizem que vão lhes “facilitar” a compra, aceitam, ainda que não acreditem muito. É a razão pela qual, por exemplo, os bancos e os comércio no Brasil apresentam os juros mensais, e não anuais como se deve, porque ninguém entende de juros compostos. Segundo, porque em geral o conjunto do sistema comercial pratica os mesmos juros escorchantes, e as pessoas aceitam isto como um fato normal. Batalhar preços é cansativo, além da dificuldade de fazer os cálculos para os diversos prazos. A desigualdade no nível de informação faz parte estrutural do sistema. Sem mecanismos públicos e não-governamentais de proteção do consumidor, ficamos realmente indefesos.

Intermediação jurídica

Os serviços jurídicos são necessários. Formalmente ninguém pode alegar que desconhece a lei, mas na realidade uma pequena empresa que quer exportar um produto precisa saber de uma série de regras e regulamentos que presidem ao processo de exportação, e se não tiver ajuda de alguém que conheça as dimensões jurídicas correspondentes, fica difícil. Na realidade, hoje consultamos um advogado para qualquer coisa, desde a compra de uma casa até uma dúvida com a nossa conta bancária. São intermediários importantes quando ajudam, mas quando querem enrolar, e dificultar, as demoras e os custos geram paralisia e custos exorbitantes.

Numa sociedade cada vez mais complexa, os vários setores econômicos foram se dotando de legislações específicas, através dos lobbies, financiamento de campanhas e outros procedimentos que geram leis específicas para favorecer grupos determinados. As leis de direitos autorais, por exemplo, que asseguravam copyright de 14 anos após a

publicação de uma obra, hoje travam o acesso até 70 anos após a morte do autor, em alguns países até 90 anos. O livre acesso às obras de Paulo Freire, por exemplo, para quem o acesso à cultura foi a batalha da sua vida, só acontecerá a partir de 2050.

Os que fazem as leis no Brasil raramente se dão ao trabalho de sistematizar as leis anteriores: quando surge um interesse determinado, e havendo o poder político e financeiro suficiente para obter a votação, faz-se uma lei que assegure este direito, e o texto da lei termina com um lacônico “revogam-se as disposições em contrário”, o que evita ao autor do texto jurídico o trabalho de consolidar os textos jurídicos anteriores. São “camadas” de disposições que se recobrem parcialmente, gerando um cipoal que poucos entendem. E quanto mais denso o cipoal, mais os advogados se tornam indispensáveis.

As grandes corporações hoje entendem o instrumento político, comercial e financeiro que representa um bom departamento jurídico, bem como a possibilidade de criar leis convenientes ou eliminar as que regulamentam as suas atividades. Nos governos Thatcher e Reagan, nos anos 1980, foram sistematicamente liquidadas as leis que regulamentavam as atividades de intermediação financeira (Glass-Steagall), permitindo aos intermediários financeiros emitir papéis, controlar setores produtivos, aplicar de forma irrestrita dinheiro dos correntistas e assim por diante. Hoje, com a lei Dodd-Frank, tenta-se reconstruir um aparato jurídico de regras do jogo, em particular porque a abertura total permitiu não só a especulação irresponsável, como a transferência de dinheiro público para cobrir rombos privados gerados pelos irresponsáveis. Para reduzir as fraudes mais generalizadas contra clientes foi criado nos EUA, em 2011, o *Consumer Financial Protection Bureau (CFBB)*, duramente combatido pelas corporações, por meio dos representantes republicanos. No Brasil o cartel financeiro fez uma batalha jurídica para tentar colocar as atividades financeiras fora da competência do Procon, felizmente sem sucesso, apesar dos mimos a grandes juristas. A guerra é permanente.

Nosso objetivo aqui não é de discutir várias legislações comerciais, mas de transmitir a visão de que as empresas construíram em torno dos seus interesses impressionantes aparatos jurídicos, e neste sentido o mundo de advogados tornou-se um agente de primeira linha nas atividades econômicas. E no agigantado mundo jurídico que hoje se constrói, há cada vez menos espaço para o que poderíamos chamar simplesmente de justiça. Uma mãe que se vê condenada a pagar centenas de milhares de dólares porque não impediu o seu filho de difundir músicas ilegalmente na internet, lança uma mensagem universal: nós, corporações, temos dentes. A privatização da intermediação jurídica constitui um dos aspectos mais perigosos da deformação dos processos democráticos.

Poucas pessoas se dão conta desta transformação. Nos Estados Unidos em 2012 são 1,2 milhão de advogados. No Brasil temos 750 mil, e 1,5 milhão de bacharéis. O Japão, onde a tradição da palavra dada e da confiança nas relações é forte, tem pouco mais de 30 mil. Interessante notar que os Estados Unidos têm 715 pessoas aprisionadas por 100 mil habitantes, enquanto o Japão tem 54. Igualmente interessante, é que este país de 125 milhões de habitantes (o Brasil tem 200, os Estados Unidos 300), pequeno, com pouca terra e pouquíssimos recursos minerais ou energéticos, seja a terceira potência econômica mundial. No Japão não se leva 12 anos para resolver um contencioso entre duas partes.⁷

⁷ Para o Brasil, ver <http://blog.portalexamedeordem.com.br/blog/2012/09/segundo-oab-brasil-tem-750-mil-advogados-e-mais-de-1-5-milhao-de-bachareis-em-direito/> ; Para o Japão, ver http://www.optiapartners.com/en/pdf/Lawyers_in_Japan_Statistics_Report_2012.pdf ; Para os EUA,

Este imenso aparato jurídico que temos por exemplo nos Estados Unidos ou no Brasil se transformou numa máquina corporativa cujos custos econômicos se fazem sentir na lentidão das decisões, e na insegurança jurídica frente ao emaranhamento de interesses que resulta das correntes de interesses da própria corporação de juristas, das ligações familiares tradicionais com oligarquias regionais e das lutas pela repartição do poder político na máquina pública. A dominância do sistema financeiro no conjunto das atividades econômicas foi chamada de financeirização, termo que acabou se generalizando. Poderíamos seguramente buscar algum termo equivalente, *judicialização* ou outro, para esta expansão da máquina jurídica em geral, que ao se envolver cada vez mais nos mecanismos econômicos, tem acesso a lucros impressionantes, transformando-se em setor econômico em si mesmo. Nos Estados Unidos, esta máquina custa cerca de 2,5% do PIB, ou seja, cerca de 700 bilhões de dólares.⁸ Neste universo extremamente hierarquizado, a nobreza jurídica cobra mais de mil dólares a hora de consultoria, e no comentário de um jurista americano, quanto mais a justiça é morosa, mais estes dólares se multiplicam. É mais um setor de atividades *meio* que descobriu como se tornar atividade *fim*. O objetivo é fazer negócio, mais do que facilitar negócios.

A politização do conjunto do sistema de intermediação jurídica que resulta é também muito forte. Os advogados são os mais representados na máquina política, poder este que se articula frequentemente com a propriedade de meios de comunicação. A articulação espúria do poder judiciário, da mídia, dos interesses das grandes empresas e dos grupos corporativos dentro do próprio judiciário, torna este setor de atividades econômicas mais que maduro para uma reforma em profundidade. A criação do Conselho Nacional da Justiça é um passo, mas está longe de resolver.

Intermediação da informação

Um quarto setor de intermediação de fluxos é o que lida com os canais de acesso à informação. Vimos acima as infraestruturas de comunicação, em particular as infraestruturas materiais como cabos de fibra ótica, torres de retransmissão, redes de satélites e semelhantes. Isto interage, mas não se confunde, com os grandes sistemas de intermediação da comunicação que utilizam estas infraestruturas. Aqui, uma vez mais, se trata de uma atividade meio. Os produtos que nos interessam, como a informação, as imagens, o conhecimento ou o que seja e no formato que seja, e que constituem o conteúdo, queremos que trafeguem das maneiras rápida, racional, barata e confiável.

Na economia do conhecimento que nos caracteriza, a informação se tornou um fator de produção essencial, vetor de inclusão econômica, social e cultural. Muitas regiões, países, povos ou grupos sociais sequer estão conectadas pelas infraestruturas de comunicação, base necessária para o direito ao acesso. Isto resulta em grande parte do fato que sistemas privatizados não se orientam pelas necessidades das pessoas, e sim por sua capacidade de pagar pelos serviços. O resultado é um círculo vicioso de reprodução da desigualdade, pois o não acesso também reduz as oportunidades. Daí a necessidade, nos diversos setores de infraestruturas, de um Luz para Todos, de um Plano Nacional de Banda Larga, de correspondentes bancários ou agências bancárias

ver <http://www.examiner.com/article/more-lawyers-than-doctors-more-lawyers-than-soldiers> ; para Grã Bretanha, ver <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/justice-costs-fury-as-lawyers-fees-top-850an-hour-8965339.html>

⁸ Kenneth Thygeson, *Controlling Corporate Legal Costs*, p. 35; os dados, de 1987, de pesquisa de Stephen Magee, me parecem fortemente subestimados - <http://books.google.com.br/books?id=w1-hcmk14MUC&pg=PA35&lpg=PA35&dq=corporate+legal+costs+us&source=bl&ots=01CVZ-ooeH&sig=4VcaxaD4LBduOzOlALgaUDXHW3I&hl=en&sa=X&ei=j3nNUoKUF87IkAfh-IHYAg&ved=0CEsQ6AEwCQ#v=onepage&q=corporate%20legal%20costs%20us&f=false>

públicas onde o banco privado considera que não seria rentável prestar o serviço e assim por diante.

Mas pode haver as infraestruturas sem ter o acesso. No caso da telefonia, os poderes públicos asseguram a concessão do espectro de ondas eletromagnéticas, que são um bem público, e na outra ponta as pessoas compram os celulares, mas o fornecimento do serviço pertence a um grupo muito limitado de empresas que cobram pela comunicação tarifas sem comum medida com os seus custos. Não à toa o mexicano Carlos Slim, da Telefônica, tornou-se o homem mais rico do planeta. A alternativa óbvia, que é a comunicação pela internet, como o Skype, não difere muito em termos de procedimentos, e é de graça. Aproveita investimentos em infraestrutura, com a geração de acesso à banda larga da internet, e estes representam custos, mas uma vez cobertos os investimentos, não há razão para não se generalizar o acesso aberto, em vez de pagar os intermediários.

O presente texto está sendo escrito em *Microsoft Word*. Quando eu trabalhava na ONU, o software para textos era outro, *Wordperfect*, que eu utilizava não porque fosse melhor, mas porque era o padrão nas Nações Unidas. Eu precisava não só escrever, como comunicar o que escrevia. O *Microsoft Word* não é melhor, apenas ganhou a guerra do padrão, e como todos precisam comunicar, virou monopólio de fato. O que se cobra hoje para ter o software junto com o computador é impressionante, e Bill Gates se tornou o homem mais rico do planeta, alternando com Slim em 2013. Quando um padrão se generaliza, não há escolha, e por tanto não há concorrência.

Carlos Slim, partindo de especulação imobiliária e financeira, e dos lucros como acionista da British American Tobacco e depois da Philip Morris, controla 90% das comunicações telefônicas do México, e o acesso a celulares em praticamente toda a América Latina. No Brasil controla a Claro. Hoje é acionista da Apple, e investe também em filantropia. A Telefônica espanhola também tornou-se um conglomerado planetário, com a Vivo no Brasil. Na Europa foi condenada em 2007 a pagar 152 milhões de euros por atividades para eliminar a concorrência. Todas estas empresas dispõem de grandes departamentos jurídicos, interessa-lhes em geral ficar no rigoroso limite da legalidade, e ir gradualmente mudando as próprias leis a seu favor.

Não é nosso objetivo aqui fazer a listagem das apropriações pelo oligopólio, ou da massa de reclamações contra as tarifas e qualidade de serviços. O importante, é que o grau de concentração e o poder econômico e político dos gigantes da área tornam extremamente difícil o seu controle por agências reguladoras, como é o caso da fragilidade da Anatel no Brasil. E o essencial é que uma vez instaladas as torres de retransmissão, a prestação dos serviços torna-se extremamente barata, e concedê-las a corporações internacionais não faz o mínimo sentido. Milhares de pessoas rodam entre Tim, Vivo e Claro, imaginando reduzir a irritação, e enfrentam o mesmo oligopólio.

As alternativas são bastante óbvias. O Linux apresenta a alternativa de sistemas abertos frente ao sistema privativo e monopolizado da Microsoft. É utilizado, por exemplo, pela IBM, pelo Pentágono e pelo governo alemão, para dar alguns exemplos. Os sistemas abertos como Skype permitem comunicação gratuita sem a intermediação do oligopólio dos celulares. Os sistemas abertos universitários de acesso, como OCW (*OpenCourseWare*). EdX das principais universidades americanas, o CORE (China Open Resources for Education) se contrapõem aos sistemas de intermediação privada como Elsevier e outros oligopólios de revistas indexadas, denunciadas por exemplo pelo prêmio Nobel de Medicina Randy Schekman. Os mais variados setores de atividade efetivamente produtiva tentam escapar dos pedágios escorchantes cobrados por

intermediários que hoje mais travam do que ajudam. Até as rádios comunitárias são criminalizadas. A guerra pelo livre acesso à informação, na era da economia do conhecimento, adquiriu particular importância. Se o setor público não assegura alternativas com o desenvolvimento de um serviço público paralelo, e se não houver um sistema mínimo de regulação, este setor essencial para a produtividade sistêmica da sociedade continuará a pesar nas nossas contas de uma maneira desproporcional.

Olhando de maneira mais ampla, não são mais os produtores, são os intermediários que dominam hoje o sistema econômico planetário. Vimos acima o poder radicalmente novo que adquiriram os intermediários financeiros. O conceito de *to big to fail* (grande demais para quebrar) lhes conferiu uma posição de chantagem que lhes permite literalmente mamar nos recursos públicos sem precisar investir nem fomentar a economia: basta agitar o estrago que podem fazer. A intermediação comercial está hoje controlada por um gigantesco aparato de *traders* mundiais que geram instabilidade e volatilidade, o que obriga os que precisam das commodities a pagar sobretaxas de garantia, através de derivativos. Os intermediários jurídicos se deram conta que controlar tanto a aplicação como sobre tudo a elaboração das leis, os transforma em poderosas alavancas das grandes corporações, com capacidade de criminalizar qualquer atividade que não seja favorável aos seus interesses, e cada vez mais qualquer pessoa particular. Os intermediários da comunicação se apropriam simplesmente do controle da navegação do conhecimento no planeta, colocando pedágios sobre qualquer mensagem que passa, sem falar de termos de contribuir com as empresas de software a cada vez que abrimos o computador.

Todas estas atividades estão gerando os seus anticorpos. No Brasil já são mais de cem bancos comunitários, e o conceito de microcrédito e de caixas de poupança municipais está se espalhando pelo planeta, sem falar dos sistemas de crédito online, sem intermediários. O comércio direto entre produtores e consumidores está se multiplicando, em particular aproveitando a conectividade planetária que permite a desintermediação. Na área jurídica aparecem embriões de uma outra cultura jurídica, centrada na defesa dos direitos humanos no sentido amplo, movimentos como o dos Juízes Democráticos e semelhantes. Na comunicação, os movimentos ligados ao Linux, ao *open access*, aos recursos educacionais abertos, às rádios e TVs comunitárias geram novas esperanças.

Mas a realidade é que estas tentativas de democratizar a economia, de resgatar o nosso direito elementar de desenvolver pequenas e médias empresas, iniciativas dos mais diversos tipos – e não apenas como subcontratadas ou terceirizadas das grandes corporações – são duramente combatidas. Em nome dos direitos autorais, do respeito às patentes, ou até da ética, as corporações buscam criminalizar o direito de livre iniciativa, o que para quem leu Adam Smith se torna até irônico. As táticas de saturação que utiliza uma Walmart para destruir o pequeno comércio nas regiões onde decide se instalar, para uma vez a quebradeira consumada voltar a subir os preços são clássicas, e estudadas como *cases* nas universidades. Voltamos a dizer, a intermediação é necessária, precisamos de facilitadores: mas quando os intermediários se tornam gigantes que engessam o sistema para cobrar facilidades, tornam-se um entrave para o desenvolvimento econômico.

Tomando mais recuo ainda relativamente ao nosso raciocínio, vimos uma primeira grande área, a de produção material, claramente dominada pelo sistema privado e se apoiando em mecanismos de mercado. Para fazer funcionar este mundo empresarial, é

vital termos uma segunda área, com infraestruturas densas e eficientes, de modo a reduzir os custos externos. Aqui predominam claramente o setor estatal e os mecanismos de planejamento que temos de resgatar, inclusive para assegurar o equilíbrio entre setores, regiões e classes sociais. Na terceira área, de serviços de intermediação, onde funcionam, é com forte presença do Estado, tanto em termos de regulação para reduzir a cartelização e as fraudes, com em termos de geração de empresas estatais que possam introduzir mecanismos de concorrência. Vimos assim a importância, no Brasil, do setor bancário público para compensar os desequilíbrios gerados pelos grandes grupos privados, ou de emissoras estatais de TV em diversos países, como a BBC na Inglaterra, para gerar um mínimo de alternativas inteligentes para o público, na área da informação.

O que estamos aqui sugerindo, é que estas três grandes áreas, de produção material, de infraestruturas e de intermediação, precisam, nesta era de economias complexas, de instrumentos diferenciados de regulação, que poderíamos resumir como de dominância privada na produção material, de dominância estatal na área das infraestruturas, e de sistemas mistos na área dos serviços de intermediação, os mais propensos à cartelização.

4 - As políticas sociais

O que estamos aqui descrevendo, não é teoria econômica, mas o funcionamento da economia, os seus mecanismos básicos e diferenciados área por área, setor por setor. Ao descrever em poucas páginas cada um dos grandes setores, voltamos a dizer, não temos a pretensão de sistematizar a complexidade de cada um: o nosso objetivo é permitir ao leitor ter esta visão mais ampla. É metodologicamente útil mostrar os desafios das unidades produtoras, a sua necessidade de infraestruturas funcionais, e a importância e limites dos facilitadores que deveriam ser, e frequentemente são, os intermediários. Agora, as três áreas mencionadas, para funcionar, dependem vitalmente de uma quarta área, que chamamos aqui de políticas sociais, basicamente saúde, educação, cultura, turismo, lazer, esporte, habitação social e segurança. Estes setores têm em comum o fato de constituírem investimentos nas pessoas. Se não tivermos pessoas com bom nível educacional, com saúde, vivendo de maneira decente – ou seja, com qualidade de vida – nenhuma das outras áreas de atividades irá funcionar. É a dimensão do chamado capital humano. No Brasil este aspecto é particularmente sensível, pois durante séculos deixou-se de investir nas pessoas, a não ser na reprodução das elites.

As raízes históricas disto são profundas: esta colônia produtora de bens primários de exportação, não precisava de muita mão de obra qualificada. Pior, como utilizava os recursos gerados pela exportação para importar bens de consumo da Europa, não precisava da mão de obra local nem para desenvolver atividades econômicas mais sofisticadas, nem como fonte de demanda. Assim que manter uma massa popular na pobreza e na ignorância tornou-se funcional. Fomos o último país a abolir a escravidão, e em 1964 ainda um Paulo Freire foi encarcerado por tentar alfabetizar os pobres. Só muito recentemente acordamos para o resgate da imensa dívida social deste país dividido, e ainda assolado pelos ódios das elites contra qualquer iniciativa de inclusão.

Assim que esta quarta área que agora analisamos, políticas sociais, tornou-se no Brasil particularmente importante. Um outro aspecto das políticas sociais é que sempre foram qualificadas, no Brasil, como *gasto*, e não *investimento*. O raciocínio aqui é simples: um produtor, por exemplo de bonecas Barbie, diz gerar um produto útil, ampliar o emprego, e pagar impostos. Portanto, é um *produtor*. Na sua visão, os gastos em saúde, educação,

cultura, lazer e semelhantes, constituem exatamente isto, *gastos*. A não ser, naturalmente, que se trate de uma instituição com a USP, onde os seus filhos irão estudar de graça, pois aí ele entende, corretamente, que é um investimento.

Como os esforços de inclusão através de investimentos sociais se dão por meio de iniciativas públicas, este *gasto* será sistematicamente atacado como populismo, inchaço da máquina do Estado e semelhantes. E os impostos sobre quem pode pagar, as elites, serão um vetor de reações históricas. Esta imagem, de um setor privado que produz, e de um Estado gastador, tornou-se não mais uma ideia, mas um preconceito, no sentido de gerar reações ideológicas impenetráveis ao raciocínio, e diariamente martelado na mídia.

Na realidade, quando uma empresa contrata um técnico bem formado, tende a esquecer que neste jovem de 25 anos há 25 anos de investimento social, da família e de diversos serviços públicos para gerar uma pessoa organizada, com bons conhecimentos, com saúde e capacidade de trabalho e de iniciativa. Produzir a boneca ou um sapato também representa custos, sociais e ambientais, tempo de trabalho e de deslocamentos, gasto de matéria prima e gestão de resíduos. Na economia, como dizem, não há almoço de graça, tudo é ao mesmo tempo custo e resultado, insumo e produto. E nas políticas sociais, o setor público é fundamental.

Saúde

Saúde, sem dúvida, custa. Mas é o produto que mais desejamos. Ou seja, é um produto, e talvez o melhor de todos. Não é uma atividade meio, é uma atividade fim. No entanto, devemos distinguir saúde, o resultado que queremos, dos serviços de saúde, que representam um custo. Ou seja, quanto mais saúde tivermos com o mínimo de serviços de saúde, melhor. É o que se chama de produtividade da saúde. Nas últimas décadas, o mundo ganhou uma sobrevida impressionante. Antes, o tempo de criar os filhos, era a conta, nos enterravam. Hoje, as pessoas vivem 80, 90 anos. O progresso é impressionante. O Atlas Brasil 2013, avaliação geral dos 5.565 municípios do país, mostra que entre 1991 e 2010, em vinte anos, o tempo médio de expectativa de vida do brasileiro subiu de 9 anos, passando de 65 para 74 anos. São resultados espetaculares.⁹

As pessoas tendem a atribuir estes resultados aos produtos que vemos na publicidade, belos hospitais e novos medicamentos. Tomou Doril a dor sumiu e semelhantes. Na realidade, o imenso avanço da humanidade em termos de esperança de vida se devem essencialmente à vacina, ao sabão, ao acesso à água tratada e ao saneamento básico. Mais recentemente no Brasil, a redução da fome com os diversos programas governamentais também operou milagres, o que explica em grande parte os 9 anos de vida que ganhamos.

Portanto, ainda que grande parte de mídia se preocupe com o tratamento da doença, os grandes ganhos de produtividade, e de dias saudáveis, se devem à saúde preventiva, ou seja, ao conjunto das medidas, muitas delas fora do que consideramos normalmente setor de saúde, que evitam que surjam as doenças. Prevenir aqui é incomparavelmente mais produtivo do que remediar.

A tensão gerada aqui é evidente, entre o conceito de serviços de saúde e o conceito de indústria da doença. O sistema privado não tem interesse no sistema de prevenção por duas razões: primeiro, porque são ações universalizadas (como vacinas, água e

⁹ Para os dados da pesquisa *Atlas Brasil 2013: o IDH Municipal*, ver <http://dowbor.org/2013/10/ladislau-dowbor-interiorizacao-do-desenvolvimento-idh-municipal-2013-setembro-20132p.html/>

saneamento etc.) que envolvem muita gente sem dinheiro para pagar, e grandes esforços organizacionais que resultam da capilaridade das ações universais. A vacina tem de chegar a cada criança do país. Segundo, porque ao reduzir os problemas de saúde, reduz-se o número de clientes. E o setor privado vive de clientes. Está interessado em poucos, e que possam pagar bem. Necessidade e capacidade de pagamento são duas coisas diferentes. A concentração dos recursos da saúde privada no sistema curativo hospitalar e nas doenças degenerativas dos idosos é um resultado direto desta deformação.

No caso brasileiro, naturalmente, a característica básica é a desigualdade, o que faz com que se tenha gerado dois universos de serviços de saúde, o público para a massa de pobres, e o privado para os ricos e a classe média. E na medida em que o setor privado, e muito lucrativo, da saúde com fins lucrativos, tenta expandir o universo de cobertura paga, os esforços de se generalizar o acesso a bons serviços públicos e gratuitos de saúde passam a ser atacados. O fato da direita americana no congresso quase paralisar os Estados Unidos na guerra contra a universalização destes serviços dá uma ideia dos interesses envolvidos.

Na realidade, nos Estados Unidos a saúde representa praticamente 20% do PIB, quando a indústria emprega menos de 10% da mão de obra do país. O fato do setor da saúde se agigantar, tornando-se o setor econômico mais importante, ajuda a entender as articulações perversas que se geram. Os Estados Unidos gastam cerca de 7.500 dólares por pessoa por ano em serviços de saúde, e o Canadá quase exatamente a metade. No entanto, o nível de saúde no Canadá, onde os serviços são públicos, universais e gratuitos, é incomparavelmente superior. O sistema americano, baseado no privado e no curativo, faz o cidadão procurar os serviços quando o mal já aconteceu. E os procura raramente, pois são caros. O resultado é este: muito dinheiro e pouca saúde. Nas pesquisas de produtividade dos gastos em saúde em países desenvolvidos, os Estados Unidos aparecem em último lugar.¹⁰

A base do raciocínio – usando de preferência o cérebro e não o fígado, onde os argumentos já vêm verdes e amargos – é que saúde não é um produto como um chinelo, que se produz em massa na China e na Indonésia e se despacha por contêiner. Uma sociedade saudável trabalha um conjunto de frentes que incluem desde cuidados da primeira infância, até o ambiente escolar, as condições de habitação e urbanismo, a qualidade de vida no trabalho, o controle de agrotóxicos e semelhantes. A vida saudável resulta de um conjunto complexo de fatores, todos densamente ligados com a qualidade de vida em geral. Não é um produto padronizado que sai de uma máquina e resolve. Envolve na realidade uma forma de organização social. E nos referimos aqui a fígado porque os discursos que aparecem são carregados de ódios ideológicos, que pouco ajudam.

Quando pensamos em saúde tendemos a pensar na farmácia e no hospital, porque nos acostumamos a pensar na saúde apenas quando a perdemos. E não há dúvida de que há uma indústria da doença pronta para reforçar esta visão em cada publicidade de um plano privado de saúde, de remédios milagrosos e semelhantes. Mas no básico é importante pensarmos que as políticas da saúde se agigantaram muito recentemente, e que constatamos por toda parte as formas mais diversas de organização: desde o *out-of-*

¹⁰ Avaliação do ano 2007 mostrou os Estados Unidos em último lugar entre países desenvolvidos em eficiência de saúde: gastaram \$7290 por pessoa. Em primeiro lugar ficou a Holanda, apesar de gastar apenas \$3837 (New Scientist, 26 June 2010). Saúde privada, essencialmente curativa e elitista, constitui um desperdício.

pocket (saúde curativa paga no serviço prestado) dos Estados Unidos, até a medicina pública social e universal da Inglaterra, do Canadá, dos países nórdicos e de Cuba. No Brasil temos a convivência caótica do SUS com os gigantes financeiros que controlam planos de seguro e de saúde, passando por sistemas cooperativos diversos.

É importante a visão de conjunto: temos um grande acúmulo de experiência de gestão empresarial nos setores produtivos tradicionais, como de carros, e também na área de administração pública. Mas no desafio de assegurar um bom nível de saúde, que resulta da convergência de numerosos atores, inclusive dos movimentos sociais, ainda estamos à procura de paradigmas adequados de gestão. Os rumos mais significativos, se buscarmos resultados, o que funciona efetivamente em diversos países, apontam para sistemas predominantemente preventivos, com acesso universal e gratuito, baseados em gestão pública mas fortemente descentralizados e com forte capacidade de participação e controle por organizações da sociedade civil.

Há uma dimensão ética aqui, de que nenhum ser humano deve padecer e sofrer quando temos formas simples de resolver o problema. A indiferença aqui é vergonhosa e injustificável. Em termos sociais e políticos, não há dúvida de que uma das melhores formas de democratizar uma sociedade é de se assegurar que todos tenham acesso à saúde, tanto preventiva como curativa, independentemente do nível de renda. É uma forma essencial de redistribuição indireta de renda, de se generalizar o bem-estar. A falta de acesso a serviços básicos de qualidade, por outro lado, gera um sistema quase de chantagem: as famílias se sangram para pagar um plano privado de saúde, gastando muito mais do que o custo dos serviços prestados, simplesmente por insegurança, pela possível tragédia de um acidente ou doença grave. Acabamos comprando, e pagando caro, por um certo sentimento de tranquilidade, e não pelos serviços de saúde efetivamente prestados. E quanto mais inseguros nos sentimos, mais pagamos. A indústria da doença precisa ser fortemente controlada, e um dos melhores caminhos é a sistemática elevação da qualidade e acessibilidade dos serviços públicos universais de saúde.

Educação

A educação é outra área onde o sistema privado funciona de maneira extremamente precária, sempre carregando o seu pecado original, que é de se interessar mais pela capacidade de pagamento do que pelas necessidades. Há que distinguir aqui, no sistema privado, o que são instituições comunitárias e instituições com fins lucrativos. As PUCs, por exemplo, são universidades privadas e pagas, mas todo eventual excedente é reinvestido na própria instituição, ninguém leva lucro para casa. São privadas mas comunitárias. As universidades privadas famosas dos Estados Unidos podem ser privadas, mas são fundações, também sem fins lucrativos. É diferente, naturalmente, de uma Phoenix, com centenas de milhares de alunos, cotada em bolsa, propriedade do Apollo Group, e alvo de inúmeros processos. A taxa de conclusão dos cursos é de apenas 16%.¹¹ É uma indústria do diploma, da mesma forma como se gerou a indústria da dívida estudantil. A educação vista como negócio é um problema.

O fato da educação ter se tornado negócio, e muito lucrativo, tem a ver com o fato que todas as atividades econômicas estarem se tornando densas em conhecimento. Até o modesto agricultor familiar hoje depende de inseminação artificial, análise de solo,

¹¹ sobre a Phoenix, é instrutivo ler o artigo no New York Times, de Tamar Lewin, http://www.nytimes.com/2012/10/18/education/university-of-phoenix-to-close-115-locations.html?_r=0y

informações de mercado e semelhantes. Quanto às áreas como eletrônica, farmácia, construção, a própria educação, todas são muito intensivas em conhecimentos. Quando o conhecimento se torna o principal fator de produção, também se torna o principal vetor de emprego e renda. Investir na educação dos filhos é hoje uma das principais formas de poupança, de proteção no longo prazo. A Rússia de Tolstoi tinha 6% de alfabetizados, o Japão em 1900 já tinha eliminado o analfabetismo, hoje as pessoas enfrentam o analfabetismo digital, a deficiência no inglês, as fragilidades de matemática avançada. O nível de conhecimentos básicos para não se ver excluído constitui um patamar em constante elevação. O conhecimento virou capital, o chamado capital humano.

O conhecimento, como vimos acima, tem características diferentes relativamente aos fatores tradicionais de produção como terra, capital ou força de trabalho. É imaterial. Como é imaterial, navega nas ondas eletromagnéticas, podendo ser livremente acessado em qualquer parte do planeta, por qualquer pessoa que tenha um equipamento básico que no decorrer da presente década estará nas mãos de praticamente todos. Característica fundamental, o conhecimento não é um bem rival: o seu uso não reduz o estoque, se passo uma ideia a alguém continuo com ela. Isto implica que o que era educação, transmissão de conhecimentos básicos à nova geração, passou a ser um sistema planetário de criação e circulação colaborativa de ideias. E como as tecnologias, neste novo ambiente, passaram a evoluir de maneira extremamente rápida, a educação deixou de ser uma atividade de crianças e jovens, para se transformar numa atividade permanente de atualização durante a nossa vida.

Com a nova importância e ubiquidade, a organização e transmissão do conhecimento deixou de ser um assunto apenas de escola, de sala de aula. Hoje temos como realidade ou potencial de construção e atualização de conhecimento os cursos nas empresas, os computadores em casa, o celular no bolso, os próprios canais de televisão quando utilizados com certa inteligência. Este novo relacionamento entre a humanidade e o conhecimento, envolvendo todas as etapas da vida, todas as pessoas e os mais diversos ambientes do nosso cotidiano, nos levam a preferir o conceito de gestão de conhecimento ao conceito demasiado estreito de educação, que sempre nos leva a pensar na sala de aula, giz e professor. A gestão do conhecimento, assim entendida, coloca o mundo atual da educação no centro do furacão: é a principal máquina de geração, organização e transmissão do principal fator de produção.

Aqui como em outras áreas das políticas sociais a desigualdade histórica herdada pelo Brasil constitui um fator estrutural fundamental. Os grupos privados não investem na educação básica, a não ser em algumas ilhas de luxo. Investem pesadamente sim na educação superior, local de pesados investimentos das famílias. Gerou-se assim um sistema de gestão do conhecimento que reproduz as desigualdades. E aqui também a educação pode se tornar o principal vetor de emancipação, de inclusão cognitiva, de inclusão produtiva, de redução da desigualdade de chances à partida na sociedade brasileira.

A tensão neste setor torna-se assim bastante clara. Há uma visão de democratização do conhecimento para tornar toda a sociedade mais produtiva e culturalmente mais rica, e uma visão de restrição do acesso para que o conhecimento possa constituir um fator de lucro. O conhecimento sendo imaterial, e de livre circulação como o ar, não haverá muito interesse em pagar pelo acesso. É um setor onde para ter lucro é preciso restringir o acesso. E a privatização, no sentido de organização com fins lucrativos, tem obviamente este objetivo.

Neste setor, claramente, a privatização reforça as elites, enquanto o acesso universal tende a equilibrar a sociedade. Mas pensar apenas na empresa privada ou na máquina estatal simplifica e deforma o problema. Na linha do movimento Cidades Educadoras, busca-se hoje aumentar a densidade de conhecimento e o enriquecimento cultural de toda uma comunidade, de um bairro, de uma cidade, e não apenas assegurar aulas na escola. Os próprios currículos buscam hoje se adequar às realidades diferenciadas dos diversos territórios, a escola passa a buscar assegurar a articulação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento do território onde estão inseridas, em vez de apenas transmitir conhecimentos. A visão é de um sistema aberto e colaborativo em rede, com centralidade da dimensão pública, e forte enraizamento nas organizações sociais de educação e cultura. Não é o acesso ao conhecimento que deve ser precificado e transformado em lucro, e sim a sua eventual aplicação em inovações, em produtos. O próprio conhecimento tem de ser livre, universal e gratuito. A Unesco, aliás, tem nesta área uma visão interessante: quem não tem acesso ao conhecimento, como direito humano básico, tampouco tem acesso aos outros direitos, pois não saberá exigí-los ou acessá-los.¹²

Cultura e informação

A conectividade planetária é muito recente, em termos históricos. Com poucos alfabetizados, ausência de meios de comunicação e populações rurais dispersas, a cultura era uma forma de interação direta entre pessoas de uma comunidade. E a cultura no sentido chique, *la culture*, era coisa das cortes, dos minuetos de Versalhes, das brioches de Maria Antonieta, do piano na Casa Grande. Com a vertiginosa expansão, durante o século passado e em particular nas últimas décadas, da imprensa, do rádio, da televisão, e hoje dos sistemas interativos digitais, houve um adensamento geral de fluxos de criatividade planetária. Estamos, em termos de instituições, organização e gestão, sempre atrasados relativamente às tecnologias. E os potenciais simplesmente explodiram.

A cultura tem especificidades, da mesma forma como vimos nos capítulos acima que os diversos setores têm cada um as suas especificidades. Em particular, a atividade criativa não é como colocar e cimentar blocos numa construção, coisa que o pedreiro faz pelo salário. A criação cultural é um prazer em si, e raramente as grandes criações foram proporcionais aos níveis de estímulo financeiro oferecido. Talvez até pelo contrário. Não estamos aqui sugerindo que sejam boas as tragédias de um Baudelaire ou de um Van Gogh, mas sim que se trata de um produto econômico diferente. É uma atividade fim, tanto para quem cria como para quem aprecia. Basta ver a imensa criatividade amadora, o o chato que se torna a cultura paga e padronizada que veicula a grande mídia.

Outra característica deste setor de atividades é de que é em grande parte imaterial. A música, o filme, a foto, a pintura, o show podem ser retransmitidos pelo planeta afora e captados em qualquer parte do mundo. Isto tem duas vertentes. Significa por um lado que qualquer amador pode realizar um curta e colocar no Youtube, ou disponibilizar fotos ou um poema, e circulará pelo mundo. Ou não circulará, dependendo da qualidade, da criatividade. E por outro lado qualquer pessoa que goste de uma criação cultural poderá repassá-la, gerando um ambiente de livre criação e circulação artística mundial. Na era digital, conforme vimos acima, com a generalização de acesso temos a oportunidade de uma imensa democratização da cultura. Abre-se a avenida dos

¹² Sobre este assunto, veja detalhes em *Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação*, disponível em <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2001/01/13-TecnDoCnh2013.doc>

chamados *prosumidores*, simultaneamente produtores e consumidores, sem a tradicional separação entre produtor, intermediário e consumidor.

Naturalmente há a outra vertente, ainda amplamente dominante, deste processo. É o que tem sido chamado de indústria cultural, ou de *entertainment industry* nos Estados Unidos. É dominada pelos grandes grupos que tentam privatizar as infraestruturas, e cobram pedágios de intermediação. Vimos acima os grandes grupos de comunicação, as fortunas dos controladores do software de acesso, sentinelas das ondas eletromagnéticas. Interessa-nos aqui a dimensão cultural desta apropriação.

Com a expansão do rádio, cinema, televisão, e a penetração em praticamente qualquer residência (95% dos lares têm tv no Brasil), crianças assistindo na média 4,5 horas por dia, e com o controle pertencendo basicamente a quatro grupos privados, gerou-se uma máquina de fornecimento de produtos culturais de alguns pontos centrais para todo o país. Cultura de recepção, passiva e não interativa, mas que gera comportamentos comerciais obsessivos, já que o seu ciclo econômico passa pela publicidade, frequentemente apoiada na criação de ídolos e outros ícones da cultura comercial. Trata-se, literalmente, da indústria do consumo, em que a cultura entra apenas como engodo.

No conjunto, esta dinâmica gerou uma imensa passividade cultural. Não se produz música no bar da esquina, não se escreve samba em mesa de bar, não se toca música em casa, não se aprende violão, tudo é recepção. A criação, esta depende do criador entrar no seletivo grupo que uma empresa irá apoiar, para virar, na melhor tradição do *jabá*, um sucesso. A cultura deixa de ser uma coisa que se faz, uma dimensão criativa de todas as facetas da nossa vida, e de todas as pessoas, e passa a ser uma coisa que se assiste, sentado no sofá, publicidade de sofá incluída.

A era da internet vem naturalmente transtornar o confortável universo dos latifundiários das ondas magnéticas. Filmes simples mas criativos a partir de qualquer celular encontram enorme sucesso no *youtube*, músicas alegres, tristes ou debochadas passam a circular no planeta sem precisar da aprovação de intermediários, artesãos do vale do Jequitinhonha que vendiam artesanato a 10 reais para se espantarem ao saber que eram revendidas por 150, passaram a furar os bloqueios dos intermediários e a vender na internet. Livros que nunca estão disponíveis nas livrarias aparecem *online*, com muito mais leitores.

O que está acontecendo, é que as ondas eletromagnéticas, aliás públicas, permitem que qualquer pessoa conectada crie os seus próprios canais de distribuição, acesse criações de qualquer parte do mundo, recriando-as. Na geração tecnológica anterior, o dono da cultura era quem produzia o suporte material, livro no papel, o CD, o DVD, estoques físicos de cultura, por assim dizer. O intermediário cultural vendia o suporte material, com pequena porcentagem para quem cria. A conectividade planetária muda profundamente esta situação, pois o ponto de remuneração, situado no momento de compra do suporte material, deixa de ter a mesma importância. Os grandes grupos econômicos de intermediação cultural, que não criam mas vivem da venda da criação de terceiros, continuam dominantes, mas já não são a única opção. Por mais que tentem manter pedágios sobre produção alheia, a criatividade retoma o seu lugar.

A apropriação descentralizada de canais de expressão cultural abertos, gratuitos e interativos gera impactos no desenvolvimento local que vão muito além da própria criação cultural. À medida que a conectividade planetária se generaliza, que se multiplicam as formas de acesso, abre-se a possibilidade do que poderíamos chamar de artesanato cultural, no melhor sentido. Na favela de Antares, no Rio de Janeiro, dotada de banda-larga, os jovens plugados passam a fazer design e a prestar serviços

informáticos diversos, o que lhes rende dinheiro, e fazem cultura por prazer e diversão. Nas cidades com acesso WiMax, banda larga sem fio, as crianças têm na ponta dos dedos acesso a criações científicas, lúdicas ou artísticas de qualquer parte do mundo, esbarram no inglês macarrônico mas suficiente, criam comunidades virtuais. Que prazer maior que o de mandar para um amigo uma música legal, no instante da descoberta?

A tensão aqui é forte entre os oligopólios centrados na defesa de privilégios e das elites, e os inúmeros canais de informação que surgem no planeta, livres das amarras com interesses corporativos e estatais. A batalha se dá aqui nos três níveis que vimos, das infraestruturas de comunicação (cabos, satélites etc.), da intermediação do acesso (Os Murdoch e semelhantes do planeta, grandes provedores nacionais e internacionais) e dos criadores efetivos de cultura e informação, que são os artistas, os jornalistas outros personagens da criatividade moderna. Na realidade, são os que criam que constituem ainda o elo mais fraco do ciclo.

Enfrentamos portanto um processo muito dinâmico, em que as novas tecnologias e os novos comportamentos, sobre tudo da juventude, permitem transformar cultura e informação numa gigantesca rede colaborativa e interativa, enquanto gigantes corporativos travam o acesso em nome, curiosamente, dos direitos do autor ou até da ética. É um duelo que se dá em várias frentes, tanto que o assunto envolve as infraestruturas de comunicação, os grupos que controlam o acesso, e os que efetivamente criam. O essencial é que cultura, diferentemente do sabonete, não se regula de forma adequada pelo mercado, enquanto as formas colaborativas descentralizadas ainda procuram novas soluções. É o universo das redes, do acesso aberto, da gratuidade, e das formas alternativas de remuneração.

Turismo, lazer e esporte

A análise dos dilemas dos vários setores, particularmente na área das políticas sociais, mostra a que ponto a desigualdade constitui um fator estrutural de desequilíbrio. E a dinâmica do mercado busca reproduzir a desigualdade, pois precisa dificultar o acesso para poder cobrar dos privilegiados. O condomínio Riviera de São Lourenço, em Bertioga, ilustra bem a deformação dos mecanismos. Onde antes as praias estavam abertas ao público, agora há guaritas e cercas, e anúncios de que a Riviera “lhe oferece” as maravilhosas ondas etc., no que era um bem público, aberto. A Riviera, naturalmente não criou nem as praias nem as ondas, e no entanto cobra pelo acesso, pela simples razão de que assumiu o controle. Ainda que não formalmente, na prática privatizou a praia, reduziu o acesso. Ou seja, para ter lucro como empreendimento turístico, precisa restringir o acesso. É a economia da escassez. Para faturar com a demanda, é preciso reduzir a oferta. O bem comum aberto, livre e abundante não dá dinheiro, apenas assegura qualidade de vida. E a empresa busca dinheiro.

A ilustração serve para inúmeros casos. Em Fortaleza as populações de beira da praia foram expulsas para o Conjunto Palmeiras, porque as praias foram vendidas a grupos europeus, para a instalação de *resorts*. Nos Estados Unidos, as próprias praias foram em grande parte privatizadas, obrigando as pessoas a grandes viagens até os locais de praias públicas. Em Dakar os hotéis de luxo na costa fixam avisos nas praias, restringindo o acesso. É a economia do pedágio.

O shopping é de livre acesso, mas qualquer pessoa da periferia sabe distinguir acesso e acesso. Quando jovens da USP fazem festa no shopping, são vistos como mocidade alegre. Quando jovens da periferia fazem o mesmo, a repressão é imediata. Criam-se espaços privilegiados, com a diferença apenas de que em vez de cobrar entrada, deixa-

se entrar quem tem recursos, e provavelmente os vai gastar. Certos shoppings já sequer têm acesso a pé, para assegurar uma seleção à partida.

O gradual cerco aos espaços livres, à brincadeira de rua, ao convívio solto com gente encontrada ao acaso, tem seu preço. Podemos sim pagar um pacote turístico, podemos pagar a mensalidade no clube, podemos ir assistir ao jogo da seleção pagando muito dinheiro. Os que não podem simplesmente se vêm privados do acesso. Para quem tem dinheiro, a vantagem é dupla: tem o acesso, e o sentimento de pertencer à elite.

É importante aqui mencionar que as atividades de turismo, que permitem mudar de ambiente de vez em quando, as de lazer que permitem espairecer no fim de semana, ou de esporte que permitem brincar mesmo sendo adulto – e não apenas assistir a um jogo na TV – não constituem um luxo, constituem necessidades básicas da felicidade humana.

Quando se fala em desenvolver estas atividades, a referência é quase sempre uma visão de indústria do turismo, indústria do lazer, indústria do esporte. E é sem dúvida o que predomina, quando parte de iniciativas empresariais. Esta indústria é simplesmente necessária, sobretudo no plano dos intercâmbios internacionais. Mas quando se orienta para a exclusividade, - e a exclusão – em vez do convívio, gera problemas e tensões. Em conversa com turistas holandeses no luxuoso *resort* da Costa do Sauipe, na Bahia, eles se diziam maravilhados pelo luxo e pela beleza das praias, mas desiludidos porque o *resort* cercado podia estar em qualquer parte do mundo, e eles queriam conhecer o Brasil, ter contato com brasileiros. Ninguém vai a Paris para se fechar num condomínio de luxo. E ir para a Bahia e não conviver com Salvador, com a riqueza cultural baiana não faz sentido. Esta compreensão do lazer não como isolamento, mas como convívio, como enriquecimento cultural recíproco, nos leva a uma outra concepção deste setor de atividades.

A iniciativa pública, articulada com poderes locais e movimentos sociais tem um amplo papel a desempenhar aqui. Cada praça ou parque – espaço de convívio e lazer – que é transformado em espaço comercial restringe a liberdade dos residentes do bairro, da cidade. Em Toronto, poucas pessoas investem em piscinas individuais, porque a cidade dispõe de numerosas piscinas públicas, e as escolas além de ter piscinas asseguram o seu uso pela comunidade. O custo de uma boa infraestrutura de piscinas, repartido por milhares de usuários, é mínimo, permitindo inclusive assegurar manutenção e segurança, além de um espaço de trocas e convívios.

No caso do esporte em geral a situação é crítica, pois na ausência de espaços públicos torna-se cada vez mais caro. Os adultos sentem muito o impacto deste déficit, e as crianças e jovens muito mais ainda. Um jovem na periferia, com pouca renda, tem que opções? O esporte transformado em indústria nos leva ao sofá para assistir as habilidades de superatletas, comendo salgadinho e assistindo intervalos publicitários. Construir mais estádios aparece no PIB, mas manter áreas verdes, parques, espaços para jogar bola e brincar com as crianças não aparece como atividade econômica. O resgate de espaços de gratuidade é vital, e exige não só forte presença do setor público, como é vital que se mobilizem as comunidades, as organizações da sociedade civil, para fazer contrapeso aos interesses imobiliários e semelhantes. E ter uma vida com lazer é uma atividade fim. Uma tarde passada em espaço aberto e livre com as crianças e amigos, não tem preço.

É interessante aqui confrontar os interesses pontuais e gerais. Uma empresa vê no espaço urbano uma oportunidade de fazer muito dinheiro. Saberá pressionar (ou contribuir para eleger) políticos, convencer um juiz, mobilizar mídia, para se apropriar

da área. Os interesses de milhares de pessoas são interesses gerais, no conjunto muito mais importantes, mas que não têm a mesma capacidade de dobrar resistências a qualquer custo, que possui um grupo que pode ganhar milhões. E o prejuízo se dilui entre milhares de pessoas, mas vai reverter em custos enormes de perda de qualidade de vida, gastos com segurança, desorientação de jovens, reforço da desigualdade de acesso a esta dimensão essencial das nossas vidas.

Habitação social

Habitação envolve naturalmente muito mais do que a casa. Moradia talvez seja mais expressivo, pois vem com a conotação de contexto e vizinhança, e o conjunto de atividades ligadas ao morar. Quando se trata propriamente de casas, em geral podemos colocar o assunto na área produtiva, no setor de construção. Iniciativa privada, dentro de certos limites, cada pessoa constrói a sua casa segundo as suas posses, gostos e adequações de localidade. Mas no quadro da desigualdade herdada, há uma extensa área de intervenção pública, pois grande parte da população foi reduzida a uma situação em que não tem as condições mínimas para um investimento deste porte, e mora em condições frequentemente sub-humanas, com impactos dramáticos para as famílias e em particular para a nova geração criada nestas condições.

Com a urbanização generalizada, – hoje o Brasil tem cerca de 85% de população urbana – a situação pode ficar catastrófica. Em particular, como o metro quadrado urbano é muito caro, quanto mais pobre é a família, mais irá construir à beira de córregos, em terrenos íngremes e sujeitos a desabamentos, em regiões de mananciais onde a construção regular é proibida e locais semelhantes. O resultado é que nos lugares onde menos se deveria morar, ocorre justamente a maior densidade de habitação.

Gera-se com isto um conjunto de custos que aumentam exponencialmente. A contaminação gera doenças e custos de despoluição, as grandes distâncias entre o emprego e a moradia geram sobrecarga de transportes, a ausência de infraestruturas gera uma grande vulnerabilidade social e multiplicação de problemas de segurança e assim por diante. A verdade é que em termos econômicos sai muito mais barato dar condições de vida decentes às pessoas do que enfrentar as consequências da marginalização e do desespero. E naturalmente, um fator de primeira importância, é que estas famílias perdem qualidade de vida. Ter uma massa grande da população que sofre por não ter acesso ao mínimo, num país rico, não faz sentido.

O impacto sobre os jovens é particularmente importante. Crianças e jovens representam cerca de um terço da população. Mas não votam, não têm poder aquisitivo, não são organizados em sindicatos nem partidos, são politicamente mudos, manifestando-se apenas em explosões periódicas. Um jovem na periferia, com poucos recursos, e na ausência de espaços públicos e gratuitos de convívio, lazer, cultura e esporte, fica sem opções.

Não se mora apenas numa casa, mora-se numa rua, num bairro. A lógica de organização deste espaço é vital, e a organização passa por um processo muito ativo de intervenção municipal, com participação direta das comunidades interessadas. A geração de um processo decisório participativo é vital. Se quisermos humanizar um bairro, precisamos adotar as formas organizacionais correspondentes.

E precisamos, naturalmente, nos dotar dos instrumentos de financiamento correspondentes. Numa cidade como São Paulo, onde se constroem apartamentos de 15 milhões de reais, enquanto milhões vivem em regiões que inundam todos os anos por ausência de infraestruturas correspondentes, os que se cercam de luxo devem pagar os

impostos municipais que lhes corresponde. É compreensível que advogados e juízes lancem ataques contra o aumento de impostos como o territorial urbano que atingiria os seus clientes ou apadrinhados. Mas manter impostos proporcionalmente ridículos para os donos de grandes fortunas e de mansões, não faz sentido. A batalha da mídia comercial e do judiciário para manter estes desequilíbrios é lamentável.

A perda de qualidade de vida atinge a todos. Viver no luxo, em condomínios fechados, numa artificialidade e isolamento social permanente, é patológico. Mansões de luxo onde as crianças não podem brincar fora de casa por medo de assaltos e sequestros, com serviços de segurança instalados dentro da própria casa, guaritas e carros blindados, representam ostentação e não qualidade de vida. Em Paris não só o imposto territorial, mas um sólido imposto sobre grandes fortunas, que financiam a renda mínima, asseguram que qualquer família possa passear a noite à beira do Sena, e que qualquer jovem possa passear em qualquer parte da cidade. A cidade é das pessoas, da comunidade, não de uma elite que se tranca em casas, em ruas policiadas, em shoppings de luxo, enquanto bairros pobres são assolados por criminalidade e sistemas prehistóricos de repressão.

Aqui, portanto, fica bastante evidente que a intervenção pública é essencial. Mas a intervenção pública dificilmente saberá escapar às pressões das grandes empreiteiras, especuladores imobiliários, e oligarquia do dinheiro se não se constituírem sistemas mais democráticos de decisão. Em São Paulo, a criação das subprefeituras e a eleição de conselhos de residentes em cada uma delas, é apenas um primeiro passo para começar a equilibrar as intervenções capazes de gerar novos equilíbrios. Onde funciona, a habitação social faz parte de um sistema integrado de geração de equilíbrios sociais, com forte presença da intervenção pública e um denso sistema de participação comunitária.

Segurança

Segurança não é repressão. Segurança é quando a repressão deixa de ser necessária. A violência, como o sexo, vendem bem na mídia, permitem rentabilizar as emissoras, elevam o valor da publicidade. Não há dúvida que há uma indústria que vive da insegurança, em nome de a ela manifestar o seu horror. Alimentar o sentimento de vingança e não de justiça, propor a pena de morte ou aplicá-la na prática ainda que seja ilegal, batalhar a redução da responsabilidade penal, tudo isto rende. Um moleque que faz um furto ou passa maconha, após um estágio em estabelecimentos penais, sai não só mais formado em crime, como seguramente organizado.

É importante aqui deixar de lado a bilis, o verde dos ódios, para entender os mecanismos. Primeiro, há o crime organizado. São hoje máfias dos mais variados níveis, desde locais até internacionais, profissionalizadas, equipadas, com relações nos presídios, nas polícias e no judiciário, frequentemente com representantes no legislativo, apoiados por sistemas bem rodados de transferências internacionais de dinheiro, contas em paraísos fiscais, apoio técnico de bancos do porte do HSBC ou do American Express, para mencionar apenas os mais citados na mídia financeira. A generalização da conectividade planetária permitiu que os grupos se articulem de maneira incomparavelmente mais ágil. São frequentemente intocáveis, não porque não se saiba quem são, mas justamente porque se sabe quem são. Numa reunião que tivemos com um dos principais pesquisadores da área, o juiz francês Jean de Maillard, explicava ele que a maior dificuldade em reprimir este tipo de criminalidade não era de se descobrir os autores, mas de enfrentar as fronteiras fluidas entre o crime de rua, os administradores do crime de rua, os gestores dos sistemas ilegais, os grandes bancos que

fazem lavagem do dinheiro, e empresas de porte como supermercados ou shoppings que foram financiados por este dinheiro. O colarinho, à medida que se sobe na escala, torna-se cada vez mais branco, a ilegalidade cada vez mais diluída, e nunca há uma fronteira nítida.

Em outro nível, mas sem descontinuidades, temos portanto a criminalidade de colarinho branco. Um estudo na França estimou que uma comparação entre os volumes roubados pelos batedores de carteira e semelhantes com as apropriações ilegais em operações bancárias fraudulentas, é dificultada pelo fato das proporções serem qualitativamente diferentes. Esta parte da insegurança geral é até pouco estudada. Basta dizer que envolve segundo Kofi Annan cerca de 48 bilhões de dólares anuais fraudados na África através do *mispricing* utilizado por empresas transnacionais, e que *The Economist* estima em 20 trilhões de dólares, um pouco menos de um terço do PIB mundial, o dinheiro locado em paraísos fiscais. Processos recentes na justiça americana e europeia mostram os principais bancos do mundo fraudando clientes em massa nos cartões de crédito. Apresentamos estes mecanismos que nos privam do nosso dinheiro não com arma na mão mas com sorrisos comerciais, no texto *Os Estranhos Caminhos do Nosso Dinheiro*, disponível online.¹³

Muito mais próximo das nossas preocupações, está o problema das drogas. Esta é outra área onde as pessoas tendem a apresentar um raciocínio que migra da cabeça para o fígado. E aqui também é importante fazer distinções. As folhas de coca mastigadas pelos indígenas desde sempre nunca mataram ninguém, ainda que a mídia de direita goste de apresentar Evo Morales como *cocalero*. Já um extrato químico como a cocaína, gerida e comercializada por grandes máfias e colarinhos brancos, coloca outro desafio. E os compostos químicos como o crack produzidos e comercializados em larga escala no mundo, são absolutamente destrutivos. Não são aqui necessárias nem folhas de coca nem plantações de papoula, nem quintais com maconha: são produtos sintetizados quimicamente, commodities por assim dizer, baratos de produzir em larga escala, e um flagelo para a humanidade. Aqui, a grande realidade é que no mundo da droga, prende-se a vítima, o usuário ou o pequeno repassador, *a rua*, e não se mexe na máquina.

O deslocamento recente vai no sentido de se ampliar a visão. Nas Nações Unidas, “a segurança humana se define como a condição de viver livre do medo e livre da necessidade”. Nesta visão mais ampla, temos por tanto de distinguir os níveis de criminalidade, com drástico reforço da repressão ao crime organizado, inclusive o de colarinho branco, com tratamento de saúde e não carcerário dos usuários, que afinal estão fazendo mal a si mesmos e não a outros, e com políticas sociais relativamente à imensa massa de pobreza que fornece a mão de obra ilimitada do sistema capilar do crime. Por enquanto, a repressão se abate apenas na parte de baixo da pirâmide social, onde seriam necessárias políticas de saúde e políticas sociais. E no estrato superior, a repressão é mínima, como se constata com a virtual impunidade dos paraísos fiscais que abrigam o dinheiro ilegal, dos grandes bancos que o gerem, dos produtores e fornecedores de armas que disseminam instrumentos de morte por todo o planeta.

O conceito de *cluster* de poder aqui ajuda. Entre os grandes *traders* de droga, as polícias que cobram porcentagens para fechar parcialmente os olhos, os grandes grupos financeiros que organizam a lavagem do dinheiro, as grandes empresas que comercializam as armas (e financiam as campanhas de legalização em nome da liberdade), os segmentos do judiciário que legalizam as operações no nível do colarinho

¹³ Editado pela Fundação Perseu Abramo, <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/13-Descaminhos-do-dinheiro-p%C3%BAblico-16-julho.doc>

branco, e os políticos e donos de mídia que enchem a boca de ética e de clamor por repressão em nome da proteção à nossa juventude, criou-se um universo pegajoso de interesses articulados. Quem paga é o moleque, de preferência pobre, homem e de cor.

Não há nenhuma proporcionalidade entre a população carcerária e a redução do crime, pelo contrário. As idiotices do gênero “tolerância zero” apenas levam ao surgimento de uma nova geração mais profissionalizada, e a propinas mais elevadas para as polícias. As soluções estão na articulação inteligente da repressão, das políticas de saúde e das políticas sociais. E a dificuldade de se organizar a repressão no topo, no nível dos grandes organizadores do sistema mundial, é que justamente o sistema é mundial, enquanto as polícias são nacionais. Dentro destas limitações, precisamos sim de uma política nacional que articule os diversos subsistemas de intervenção. São necessariamente políticas públicas, e com visão integrada. E cada vez mais, precisamos de articulações internacionais para o crime de grande escala.

Vimos assim seis setores de atividade, saúde, educação, cultura e informação, o grupo de turismo, lazer e esporte, habitação social e segurança. São atividades fins, na medida em que ter uma vida com saúde, cultura, segurança e semelhantes é o que mais queremos da vida. Mas não são produtos de prateleira, como a panela que compramos e levamos para casa. Constituem essencialmente sistemas de organização social. A complexidade econômica é radicalmente diferente, tanto assim que nunca faltam panelas nos supermercados nem camisetas (e um milhão de itens de utilidade duvidosa) na 25 de Março, mas sim temos imensas deficiências na saúde, educação e outros setores da política social. A explicação é simples: quem produz camiseta compra matéria prima, faz o desenho, produz, vende, e com o dinheiro da venda compra mais matéria prima e assim por diante. O sistema privado, empresarial, é neste sentido muito mais simples, porque recupera o seu investimento numa rotação do ciclo.

No caso da educação, ou da habitação social e outros setores das políticas sociais, é preciso cobrar impostos, gerar uma cultura comunitária, transformar o cotidiano das pessoas, obter a participação das organizações da sociedade civil, vencer a resistência política dos mais ricos. A saúde tem de chegar a cada pessoa, uma pessoa que não se vacina coloca as outras em perigo, o comportamento negativo de alguns jovens contamina o conjunto, a corrupção de um policial corrói tudo em volta. As políticas sociais exigem em particular o envolvimento e a participação mais ampla da comunidade, o que por sua vez implica a geração de uma outra cultura política. E mudança cultural é um processo sempre muito mais lento e complexo do que, por exemplo, a produção de panelas.

O desafio tem dois gumes. Se de um lado é mais complexo assegurar estas políticas, por exigirem forte articulação política e participação das comunidades, por outro lado esta própria exigência nos leva a uma dinâmica em que os avanços sociais constituem também avanços políticos: as políticas sociais constituem poderosas dinâmicas estruturantes da sociedade. Os países onde se priorizaram as políticas sociais – o inverso do nosso fazer crescer o bolo para depois redistribuir – também encontraram o sucesso no plano das atividades produtivas em termos gerais. Ao se reforçar o que podemos chamar de tecido social, com menos desigualdade, mais ambiente colaborativo, um conjunto de características que temos chamado de capital social, tudo passa a funcionar melhor, como se tem constatado no Canadá, nos países nórdicos, Holanda e outros.

No conjunto, são políticas onde o público, e em particular o sistema público descentralizado e participativo, têm simplesmente funcionado muito melhor. Sistemas

privados de saúde, de educação e semelhantes têm funcionado bem apenas para elites, aprofundando em geral os desequilíbrios, e apenas empurrando os problemas para a frente, em vez de enfrentá-los. E a verdade é que o sistema público universal permite reduzir as desigualdades, ao igualar as oportunidades, e reduz também os custos, gerando maior produtividade sistêmica. Vimos acima as vantagens de piscinas públicas, como ilustração de que há um conjunto de atividades que se tornam baratas e acessíveis quando transformadas em política pública. Aliás, ficar senado sozinho na própria piscina, pensando no cloro que está acabando ou no conserto do vazamento, é um contra senso. Diferentemente das panelas e das bonecas Barbie, as políticas sociais são produtos de consumo coletivo: é melhor para todos quando todos têm.

Considerações sobre a primeira parte: os setores de atividade econômica

A estrutura deste pequeno livro é simples: começamos pelos setores concretos de atividade econômica, pois falar de economia no abstrato só gera confusão. Em geral, pela amplitude dos comentários, são argumentos que sempre têm um pouco de verdade e um pouco de inverdade, mas não levam à compreensão concreta dos mecanismos. Na segunda parte deste ensaio, veremos como estes diversos setores se articulam na economia em funcionamento, no ciclo de reprodução, por exemplo durante um ano. E na terceira parte veremos os principais instrumentos de política, as ferramentas de que dispomos para fazer a economia funcionar melhor.

O que vimos acima são vinte setores, que agrupamos em quatro áreas: produção material, infraestruturas, serviços de intermediação e políticas sociais. Vimos alguns traços gerais de cada setor, o suficiente para entender a que ponto os diversos setores, e particularmente as diversas áreas, têm especificidades que levam a formas de organização diferenciadas. Resumir as formas complexas de organização econômica de uma sociedade moderna a alternativas entre o poder do Estado e o poder da corporação, com algum complemento de organizações da sociedade civil, simplesmente não resolve. As articulações são mais complexas.

Resumindo a primeira parte vista acima, temos portanto, para fazer funcionar a máquina econômica, quatro grandes áreas. A área de produção material é de forma geral organizada em unidades empresariais, baseadas em propriedade privada, e reguladas por mecanismos de mercado – e crescentemente dentro de um marco regulador do Estado, particularmente nos setores que lidam com recursos não renováveis e de oferta limitada.

Estas unidades, por sua vez, dependem para a sua produtividade de redes que as sustentem, constituídas por infraestruturas de transporte, de energia, de comunicação e de água, que permitem que as unidades empresariais interajam e constituam um sistema econômico articulado. Esta área, que é a que pode assegurar a coerência estrutural de milhões de unidades empresariais, precisa responder a uma lógica sistêmica e de longo prazo. É constituída por redes que cobrem o território com suas diversas especificidades, e para não serem capturadas por interesses privados, precisam obedecer ao interesse público mais amplo. Neste sentido, é uma área de dominância do Estado, de propriedade ou controle público, e reguladas por uma mão muito visível, o planejamento, que permite que a sociedade e os diversos agentes interessados tenham a visão dos projetos e possam equilibrar os interesses.

Estas duas áreas por sua vez dependem de uma área que se tornou dominante no conjunto da economia, crescendo e absorvendo recursos muito maiores do que a sua contribuição produtiva, que são os serviços de intermediação. Nesta área que facilmente

se transforma em economia do pedágio, é essencial assegurar sistemas equilibrados de contrapesos. Onde funcionam, constituem sistemas mistos, com forte presença estatal como por exemplo no caso da intermediação financeira, com grandes bancos públicos de investimentos, e redes de bancos cooperativos ou de caixas locais de poupança, de maneira a reduzir os processos especulativos ou as práticas extorsivas de grupos privados. Além de se constituir sistemas mistos, é vital que haja sistemas de regulação muito operantes, obrigação legal de transparência (*disclosure*), e sistemas de auditoria correspondentes. É importante aqui entender que a máquina pública deve participar das atividades como agente direto, sem o que não terá “dentes” para regular o conjunto. Sistemas ágeis de intermediação podem facilitar imensamente o funcionamento de todas as atividades econômicas, mas podem com a mesma facilidade passarem a cobrar pedágios e travar o desenvolvimento, pois praticamente todas as atividades econômicas devem de uma maneira ou outra passar por suas mãos, como hoje constatamos tanto na esfera da finança internacional como no Brasil.

A quarta área que vimos é a de políticas sociais, que constituem os investimentos nas pessoas. Ainda há pouco tempo vistas como secundárias ou como representando custos, hoje, com a complexidade cada vez maior de todas as atividades econômicas e das profissões, já se entende que constituem uma condição prévia essencial do funcionamento de todos os setores, os sociais inclusive. Esta área está se agigantando, e pela sua dimensão de capilaridade – tem de chegar a cada indivíduo, a cada criança – e pelo seu profundo enraizamento nas culturas locais ou regionais, necessita simultaneamente de uma forte dominância do setor público, ou comunitário não lucrativo, de sólidas articulações com movimentos sociais, e de sistemas descentralizados de gestão participativa. A oportunidade que abre a urbanização, em termos de facilidade de gestão descentralizada e menos burocrática, é aqui particularmente importante, conforme veremos.

Uma ideia chave que trazemos aqui, é que precisamos evitar de reduzir as opções políticas a privatizar ou estatizar, e entender que diversas áreas e setores de atividades econômicas exigem mecanismos diferenciados de regulação, e pesos diferenciados da intervenção pública ou da iniciativa privada, ou ainda das organizações da sociedade civil que passam a desempenhar um papel chave nas políticas sociais. Frequentemente, quando os problemas nos parecem demasiado complexos, apelamos para muralhas ideológicas, nos tornamos ideologicamente privatistas ou estatistas, o que nos permite assumir posições sem precisar entender a complexidade. Diferenciar os problemas, entender as especificidades, ajuda a construir novos rumos, no que temos chamado de articulação de mecanismos diferenciados de gestão. O bom senso, e a busca mais equilibrada do que funciona melhor, ajudam bastante.

áreas e setores de atividade econômica



II – O CICLO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Vimos as peças da economia, e as suas funções diferenciadas. No automóvel, o sistema de alimentação, o motor, a transmissão, a suspensão, cada subsistema cumpre um papel cujo objetivo geral é fazer o conjunto funcionar. Para entender os mecanismos, na economia, é bom vê-la em funcionamento, inclusive porque, ao igual que o carro, a economia está fortemente sujeita a panes, derrapagens e acidentes. Isto sem falar de quem elegemos para ser o motorista.

Tradicionalmente, o que chamamos aqui de reprodução social é chamado de reprodução do capital. É uma visão que hoje nos parece estreita demais, e pertence inclusive a um tempo em que a mão de obra constituía essencialmente força muscular, e as dimensões sociais mal apareciam no horizonte econômico, isto sem falar da dimensão ambiental.

1 - Fatores de produção

Todos os processos econômicos constituem de certa maneira combinações ou recombinações de vários fatores de produção. Tradicionalmente, em economia, usava-se três fatores de produção: capital, terra e trabalho. As máquinas e outros insumos (capital) permitiam ao lavrador (trabalho) cultivar o solo (terra), com o que o capitalista recebia a remuneração pelo capital empatado (lucro), o trabalhador recebia o pagamento pelo esforço (salário) e o dono da terra recebia os seus direitos de proprietário (renta). A popularidade desta visão simplificada é que permitia justificar os lucros do capitalista, o pequeno salário de quem contribuía apenas com o esforço, e o conforto do latifundiário, que vivia “de rendas”.

Por trás desta discussão, há um princípio básico, de que uma economia que funcione precisa remunerar os diversos agentes do ciclo econômico proporcionalmente à sua contribuição real. Ou pelo menos de maneira não tão desproporcional. Na metáfora do mecanismo que faz andar o carro, a roda pode dizer que merece mais, pois sem ela o carro não roda. O motor pode querer primazia, pois é ele que move o carro. O combustível pode lembrar que nada funcionaria sem a energia que ele fornece, e todos os demais são apenas coadjuvantes. Não é muito diferente nos processos produtivos, onde cada um gosta de dizer que é o mais importante, e que portanto merece o quinhão maior. As economias que funcionam são as que conseguiram um razoável equilíbrio.

Um conceito particularmente útil é o de “capital”. A minha casa é uma riqueza pessoal. Mas não é um capital. Mas se eu vendo ela, e compro várias casas menores para aluguel, e com o aluguel pago um empréstimo, com o qual construirei mais casas, e dentro de alguns anos me vejo proprietário de muitas casas que rendem, a minha casa original já deixou de ser riqueza, patrimônio familiar no sentido tradicional: virou capital. Digamos que capital é riqueza em movimento. Veremos aqui as funções diferenciadas e complementares do capital sob forma de capital dinheiro, capital trabalho, capital natural, capital construído, capital conhecimento e capital social.

O Capital dinheiro

Começamos pelo capital dinheiro não por ser ele mais importante, mas por ser o mais confuso. É útil aqui distinguir capital e dinheiro. No meu livrinho “O que é Capital” usei o exemplo seguinte: se uma pessoa comprou dólares achando que irão valorizar, calculou mal, e é obrigado depois a revendê-los com perda, perdeu dinheiro. Mas quem

lhe vendeu os dólares ganhou a diferença, e portanto é uma transação onde não se criou riqueza nenhuma, não se criou nada que pessoas possam consumir. É neutra no sentido de que o que um ganha outro perde. São ganhos de transferência. O estoque de riqueza da sociedade não mudou. Papéis mudaram de bolso. E podemos imaginar o exemplo em que uma pessoa investiu na construção de casas, achando que iriam valorizar, e constatou que precisou vender com perdas. Ele perdeu dinheiro, dizemos que foi um mau negócio. Do ponto de vista da sociedade, no entanto, há várias casas que não existiam, onde pessoas concretas poderão morar. A sociedade claramente enriqueceu.

Esta distinção é importante, porque como muita gente utiliza indistintamente termos como renda, riqueza, patrimônio, capital, dinheiro, investimento e aplicação, as pessoas ficam confusas. Neste ponto, interessa-nos deixar claro que dinheiro, cheque, ação, papagaio ou o que seja, representam apenas papel, ou cada vez mais uma notação magnética num computador, mas não se come. Um país pode emitir quanta moeda quiser, não vai ficar mais rico, vai enriquecer se construir casas, ou se produzir máquinas e outras coisas úteis. O dinheiro, ou outra forma de papel, ou ainda a sua representação magnética, só valem para uma pessoa, ou empresa, ou ainda um setor de administração pública, porque representam direitos sobre produtos reais, que estes sim constituem riqueza.

Um país, portanto, fica mais rico quando produz mais coisas úteis, não imprimindo mais papéis. Os bancos podem emitir papéis que serão aplicados por outros intermediários financeiros, que vão circular entre inúmeros especuladores, e nenhuma criança a mais terá sapatos nos pés com tanto movimento. São aplicações financeiras, não são investimentos, ainda que os bancos insistam em chamá-los de investimentos, é mais respeitável. Quando geram fortunas, são enriquecimentos de transferência (para um enriquecer, alguém na sociedade teve de perder), não são ganhos para a sociedade. Para a sociedade enriquecer, é preciso produzir.

O enriquecimento efetivo de uma sociedade passa por uma combinação de fatores de produção, que quando aplicados nos processos produtivos para gerar mais riqueza passam a ser capital. Naturalmente, uma pessoa que tem dinheiro no banco, dirá “o meu capital”. Mas não é um capital, é patrimônio. E torna-se capital apenas quando passa a ser utilizado em investimento, ou seja, numa combinação de fatores de produção que geram mais riqueza na sociedade.

O Capital trabalho

Trabalho hoje é muito mais do que trabalho. Ou seja, se há um século atrás, e em alguns tipos de atividades até hoje, trata-se da força muscular e de habilidades básicas do chamado *homo sapiens*, pouco importando por exemplo se o cortador de cana é alfabetizado ou não, hoje cada vez mais o trabalho constitui capital humano, no sentido de um imenso investimento social nas mais variadas competências, muitas exigindo anos de estudo e de especialização. Aliás, pensando na imensa capacidade criativa do homem, utilizá-lo para corte de cana ou faxina, constitui uma dramática subutilização. Já passamos da era de Charlie Chaplin. Sem dúvida haverá ainda muita atividade burra mas necessária, mas esta deverá ser dividida entre mais gente, e devemos buscar em cada um a potencialização das suas contribuições. Há um *homo sapiens* preso na rotina do *homo faber*.

Esta mudança tem a ver, evidentemente, com a dimensão crescente do conteúdo de conhecimento de todas as nossas atividades. A tecnologia, o design, a solução criativa se expandem em todos os setores de atividade. O que implica que vamos muito além da

“mão-de-obra”. Onde na empresa ou na repartição nos referíamos a *recursos humanos*, cada vez mais nos referimos a pessoas, a potenciais individuais e diferenciados. A própria formação busca cada vez mais a liberação de capacidades mais do que aprendizagem de algumas habilidades. De certa maneira, há um hiato que se forma entre a expansão dramática das tecnologias, e os sistemas de formação que ainda pertencem ao passado. Ainda estamos na era do *treinamento*. Não é inútil, ainda que seja estranho, repetir que as capacidades intelectuais e criativas da humanidade são democraticamente repartidas entre pessoas ricas e pessoas pobres, homens e mulheres, brancos e negros, jovens e adultos. As divisões resultam muito mais da diferença nas oportunidades do que nas capacidades.

Quando estudamos a evolução histórica das nossas atividades econômicas, nos referimos em geral ao setor primário (agricultura), ao setor secundário, (indústria) e ao setor terciário (serviços). Esta divisão merece ser arquivada, e causa por exemplo indignações em Manuel Castells. A razão é simples: sabemos o que é agricultura, o homem na terra; o secundário, que é o homem na máquina; mas a área de serviços, que representa hoje dois terços das nossas atividades, é uma área residual, onde se misturam o consultor de informática, o padre (serviços espirituais), a prostituta (serviços pessoais), o professor e outros tantos. O que têm em comum é de não constituírem nem agricultura nem indústria. Tecnicamente, são um “outros”. E se na nossa análise o “outros” representa dois terços do universo de estudo, temos um problema metodológico.

Há um outro tipo de hierarquização que desponta no mundo do trabalho. Os que têm acesso à tecnologia de ponta, a uma boa formação, ocupam justamente os empregos de ponta: setor formal, bons salários, equipamento que os torna produtivos, direitos sociais. São os “inseridos” no sistema. Que trabalhem numa plantação de soja, numa fábrica de automóveis, num banco ou num hospital, se parecem, e os reconhecemos. Muito menos inseridos são os que ocupam empregos precários: são formalmente contratados, mas terceirizados, temporários, subcontratados para trabalhos periféricos das atividades formais, como faxina, segurança, telemarketing, ou ainda os que produzem componentes ou montam brinquedos em regiões dispersas pelo planeta. A precarização do trabalho gerou uma massa de pessoas que estão no limite, ou fora do limite, do chamado trabalho decente. Abaixo na hierarquia temos o setor informal, uma massa de trabalhadores que agarram o que podem quando podem, e não exigem nada pois não têm como exigir. Não estão fora do setor moderno, da área “de ponta”, como se constata por exemplo com os carvoeiros que trabalham em condições sub-humanas mas para abastecer siderúrgicas muito modernas em carvão vegetal. O setor informal representa cerca de 35% do trabalho no Brasil, cerca de 50% em várias economias latino-americanas, e ultrapassa 70% nos países árabes.

Não estamos sabendo aproveitar a imensa capacidade produtiva subutilizada do planeta. E estamos gerando um drama explosivo. Uma pessoa que não tem como sustentar a sua família, fica desesperada. E pessoas desesperadas reagem em consequência. Não ver as tensões que se avolumam é irresponsável.

O grande desafio do mundo do trabalho, de tornar este fator de produção efetivamente produtivo, envolve portanto dois grandes eixos: a formação (que conforme vimos no setor Educação não significa apenas aula, mas um conjunto articulado de sistemas de gestão do conhecimento), e a inclusão produtiva de centenas de milhões de pessoas no mundo, e dezenas de milhões no Brasil, na visão geral do que a OIT define como trabalho decente. Utilizar uma minoria bem formada e bem paga, para produzir muito com alta tecnologia, e deixar de fora uma imensa massa de pessoas, não funciona nem

em termos econômicos, nem em termos políticos. Enquanto houver esta massa de subutilizados, a produtividade sistêmica continuará baixa. Em vez de olhar apenas o desemprego ou subemprego como problema, temos de ver esta massa de gente como potencial a ser mobilizado.

E temos de lembrar que o trabalho nunca é apenas fator de produção: como se trata de pessoas, o trabalho é também uma atividade fim. O direito ao trabalho, as condições decentes de emprego, a qualidade de vida na atividade profissional fazem parte dos objetivos prioritários a construir. Uma pessoa que não trabalha, e portanto deixa de participar do esforço produtivo social, salvo raras exceções não é uma pessoa que não quer trabalhar, mas uma pessoa que foi privada deste direito.

O Capital natural

Os nossos processos produtivos são grandes consumidores do capital natural deste pequeno planeta. Já vimos que somos 7 bilhões de consumidores, 80 milhões a mais a cada ano. E a lógica econômica está sempre centrada na maior expansão possível do crescimento econômico, para manter a conjuntura, ou os lucros, ou o emprego. É uma fuga para a frente que tem limites evidentes. Em algum momento teremos de colocar a pergunta que tantos já estão fazendo: o que é suficiente? Sabemos que ultrapassamos em cerca de 30% a capacidade de sustento do planeta, estamos neste sentido comendo o futuro, privando os nossos descendentes para assegurar maior consumismo agora.

Há uma convergência perversa de interesses que torna as mudanças difíceis. As empresas que extraem os recursos naturais, conforme vimos, não querem limites, nem os *traders* que os negociam, nem as empresas que os utilizam. E os consumidores hoje estão cercados de incentivos permanentes para que consumam mais. Nenhum sindicato irá querer que o seu setor limite a sua produção ao que efetivamente as pessoas precisam. Eu gosto de utilizar a frase de um economista americano: “Pensar que podemos aumentar o consumo de maneira ilimitada num planeta de dimensões limitadas só pode ser pensado por um idiota...ou por um economista”.

A nossa lógica produtiva atual é linear: de um lado, com as máquinas modernas, extraímos cada vez mais. Com isto aumentamos a produção e o consumo. E para manter o consumo elevado incentivamos o desperdício e a cultura do descartável. Assim, de um lado liquidamos a riqueza natural do planeta, do outro contaminamos os recursos pelo lixo e esgotos gerados. A lógica proposta, para a qual temos de evoluir, é circular: o que se descarta deve retornar ao ciclo produtivo, como matéria prima, na linha da reciclagem e da reutilização. De certa maneira, estamos chegando ao fim da era da corrida desenfreada e descontrolada aos recursos naturais, onde inclusive grandes corporações e países promovem guerras, derrubam governos ou liquidam presidentes para abrir o caminho para a exploração ilimitada. A humanidade está chegando rapidamente aos limites do vale-tudo geral, sobre tudo quando este vale-tudo se apoia em tecnologias cada vez mais poderosas.

Há notáveis avanços nesta área. Muitos países já reciclam de maneira significativa, muitas empresas já montam produtos de uma forma que facilite a posterior desmontagem das peças e reutilização, a composição de matéria prima e de energia por unidade de produção está sendo reduzida em vários setores. De certa forma, estamos reorientando as tecnologias que simplesmente buscavam “mais”, com mais petróleo, mais agrotóxicos, mais minerais – a visão quantitativa – para pensar o “melhor”, na linha do aproveitamento inteligente dos recursos, uma visão qualitativa do que produzimos.

Coloca-se igualmente de maneira cada vez mais concreta a questão dos bens comuns, os chamados *commons*, da herança geral da humanidade. A propriedade privada da água tem alguma justificativa? Ou a apropriação das riquezas dos oceanos? A apropriação por grandes corporações da mídia do espectro das ondas eletromagnéticas, dificultando ou proibindo o uso por emissoras comunitárias? O que são países *produtores* de petróleo? A água dos rios é de direito de quem está rio acima, para se apropriar dela limpa e descartar poluída para quem está rio abaixo? Os bens comuns da humanidade, recursos naturais finitos, ou de reprodução limitada nesta pequena espaço-nave terra exigem cada vez mais pactos de uso responsável. A governança planetária está se tornando vital, no sentido pleno deste termo.

No conjunto, a combinação do capital trabalho, cada vez mais poderoso com as novas tecnologias, e da nossa capacidade crescente de extração de recursos naturais, geram uma tensão social pela exclusão ou inclusão produtiva deficiente de grande massa da população, e uma tensão ambiental pelo esgotamento de recursos e contaminação do planeta pelos resíduos. Estamos sim combinando fatores de produção para obter mais produtos, o que é bom, mas temos no horizonte próximo formas mais inteligentes de articulação dos processos produtivos. As corporações têm aqui um papel essencial a desempenhar, saindo do seu conforto tecnológico adquirido, e buscando novas fronteiras na modernidade.

O Capital construído

Na maioria das atividades produtivas, combinamos o trabalho, capital natural (matérias primas em particular) e equipamentos. Quem produz uma cadeira usa o seu trabalho para transformar madeira ou metal por meio de equipamentos. As proporções dos fatores são diferentes segundo os setores, mas sempre haverá uma combinação de fatores. Mesmo um professor pode considerar que a sua atividade é imaterial, mas a sua aula é uma combinação do seu trabalho, de um conjunto de matérias primas incorporadas no livro, no giz, nas instalações, e do capital construído como o prédio, das vias de acesso e semelhantes. A humanidade está aumentando regularmente a base de capital construído, o que nos torna evidentemente mais produtivos. A Inglaterra tem 6 mil quilómetros de estradas por milhão de habitantes, a Etiópia tem 80. o Sudão do Sul 18. A produtividade não é só *management e just-in-time*.¹⁴

Como os processos produtivos implicam em grande medida a transformação de matérias primas por meios de trabalho e de equipamentos – estes últimos indo desde ferramentas até infraestruturas – os desequilíbrios herdados tornam-se dramáticos. O resultado, em geral, é que na falta de capacidades tecnológicas, de equipamentos e de mão de obra devidamente formada, muitos países vivem da matéria prima que vendem, – o seu capital natural em geral não renovável – para os países que dominam as tecnologias (equipamentos e força de trabalho formada). Assim uma parte do mundo vive da outra. E como os mais pobres importam os produtos acabados dos países mais ricos, contribuem assim para dinamizar as atividades destes países, e deprimem as tentativas de produção local. Os países que tentaram romper o ciclo, buscando utilizar as divisas geradas com exportações para financiar o desenvolvimento das capacidades produtivas locais foram sistematicamente perseguidos, e com frequência os seus governos derrubados.

Não se trata apenas do volume do capital construído, mas também da sua orientação. As infraestruturas de transporte dos países africanos, com algumas exceções, em vez de

¹⁴ Andy Coghian, *Africa's Road to Riches*, New Scientist, 11 January 2014, p. 8

integrarem o continente do ponto de vista econômico, para facilitar as atividades produtivas, constituem essencialmente drenos entre uma região de matérias primas e o porto de exportação. O território fica assim desarticulado internamente, na mesma proporção em que se vê articulado com as economias dominantes. Vimos esta parte acima ao apresentar o setor de infraestruturas. Aqui vemos como a deformação das infraestruturas e do capital construído em geral torna precária a articulação do capital trabalho, do capital natural e do capital construído, cujo ciclo para muito países se fecha no exterior, aprofundando a dependência relativamente aos mais variados tipos de intermediários, dificultando a geração de emprego e a formulação de uma estratégia coerente de desenvolvimento.¹⁵

O capital construído consiste igualmente em máquinas, computadores e semelhantes. São cada vez mais fatores de produção densos em tecnologia incorporada, precisando inclusive de permanente atualização. Para países ou regiões mais pobres, gera-se não só a dívida para a aquisição dos equipamentos, como a dependência tecnológica para a sua renovação. donde a batalha dos países importadores de equipamentos por contratos que envolvam também a transferência de tecnologia, e a dificuldade em conseguí-lo.

Para muitos países, em particular os menores, a opção foi de se especializar. Não podem, como os Estados Unidos, a China ou a Europa, apostar em múltiplas direções. É o caso da Suécia que optou por química fina e mecânica de precisão, atingindo excelência num setor estreito de produção, ou da Suíça que optou por mecânica de precisão e serviços bancários, enquanto outros países apostam no turismo e assim por diante. Na era da globalização, nenhum país é uma ilha, e todos precisam se inserir de maneira razoavelmente vantajosa na divisão internacional de trabalho.

O argumento que é importante para nós aqui, é que não adianta apenas formar trabalhadores, ou adquirir equipamentos sofisticados sem ter formado os trabalhadores correspondentes, ou instalar sistemas produtivos sem as infraestruturas adequadas, ou ainda exportar madeira liquidando as suas florestas. Em outros termos, quando falamos dos ciclos de produção, podemos ter muitas empresas que decidem livremente quanto deverão produzir, mas em termos de desenvolvimento de um país, o equilíbrio entre os vários fatores de produção, entre as várias formas que toma o capital, para que haja coerência e sinergia, ou seja, um fator reforçando o outro, é fundamental. E isto envolve, visão, planejamento, e uma forte capacidade de organização através do setor público, constituindo uma estratégia de desenvolvimento.

O Capital conhecimento

Temos de destacar o papel do nível geral de conhecimentos como vetor de transformação de todos os processos produtivos no planeta. Nas últimas décadas foram gerados mais conhecimentos técnicos do que durante toda a história da humanidade. Há pouco mais de um século, não se tinha nem o motor a combustão, nem a eletricidade, nem a telefonia, nem a televisão – enfim, conhecemos na época muito recente um processo vertiginoso de transformações. Vimos acima que a Rússia no final do século XIX tinha apenas 6% de alfabetizados. Hoje temos uma humanidade alfabetizada, informada pelos mais variados meios, uma rede planetária de escolas, universidades, centros de pesquisa. Um mundo de avanços científicos colaborando online está

¹⁵ Sobre as novas estratégias que se desenham na África, ver *Novos Rumos na África* – 2013, <http://dowbor.org/2013/04/novos-rumos-na-africa-abril-2013p.html/> ; sobre o processo histórico brasileiro, ver o nosso *Formação do Capitalismo no Brasil*, <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/formcap1.rtf>

transformando o universo do conhecimento, e transformando este no principal fator de produção.

É muito estreito pensar apenas nas técnicas, ou nas tecnologias. É a própria base de conhecimentos da humanidade que se desloca radicalmente, e não tenho dúvidas em afirmar que esta transformação é tão profunda como a que nos levou da era da economia rural para a era da economia industrial. Não é uma segunda ou terceira revolução industrial. É uma revolução em si, a era do conhecimento, que vai gradualmente transformando tanto os processos produtivos, como as formas de remuneração, as relações sociais, as articulações territoriais e o próprio conceito de espaço econômico (desde o papel das cidades como unidades territoriais coerentes, até a globalização de um conjunto de atividades).

Ainda que a apropriação dos resultados seja extremamente desigual, como vimos em particular no setor de comunicação, a realidade é que a elevação geral do nível científico do planeta resulta de inúmeras iniciativas dos mais variados inovadores, com avanços que se reforçam uns aos outros, nas áreas de novos materiais, da química fina, da eletrônica, da computação, dos algoritmos e tratamento de informação, da nanotecnologia, da biologia, da astronomia e outras. Como os avanços de uma área desencadeiam avanços nas outras, é uma maré que permite que se levantem todos os barcos. Hoje grande parte da produção de conhecimento já funciona no regime *Creative Commons* e não no *copyright*, a Wikipédia permite acesso gratuito e contribuições colaborativas generalizados.¹⁶

A tensão nesta área é grande, pois se trata de uma economia imaterial, de ideias, que podem portanto circular e ser acessadas em qualquer parte do planeta, e cujo uso por um agente não tira a capacidade de uso de outro – é um fator de produção, não custa repetir, cujo uso não reduz o estoque – enquanto todo o nosso aparato jurídico, a cultura e valores associados à propriedade ainda pertencem à era da centralidade da produção material. Quando um juiz americano condena um jovem que passou online uma música para um amigo, o argumento utilizado é que seria o mesmo que ter entrado numa loja e roubado um CD. O juiz, naturalmente, aplica ao imaterial a lógica dos bens materiais. Neste sentido, é o conjunto das superestruturas jurídicas que se vê gradualmente colocado em cheque, à medida que a base dos processos produtivos se desloca para o imaterial e o colaborativo. A tecnologia entrou na era digital, as leis continuam na era analógica.

O Capital social

Finalmente, mas não menos importante, o capital social. Se o capital trabalho, o capital natural, o capital construído e o capital conhecimento são fáceis de imaginar como fatores que se combinam no processo produtivo, fica um pouco mais abstrato o conceito de capital social. A volta recente deste conceito relativamente antigo se deve aos trabalhos de Robert Putnam, que estudou por que algumas regiões da Itália se desenvolveram, e outras permaneceram atrasadas. O argumento básico é a capacidade de organização social de processos colaborativos, o clima de confiança entre os agentes econômicos, a cultura de compromissos informais respeitados.

De certa forma, constata-se que não basta que sejam bem administradas as empresas, não é suficiente o “empreendedorismo” dos indivíduos, e torna-se essencial a cultura

¹⁶ Sobre este tema, ver Clay Shirky, *Cognitive Surplus*, <http://dowbor.org/2011/05/cognitive-surplus-creativity-and-generosity-in-a-connected-age-excedente-cognitivo-criatividade-e-generosidade-numa-era-conectada-2.html/>

econômica e social de um território. Nas economias modernas, com muitas cadeias de produção dependendo de inúmeros intervenientes para fazer o conjunto funcionar, ou se cria uma cultura econômica de confiança ou passa a imperar a guerra de todos contra todos, que termina enredando todo o sistema econômico numa teia complexa de leis e decretos, que alimentam levas de intermediários jurídicos, e geram o que se tem chamado de “custos de transação” e os emperramentos burocráticos.

Os exemplos são muitos. A região central da Itália, mesmo não tendo as grandes indústrias do Norte, e mesmo sendo fortemente dependente da agricultura familiar, apresenta uma prosperidade impressionante, baseada em muitos sistemas cooperativos. Geram-se economias de transação, coerências econômicas e sinergias que tornam todos os agentes mais produtivos. Os países escandinavos constituem outro exemplo, tanto com processos colaborativos como com amplíssimos direitos sociais, e uma grande parte da remuneração do emprego sob forma de salário indireto, via gratuidade da saúde, educação, cultura e outras políticas sociais, gerando uma sociedade menos desigual e mais solidária.

A desigualdade constitui um vetor central da erosão do capital social. É interessante constatar que os países com a mais elevada qualidade de vida, como Suécia, Holanda, Canadá e outros, são também os países onde a desigualdade é a menor, com um coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, na ordem de 0,25, enquanto países como os da América Latina apresentam um Gini da ordem de 0,50, desigualdade incomparavelmente maior. A construção de um clima social mais equilibrado, mais colaborativo e mais solidário, torna todos os agentes econômicos mais produtivos. Na realidade, não há como escapar da organização racional e equilibrada das relações sociais, da chamada política. A própria economia depende vitalmente deste bom senso.

Estamos vendo aqui que a economia não é um “setor”, é uma dimensão de todas as atividades humanas, envolvendo inclusive a natureza e o futuro do planeta. São várias áreas e setores de atividade, que se combinam no processo de reprodução social através da combinação de diversas formas do capital. O capital dinheiro é aqui particularmente interessante, pois o dinheiro em si não se come, e não produz nada. O dinheiro é papel, e hoje simplesmente um sinal magnético, que confere a um agente econômico determinado o direito de se apropriar das formas realmente existentes de riqueza, seja sob forma de capital, como máquinas e tecnologia, ou sob forma de produtos finais, como comida, casas, brinquedos ou iates.

Antigamente o dinheiro era constituído por moedas de ouro, e não era fácil “produzir” ouro. Depois virou papel, e a sua impressão se tornou muito fácil. Hoje, sob forma de sinais magnéticos, e com autorização de emissão por parte de qualquer banco que tenha uma carta patente que o autorize a funcionar e a utilizar como queira a poupança da população e das empresas como lastro, gerou-se um processo generalizado de desequilíbrios, confirmo vimos no ponto que tratou da intermediação financeira. A acumulação de riquezas concretas – e inclusive o controle dos fatores de produção – por parte de quem não precisou se dar ao trabalho de produzi-los, coloca no centro da discussão o desfasamento entre as transformações da economia e as regras do jogo que a regem.¹⁷

¹⁷ Um excelente resumo da desorganização consequente pode ser encontrado no estudo da Oxfam, *Gobernar para las Élités: secuestro democrático y desigualdad económica* – London, 2014,

O que nos interessa como sociedade, é que o capital trabalho seja utilizado de maneira produtiva e também assegurando a qualidade de vida, pois o trabalhador não é apenas um fator de produção, é o sujeito e objetivo de todo o esforço econômico. O objetivo final não é a economia, são as pessoas. E os recursos naturais devem ser utilizados de maneira sustentável, pois é criminoso esgotarmos o planeta em detrimento das próximas gerações, que não estão aqui para votar. Aliás, a natureza também não vota.

O capital construído nos faz entender melhor como as infraestruturas e equipamentos são centrais para a produtividade de todas as atividades, e nos colocam o problema crítico de que uma unidade empresarial irá preferir se instalar onde já há capital construído significativo, o que leva a desequilíbrios cumulativos regionais, a não ser que haja forte presença reguladora e estruturante do setor público. O planejamento aqui é essencial.

O capital conhecimento torna-se, sobre tudo neste século XXI, um tipo de fermento que faz crescer e transforma todas as nossas atividades. Torna-nos todos muito mais produtivos, mas desencadeia a guerra entre as políticas colaborativas necessárias ao seu desenvolvimento, e as políticas de apropriação privada para lucrar com a sua intermediação ou produto final para o consumidor. E o capital social nos dá a dimensão social e política do conjunto: o fato é que as sociedades que funcionam não são necessariamente onde os agentes econômicos, na expressão americana, têm dentes grandes e gostam de sangue, mas onde a própria atividade econômica gerou espaços colaborativos, qualidade de vida no trabalho e ambientes de respeito. O processo produtivo não visa apenas maximizar produção, o tempo que dedicamos ao trabalho faz parte da nossa vida, é um meio, sem dúvida, de obtermos mais produtos, mas também é um fim, pois criar coisas novas em colaboração, ainda que seja trabalhoso, é fator de muita satisfação. Trabalhar, se formos inteligentes, não será necessariamente um sacrifício. Nem deverá ser o privilégio de uns poucos.

2 – O processo produtivo

A operação combinada dos vários setores de atividade, e a sua articulação em várias formas de capital, dão lugar ao processo produtivo. Lembremos uma vez mais que se trata tanto de saúde e cultura, como de construção de estradas e plantação de uvas, ou ainda do lixo que recolhe os resíduos nas nossas casas. O conjunto gera o que chamamos de produto, contabilizado até hoje, com desajustes gritantes e crescentes, no chamado PIB, Produto Interno Bruto. É o carro em movimento, com o PIB medindo a velocidade.

Produto Interno Bruto - PIB

É sempre impressionante constatar como esta conta mais básica e mais usada em economia é pouco compreendida. O primeiro ponto a entender é que não se trata de resultados da economia, mas do produto, ou seja, da contabilização de todos esforços de produção durante um ano. Em inglês fica clara a distinção, entre *output*, produto, e *outcome* resultado. Se construirmos hospitais de luxo gastando muito dinheiro, aumentaremos o PIB, ainda que haja mais pessoas doentes. Uma política ampla de saúde preventiva leva a que haja mais pessoas saudáveis, mas o PIB ficará menor. O PIB não mede a nossa saúde, mede quanto nela se gastou, mede o esforço, não o

resultado. Um processo produtivo inteligente, é o que nos faz obter mais resultados com menos esforço, não o contrário.

Outro ponto a anotar é que o PIB não mede a redução de recursos naturais no planeta. Qualquer empresa mede os seus estoques de matéria prima, não se fecha a conta do ano sem medir variações de estoque. Para o planeta, no entanto, não só não medimos, como apresentamos como tendo um PIB elevado um país que está liquidando as suas reservas em petróleo, em cobre, em florestas ou em aquíferos. É importante, notar, portanto, que ele não mede o capital natural, o bom ou mau uso dos recursos, e inclusive o PIB tende a aumentar quanto mais desperdiçamos as nossas limitadas reservas. Em termos estritamente contábeis, é uma conta errada.

Uma consequência da forma de contabilização, é que atividades destrutivas são consideradas tão positivas como as que contribuem para a nossa qualidade de vida. O desastre do vazamento de petróleo no Golfo do México obrigou os Estados Unidos a imensos esforços de descontaminação, limpeza das praias, recuperação ambiental e indenizações: isto aumentou o PIB americano deste ano, pois ativou um conjunto de setores de atividade, gastou mais produtos químicos e assim por diante. As pessoas que jogam fogões ou pneus velhos no rio Tieté obrigam o Estado a contratar empresas de desassoreamento, o que aumenta o PIB da região. Na direção inversa, a Pastoral da Criança, ao reduzir com poucos custos a mortalidade e hospitalização de crianças, reduz o PIB, pois as pessoas não estão adoecendo, não estão gastando medicamentos e combustível das ambulâncias. A guerra, então, nem se fala. Tira qualquer país da crise, aumenta brutalmente o PIB, ainda que nem sempre o do país destruído.

Um raciocínio semelhante pode ser desenvolvido relativamente ao tempo, o recurso não renovável que constitui a nossa vida. Se um banco se organiza para ter poucos gastos com funcionários, tende a apresentar melhores resultados, pois o funcionário é custo, enquanto o cidadão na fila é de graça. Chama-se isto de externalização de custos, mecanismo que é utilizado das mais variadas formas, inclusive ao nos dar o privilégio de fazermos o trabalho nós mesmos em casa, para o banco. O fato do tempo não ser considerado categoria econômica quando está fora da unidade empresarial, leva a distorções muito fortes. O trabalhador paulistano passa horas no trânsito, são perdas de dezenas de milhões por dia, em tempo, combustível, redução da produtividade.

A liquidação dos bens comuns é outra área não contabilizada. Vimos acima o caso de Bertioga, onde praias antes abertas são agora acessíveis pagando a uma empresa que ocupou a região com um condomínio. Mas se trata também de um parque urbano substituído por um shopping, um espaço comum de lazer gratuito desaparece, ou seja, as pessoas ficam com menos lazer, mas o PIB aumenta. O imenso aporte do lazer que traz o rio Sena em Paris, por exemplo, não é contabilizado. Os pedágios, sob forma de *copyrights* ou outros entraves, colocados por intermediários sobre o acesso ao conhecimento ou à cultura, geram outra área onde se aumenta o PIB através de pedágios: reduz-se a oferta para aumentar o valor comercial.

Por que continuamos com esta conta? Pois o que mais preocupa as pessoas em geral é o nível de emprego, e as atividades que geram emprego, ainda que negativas para a nossa qualidade devida, passam a ser consideradas como positivas. E para o mundo empresarial, uma conta que não leva em consideração se o resultado é positivo ou não para a sociedade, é o ideal. Mas a realidade é que há hoje um coro de economistas de primeira linha, como Joseph Stiglitz, Amartya Sen, Jean Gadrey, Patrick Viveret, Hazel Henderson – e inclusive instituições como o governo da França ou a OCDE – que buscam implantar alternativas. Os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH,

desenvolvido pela ONU), já está se generalizando, o programa Beyond GDP (além do PIB) está sendo desenvolvido na Europa, inúmeras organizações já utilizam contas alternativas, como o Happy Planet Index da Grã-Bretanha, Felicidade Interna Bruta (FIB) do Butão e muitos outros.

O fato básico é que o principal indicador atual sobre a performance econômica é uma conta não só errada, mas ilusória, criadora de mitos, de “milagres” só porque o PIB cresceu, sem que as pessoas tenham instrumentos de informação para avaliar os impactos. Os pontos percentuais de crescimento do PIB mostram a velocidade da máquina, mas não o que ela produz, nem para quem, nem com que custos ambientais. A sociedade não pode utilizar apenas o velocímetro, e bater palmas quando a velocidade aumenta. Stiglitz lembra que seria bom pelo menos acrescentar um mostrador do nível de combustível. É também útil saber para onde estamos indo. Na realidade, nas nossas sociedades complexas e diferenciadas, usar um único número, para dizer se estamos indo bem, não faz o mínimo sentido.¹⁸

Investimentos e consumo

Portanto a combinação dos vários fatores de produção deve obedecer a um norte bastante evidente, que é o de melhorar a qualidade de vida das pessoas, usando os recursos da maneira mais racional possível. Não basta que uma atividade seja legal, e que gere emprego, se o resultado é negativo, em particular numa era em que é relativamente fácil aprovar leis que tornam legal o que favorece grupos de interesses.

Quando olhamos o quê está sendo produzido, a divisão mais importante a se fazer é entre investimentos e consumo. Vimos acima, no caso do capital construído, que na Inglaterra há 6 mil quilômetros de estrada por milhão de habitantes, enquanto há países onde há menos de 100. A Guiné Bissau quando se tornou independente tinha apenas uma escola média, nenhuma faculdade. O Zaire, um país que representa mais ou menos um terço do Brasil, quando se tornou independente tinha 27 pessoas com curso superior. Ha portanto regiões do mundo, e regiões no Brasil, que não são apenas pobres, são desprovidas de instrumentos para sair da pobreza. São países que precisam investir muito na própria capacidade de produção.

Um dos principais fatores da chamada armadilha da pobreza é a baixa capacidade de investimentos. Para investir, utiliza-se dinheiro, mas apenas para orientar as atividades. O papel-dinheiro não é escola, não é estrada. Para construir a escola, pagar o seu funcionamento, é preciso desviar recursos reais – cimento, tijolo, pessoas com capacidade técnica – que não poderão ser simultaneamente utilizadas para produzir arroz ou roupas, ou seja, bens de consumo. É o mesmo mecanismo que faz com que uma pessoa que quer abrir uma pequena empresa deixe para outro ano a compra de um carro novo. Um país que decide expandir as suas capacidades produtivas terá de poupar, ou seja, desviar recursos da produção de bens de consumo imediato em proveito de construir melhores capacidades produtivas para amanhã.

Quanto mais pobre o país, menos terá capacidade de investir. A repartição entre a produção de bens de consumo e a de bens de produção constitui uma das principais opções econômicas do país. O Brasil, por exemplo, tem uma taxa de investimentos de cerca de 20%, ou seja, um quinto dos seus meios de produção são utilizados para manter ou melhorar a capacidade produtiva, abrindo novas universidades, modernizando os portos, expandindo a rede de banda larga e semelhantes. Países com grandes esforços de

¹⁸ Para detalhes desta discussão, ver a nota técnica *O Debate sobre o PIB* com um resumo dos argumentos e bibliografia <http://tinyurl.com/qxxlzqt>

investimento para sair da pobreza chegaram a ter 40% ou mais de taxa de investimentos. A maioria dos países se situa entre 15% e 25%. O grande problema, é que quando a Suíça investe 25% do seu produto, são 15 mil dólares por ano e por pessoa destinados à elaboração de novas tecnologias, construção de sistemas de comunicação mais performantes e coisas do gênero. Isto porque a Suíça já é um país rico, e 25% representam muitos recursos. Enquanto um país onde o produto anual por pessoa é da ordem de 4 mil dólares, por exemplo, 25% alocados para investimentos representam apenas mil dólares por ano e por pessoa. Ou seja, o país que mais precisaria investir para recuperar o atraso, e equilibrar o processo, é justamente o que menos pode investir. E os países mais ricos aceleram a sua vantagem.

Esta visão é importante, pois mostra a que ponto, sem políticas ativas de redução das desigualdades, não haverá milagre, o problema não irá embora. E políticas ativas significam uma orientação consciente de recursos para as regiões ou países mais pobres, no sentido de equilibrar o nosso desenvolvimento. Não há mão invisível para isto, pois por processos espontâneos o dinheiro corre para onde há mais dinheiro, não para onde há mais necessidades. Por iniciativa privada, hospitais são construídos onde há mais clientes com capacidade de pagar, não onde há mais doentes e insuficiência de infraestruturas.

As implicações são bastante claras: precisamos de políticas de cooperação internacional para ajudar os países mais atrasados, e isto é mais inteligente do que construir muros entre o México e os Estados Unidos ou do que encher o mediterrâneo de barcos policiais. A reorientação dos capitais especulativos, através de taxação sobre transações, ou a redução da evasão fiscal através do controle dos paraísos mudariam o cenário. Mas precisamos também resgatar os instrumentos de planejamento, para dotar por exemplo o Nordeste brasileiro de infraestruturas que lhe permitam equilibrar as suas relações com o Sudeste do país. E precisamos orientar os investimentos no sentido do bem comum, da visão sistêmica e do longo prazo, em vez de por exemplo criar mais infraestruturas para mais automóveis nas metrópoles, que nos leva a impasses e a uma redução da produtividade sistêmica. Precisamos finalmente manter um razoável equilíbrio entre os investimentos e a produção de bens de consumo, pois enquanto se prepara o amanhã, precisamos viver hoje.

As trocas externas

Nenhum país é isolado, e os processos produtivos são cada vez mais complexos e interdependentes. Quando as nossas economias se reduziam a produzir alimentos e a construir casas e carroças, as atividades podiam prescindir de muitas trocas internacionais. Hoje apenas algumas grandes potências têm suficiente diversidade de setores econômicos e de recursos para serem menos dependentes das trocas internacionais. Há países que não têm como produzir os próprios alimentos e os importam em troca de recursos naturais como petróleo, outros que exportam alimentos e com isto pagam o petróleo que lhes falta e assim por diante. As trocas externas, neste sentido, buscam equilibrar o processo produtivo interno, o conjunto das relações intersetoriais do país. As padarias no Brasil não funcionariam sem o trigo argentino, a produção de carne na Europa não sobreviveria sem a soja produzida, entre outros, no Brasil. Esta divisão internacional do trabalho é vital para o equilíbrio geral. Cada país usa as trocas, em grande parte, exportando o que tem em excesso, e importando o que lhe falta, para assegurar a coerência do seu processo produtivo.

No sentido da organização internacional de complementariedades, portanto, o comércio externo é muito positivo. Mas é importante lembrar a importância de equilibrar as

trocas. Se um país exporta pouco e importa muito, está gerando uma dívida externa. Esta por sua vez gera dependência, tanto relativamente aos países credores como às instituições financeiras internacionais. E à medida que o país se endivida mais, entra na lista da “luz amarela” de instituições de avaliação de risco, e passa conseguir empréstimos apenas com juros maiores e assim por diante. Esta situação de fragilidade é frequentemente criada por pressão dos países mais fortes, que passam a adquirir hipotecas por exemplo sobre o petróleo que será futuramente extraído. Nada que alguém que se viu nas mãos de um grande banco desconheça.¹⁹ O fato do Brasil, por exemplo, ter quitado as suas dívidas externas, acumulando inclusive fortes reservas que o protegem dos ataques especulativos, e ter diversificado os seus parceiros econômicos internacionais, reduzindo drasticamente a sua excessiva dependência dos Estados Unidos, é muito positivo.

Outro fator que deve entrar em conta, é que chamamos de termos de troca. Lembro que quando trabalhava na Guiné-Bissau, no Ministério do Planejamento, a contratação de um técnico superior em agronomia francês, pago em dólares, exigia a exportação do equivalente ao trabalho de 100 agricultores guineenses, pelo alto valor da assistência técnica internacional, e pelo baixo valor do bem primário exportado. Pelo simples sistema de troca comercial, dadas as relações de troca, baseadas entre outros em relações de força e no poder dos *traders*, não há condições para se equilibrar os níveis de desenvolvimento entre países ou entre regiões. São necessárias políticas públicas ativas e planejadas, como por exemplo as políticas da Embrapa de apoio aos agricultores africanos.

Outro eixo importante, na definição das relações comerciais externas, é o que foi chamado de especialização desigual. Os ingleses explicaram aos portugueses, que o sol deles era bonito, que eles tinham uma vantagem natural em produzir vinho do Porto, e a Inglaterra se encarregaria de lhes fornecer as manufaturas. Assim Portugal continua a produzir uva, enquanto a Inglaterra, expandindo as manufaturas, expandiu também infraestruturas, máquinas e tecnologia. É interessante se especializar na exportação de bens e serviços que geram efeitos multiplicadores. Isto dito, o próprio conceito de bens primários está mudando. A agricultura moderna, tanto industrial como familiar, é tributária hoje de inúmeros avanços tecnológicos. Muitas atividades ditas primárias podem gerar um grande valor agregado, tanto pela sofisticação dos insumos como os da agricultura biológica que vai além da fase química dos agrotóxicos, como pela transformação dos produtos obtidos. Nada substitui, aqui, a articulação dos estímulos da área pública, da inovação nos centros de pesquisa e da iniciativa privada, iniciativas convergentes visando transformar as cadeias produtivas e lhes agregar valor. Ainda que ostentando inocência e pureza mercantil, os países que conseguem avançar neste plano utilizam várias formas de proteção, apoio técnico, subvenções dos mais variados tipos, a começar pelos países que mais falam nas virtudes do liberalismo.

Na mídia sempre se menciona a imensa vantagem das atividades exportadoras, mas é preciso olhar o que estamos exportando, com que geração de empregos, com que impacto ambiental, com que efeitos multiplicadores tecnológicos e de conhecimento em geral, com que impacto em matéria de geração de impostos, com que destino final dos lucros. De toda forma, para a estabilidade a longo prazo, depender das exportações nunca é muito prudente, sobretudo com a crescente oligopolização do controle mundial

¹⁹ Sobre como se gera e administra este tipo de dependência foi candidamente apresentado no depoimento *Confissões de um Assassino Econômico*, de John Perkins, ver <http://dowbor.org/2005/01/confessions-of-an-economic-hit-man-confissoes-de-um-agressor-economico-250-p.html/>

das commodities. Países como o Brasil têm a grande vantagem de poderem dinamizar a base de produção e consumo para o mercado interno, o que assegura maior flexibilidade de negociação e menor dependência relativamente ao sistema econômico mundial.

O interessante aqui, ao vermos como se acompanha o produto interno bruto, como se orienta mais ou menos recursos para consumo ou investimento, como se regula as trocas internacionais, é que se trata de inúmeros agentes econômicos que buscam pressionar o Estado no sentido de maximizar as suas vantagens. Não há como o Estado fazer a micro-gestão de inúmeros interesses sem travar o conjunto. Mas o Estado pode sim tomar medidas que são de orientação estratégica, começando por adotar um sistema modernizado de contas nacionais que olhe bem além do PIB (aliás hoje mais utilizado por políticos e pela mídia do que pelo próprio governo), por planejar uma visão de longo prazo e sistêmica dos investimentos, por definir estratégias de inserção internacional de longo prazo. Não se trata nem de substituir ou engessar as decisões microeconômicas, nem de soltar as rédeas. A principal ferramenta aqui é o que chamamos de alocação de recursos, política que permite fazer chegar os recursos aos agentes econômicos que melhor os poderão utilizar.

3 – A alocação de recursos

O que vemos portanto, ao analisar o ciclo produtivo, é que por meio da combinação de vários fatores de produção, como capital trabalho, equipamentos e outros, geramos bens de consumo e de investimento, e os alocamos em parte para o mercado interno e em parte para o mercado externo. O resultado do processo produtivo e das trocas externas nos dá o produto efetivamente disponível no país, para consumo e investimento. É em torno deste “bolo”, com os seus diversos sabores, e pedaços maiores ou menores, que vai se dar a grande briga que chamamos educadamente de política, onde os vários agentes econômicos buscarão, com o apoio dos seus economistas de plantão, seus advogados de ilibada reputação e a sua mídia de elevada objetividade, arrancar o pedaço maior, em nome sempre da sua mais valiosa contribuição e do interesse superior da nação. O baile é elegante, cada um faz os seus minuetos, mas as navalhadas não deixam muito a desejar a qualquer boate de La Boca de Buenos Ayres. Chamamos isto, curiosamente, de mercado.

Com exceção do segmento econômico relativamente minoritário de autoconsumo, a participação no bolo não se dá diretamente metendo a mão, mas delicadamente com a aquisição de vales, direito sobre os produtos, que chamamos de dinheiro, mas que toma as mais diversas formas como uma carta de crédito, opção de compra e hoje uma grande complexidade de direitos adquiridos de maneira mais ou menos escusa chamados de derivativos. Onde antigamente se fazia a rapina direta dos bens dos outros através das invasões militares, hoje apresentamos títulos da dívida ou outros papéis. Por isso a forma como os diversos agentes econômicos chegam ao chamado dinheiro, ao papel, tornou-se essencial. A pouca compreensão, por parte da generalidade da população, dos mecanismos de apropriação do dinheiro (hoje simples sinais magnéticos), faz parte do problema. Joseph Stiglitz ganhou prêmios porque mostrou a que ponto é hoje fundamental a assimetria de informações, em que muitos agentes econômicos simplesmente não entendem os mecanismos que os depenam.

A alocação final de recursos tem várias dimensões. Uma dimensão é a ética: reduzir uma parte da população à miséria é simplesmente inaceitável, sobretudo porque hoje inúmeras pesquisas mostram que os pobres são pobres não por preguiça natural mas por

falta de oportunidades. Aliás, a necessidade de pesquisar isto já mostra o grau de preconceito que os cerca, e a importância dos meios que os ricos usam para se convencerem que devem a sua riqueza aos seus próprios méritos.

Outra dimensão é a da contribuição para o desenvolvimento em geral: estudos do IPEA, por exemplo, mostram que uma unidade monetária alocada à educação ou a transferências diretas condicionadas às famílias mais pobres tem um impacto grande sobre o crescimento da economia, enquanto a mesma quantia de dinheiro alocada nos serviços da dívida, transferindo dinheiro dos impostos para os bancos, tem um efeito recessivo sobre a economia. Outra dimensão ainda é a alocação de recursos em moeda estrangeira para os que os utilizam para importação de bens de consumo de luxo, ou os que os utilizam para dinamizar a produção interna, por exemplo importando equipamentos e tecnologia, usando as relações econômicas externas para reforçar o desenvolvimento interno.

Em outros termos, a alocação dos recursos é tão importante quanto a produção, pois irá influir no perfil de consumo, no reinvestimento no ciclo econômico seguinte, e nos equilíbrios sociais e políticos em geral. A máquina econômica tem de girar, é um ciclo de extração, articulação de fatores de produção, processo produtivo, alocação de recursos, consumo e reinvestimento, ciclo este cujo funcionamento tem de respeitar certos equilíbrios. Aqui, evidentemente, alguns sempre querem ser mais iguais que os outros. Em geral o que cada agente econômico consegue lhe parece merecido mas insuficiente, e o que os outros ganham é denunciado como exagerado e resultado de manipulações espúrias. As interpretações econômicas aqui são pesadamente influenciadas pelo bolso de cada um.

Partindo do fim da II Guerra Mundial, podemos identificar duas fases inversas no mundo capitalista dito desenvolvido. Entre aproximadamente 1945 e 1975, estes países adotaram pactos sociais, pelos quais o aumento da produtividade nas empresas seria regularmente repassado aos salários, e o Estado cobraria fortes impostos sobre os mais ricos, e os transformaria em políticas sociais sérias, públicas e universais, equilibrando as relações entre trabalho e capital. Este tipo de mecanismo gerou os chamados “trinta anos de ouro” em que todos se desenvolveram rapidamente, no quadro de uma razoável justiça social. Foi a chamada fase social democrata.

A segunda fase começa no final dos anos 1970 com a eleição de políticos de direita, em particular de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em que o Estado foi dominado pela direita mais tradicional, que impôs a redução da máquina pública e das políticas sociais, privatizando numerosos setores em nome da luta contra a corrupção e pela democracia, levando a uma ruptura do pacto social anterior. Com a apropriação da máquina política pelos gigantes corporativos o processo se desequilibrou profundamente. É a fase que ficou chamada de neoliberal. Em nome do Estado mínimo, da redução da burocracia e do combate à corrupção, e sobretudo naturalmente do interesse geral da nação, o que se gerou foi um ataque aos salários, às políticas sociais e ao próprio processo político de manutenção de equilíbrios. Em nome da redução dos impostos travou-se a redistribuição de renda, reforçando ainda mais os grandes grupos econômicos, gerando um círculo vicioso.

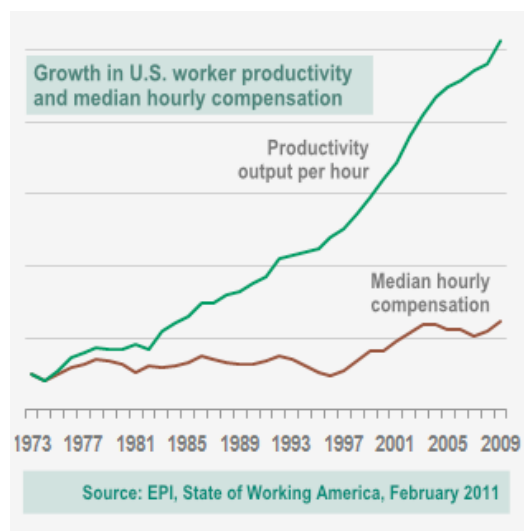
O que aqui veremos, é como se dá, e como se pode corrigir, este processo de alocação. Os recursos são basicamente alocados aos trabalhadores sob forma de salários, aos capitalistas sob forma de lucros, e ao Estado para financiar as políticas públicas.

Os salários

A forma mais generalizada de se aceder aos recursos, ao dinheiro, é o salário. É o que sustenta a ampla maioria de nós. É útil lembrar, de toda forma, que o trabalho assalariado, em que uma pessoa oferece os seus serviços oito horas por dia, em troca de dinheiro, e faz o que lhe mandam – portanto aluga a sua capacidade de trabalho – é relativamente recente, e segundo numerosos estudos, é uma forma transitória de organização das relações de produção. Com a complexidade crescente e diversidade dos subsistemas produtivos, diversificam-se também as formas como as pessoas se inserem no processo produtivo. Mas de toda forma os salários ainda constituem a forma como a maioria das famílias acede à sua capacidade de consumo, sendo que outra parte dos recursos será intermediada pelo Estado através de impostos, taxas e tarifas, e outra parte ainda será apropriada pelos empresários sob forma de lucros. A tensão entre estes três principais mecanismos de acesso aos recursos é permanente, e central no debate político.

O impacto da fase neoliberal foi, e continua sendo, uma gradual e sistemática redução do peso dos salários na renda nacional. A participação da remuneração do trabalho no Brasil, durante os anos 1995-2004 baixou de algo como 45% para 35%, o que representou ao mesmo tempo uma queda mais acelerada do que a verificada nos países desenvolvidos e um patamar absurdamente baixo. A recuperação se verifica apenas nos anos mais recentes, trazendo-nos em 2010 para algo em torno de 40%.

A mesma tendência estrutural pode ser verificada nos Estados Unidos: aumenta radicalmente a produtividade do trabalho, enquanto a remuneração estagna. Assim os imensos ganhos de produtividade que resultam da revolução tecnológica terminam sendo apropriados pelos estratos superiores, aprofundando a desigualdade, conforme constatamos na comparação abaixo, entre a produtividade do trabalho que aumenta fortemente, e o salário horário que pouco evolui.²⁰

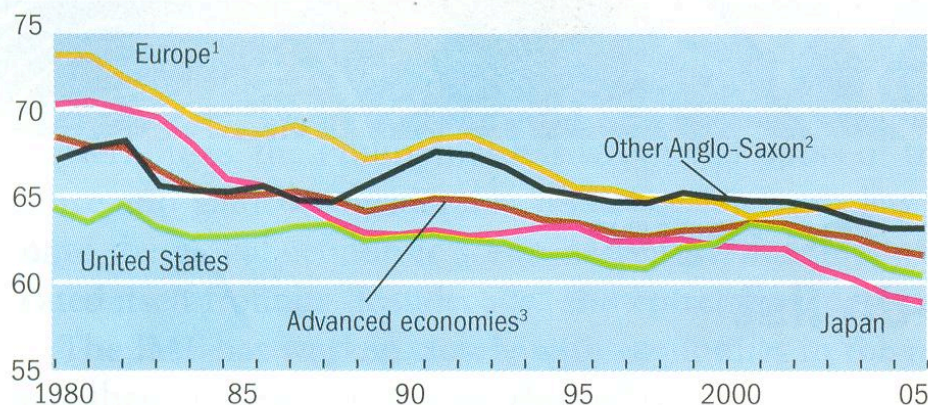


²⁰ Too Much, 21 de fevereiro de 2011 – www.toomuchonline.org

Um relatório do FMI, pouco suspeito de extremismos nesta área, sistematiza estes dados para o conjunto dos países mais desenvolvidos, em período de 25 anos. A convergência é muito impressionante, e constitui uma das principais facetas da globalização.²¹

The share of income going to labor has declined in advanced countries ...

(labor share as a percent of GDP)



Fonte: IMF – *Finance and Development*, June 2007, p. 21

Constatamos que a parte da renda destinada à remuneração do trabalho cai sistematicamente entre 1980 e 2005 nos países avançados. É o efeito prático mais direto do neoliberalismo. É interessante lembrar que em 1980 se inicia, com Reagan e Margareth Thatcher, a onda neoliberal. *There Is No Alternative – TINA* – dizia Thatcher com satisfação. Hoje todos buscam alternativas, mas caracteristicamente os que mais lucram com as crises consideram que as alternativas passam por uma maior austeridade por parte dos trabalhadores. O gráfico acima é claro, e é bom recorrer às estatísticas do Fundo, pouco suspeito no caso.

O sistema adotado nas últimas décadas, portanto, é estruturalmente desequilibrado em termos de alocação e de apropriação de recursos, mesmo quando não há crise. Juntamos aqui várias fontes e diversos países, pois se trata do principal mecanismo de aprofundamento da desigualdade no planeta, e o fato de convergirem nesta visão as diversas fontes de análise ajuda a sedimentar a compreensão da tragédia que se aprofunda. Vemo-nos assim trancados em um processo geral de concentração de renda e de aprofundamento de desequilíbrios.

O conceito de assalariado, naturalmente, recobre realidades profundamente diferentes. Vimos acima (Capital Trabalho) a hierarquização dos sistemas de remuneração, com trabalho de ponta (trabalho técnico nas corporações), trabalho precário, trabalho informal e trabalho ilegal. Cumpre acrescentar que hoje criou-se uma área de super-salários que chegam a dezenas de milhões de dólares, em particular nas áreas de intermediação que vimos acima. Somando-se os bônus de fim de ano, chega-se a remunerações fantásticas, sem comum medida com o aporte produtivo. Há uma dimensão ética neste processo que gera indignação pelo planeta afora. Para nós aqui, no entanto, o mais interessante é entender os mecanismos através dos quais pessoas que não têm capacidades particulares nem contribuições significativas para o avanço da

²¹ IMF, *Finance & Development*, June 2007, p. 21

economia, ou que pelo contrário a travam ao criar pedágios artificiais, conseguem remunerações tão desproporcionais.

A sua força vem do poder das cúpulas corporativas, onde se forma uma articulação de interesses entre quadros no topo do poder e grupos de acionistas, gerando uma dinâmica de competição pelo poder e pela remuneração que trava qualquer espaço interno, no processo decisório corporativo, de pensar em responsabilidade social ou ambiental. Este ponto é muito importante, pois não é a truculência particular das pessoas que gera esta realidade – ainda que a truculência ajude a subir – mas sim o próprio processo decisório, na sua estrutura legal, que é viciado. Forma-se literalmente um bando no segmento superior da corporação, com chefetes e assessores das áreas de finanças, de marketing e do departamento jurídico, que são os que mandam nas empresas, e se sentem plenamente solidários uns com os outros ao se declararem de interesse vital para a empresa e portanto merecedores de fortunas. Marcel Morin afirma com razão que é vital introduzir mudanças no próprio direito comercial que rege as corporações.

Ponto importante ainda, é que com as corporações agindo na esfera mundial, enquanto os sistemas de regulação estão fragmentados em cerca de 200 países, torna-se fácil as corporações navegarem não só na guerra fiscal, como também jogar com o conjunto de vantagens relativas que pode representar a busca de lugares onde a remuneração e os direitos sociais dos trabalhadores são mais frágeis. Muito significativo também, é o fato da organização sindical dos trabalhadores ser muito mais complexa, pelo seu enraizamento territorial – os trabalhadores moram no território do seu emprego – o que fragiliza dramaticamente a capacidade de reivindicar uma distribuição mais equilibrada dos avanços da produtividade.

Em termos de funcionamento da economia portanto, criou-se uma dinâmica mundial de achatamento relativo dos salários, o que por sua vez tende a desequilibrar a função essencial da massa salarial na formação de uma ampla base interna de demanda, sem falar do papel evidente da economia de assegurar uma vida digna para toda a população do planeta. Com o poder das corporações que trabalham em escala planetária, e a diversificação e fragmentação das atividades dos assalariados, o equilíbrio essencial para o funcionamento da economia se rompe, e se o Estado não resgatar o seu papel de garantidor de um mínimo de justiça econômica e social, o que temos pela frente é a continuidade de crises. O neoliberalismo gerou uma economia de base estreita, e com cabeça gigantesca, que sobrevive, paradoxalmente, apenas com os socorros financeiros dos nossos impostos.

É interessante aqui fazer a distinção entre o nível da microeconomia, da unidade empresarial, e o nível macroeconômico do país. Um empresário pode pensar que com salários menores e menos direitos sociais e impostos correspondentes, poderia empregar mais pessoas. O raciocínio no nível de uma empresa individual é correto. Mas com muitas empresas pagando pouco, reduz-se a capacidade de consumo dos trabalhadores, e o processo trava, gerando uma economia “de base estreita”, produzindo para poucos, em baixa escala e com custos elevados. É o conjunto da economia que se torna menos competitivo. A prosperidade na base da economia levanta todos os barcos. Não são misteriosas leis econômicas que regem o nível dos salários, e sim regras do jogo negociadas segundo as relações de força existentes na sociedade.

Esta visão exige que os Estados assumam um papel de equilíbrio político, como no New Deal de Roosevelt nos anos 1930, ou na social democracia europeia do pós-guerra, ou ainda no Brasil e outros países da América Latina, na defesa da capacidade de compra da população. O salário mínimo no Brasil no início do milênio era inferior a 100

dólares, hoje supera os 300, e tanto ajudou a tirar grande parte dos brasileiros da miséria, como ampliou o mercado interno, gerando mais investimentos e atividades econômicas, o que por sua vez aumentou ainda mais a massa salarial, inclusive protegendo o Brasil da crise financeira internacional. Chamamos esta esfera de “mercado de trabalho”, mas na realidade se trata, quando funciona, de uma política salarial, com forte intervenção reguladora do Estado, e um papel essencial das organizações dos próprios trabalhadores. Nenhuma “lei” econômica diz que um professor de ensino fundamental deva ganhar mal, e um advogado da área financeira ganhar muito. Na Finlândia, por exemplo, é o professor que é mais valorizado. Uma política salarial decente constitui um dos principais instrumentos de política econômica do país.

Os lucros

Outra conjunto de agentes econômicos chega aos papéis que dão direito aos produtos através dos lucros. Primeiro, é preciso dizer que não basta uma atividade ser lucrativa para ser útil para a sociedade – atravessadores financeiros têm lucros elevados, mas prejudicam as atividades econômicas – e atividades não lucrativas podem ser de grande utilidade, como por exemplo o investimento público na educação, a atividade de uma organização da sociedade civil como a Pastoral da Criança, ou ainda uma instituição comunitária como a Universidade Católica. O importante é que toda atividade econômica deve se financiar de algum modo, e o lucro pode ser perfeitamente legítimo, mas é apenas uma das formas de alocação do excedente.

Toda atividade tem custos, e como dizem, não há almoço de graça. Um produtor de sapatos, ao administrar bem o seu negócio, poderá gerar um excedente sob forma de lucro, com o que poderá restituir o empréstimo do banco, sustentar a sua família e investir em mais sapatos. No caso da Pastoral da Criança, não há lucro, mas com a grande redução das doenças e da mortalidade, gera-se um excedente sob forma de vantagens para as famílias, que gastarão menos com medicamentos e hospitalizações, e perderão menos dias de trabalho: a contribuição das 450 mil famílias que participam da Pastoral se dá sob forma de trabalho voluntário, e as famílias lucram com isto, ainda que não o chamemos de lucro. O excedente que financia estas atividades chega à Pastoral através de contribuições públicas, doações privadas, e em natura sob forma do trabalho voluntário. É uma atividade econômica sustentável, que gera um excedente para a sociedade, ainda que não gere lucro para um proprietário. A sociedade enriquece.

No caso da educação pública, gera-se sem dúvida um excedente para a sociedade, sob forma de elevação geral do nível de cultura e de capacidade de contribuição produtiva, mas o financiamento tem de passar pela cobrança de impostos, com as resistências correspondentes, e a vantagem para todos os setores da economia se verá apenas anos mais tarde, quando um engenheiro ou um médico assumir o seu posto de trabalho. De certa forma, comparando com o produtor de sapatos, o desvio é maior, o caminho entre investimento e retorno mais complexo. Neste sentido, é importante compreender que a sociedade tem de gerar excedente, ou seja, uma capacidade de produzir melhor assegurando uma capacidade de refinanciamento para que o ciclo possa continuar. Este excedente poderá se chamar de diversas formas segundo o tipo de instituição – sendo diferente, por exemplo, numa cooperativa – e será chamado de lucro quando é apropriado de forma privada numa empresa regida pelo direito comercial.

É importante aqui entender que o lucro não é diretamente para a sociedade, e sim para indivíduos privados. Não basta um empresário dizer que gera empregos. A criminalidade também estimula a geração de empregos, e muitos, inclusive empregos

indiretos na produção de fechaduras, grades e semelhantes. Em última instância, o ponto de referência é sempre o seguinte: é útil para a sociedade? Melhora a nossa qualidade de vida? É sustentável em termos ambientais? Vale apenas sempre olhar os lucros com três enfoques: a origem, o destino e o montante.

Em termos de origem, há um deslocamento planetário, conforme vimos, do lucro obtido produzindo bens finais que são demandados pela sociedade, para as atividades de intermediação. Quando um banco privado brasileiro apresenta um lucro anual que é da mesma ordem de grandeza que o imenso programa Bolsa Família, temos um problema. Pois enquanto o dinheiro que chega às mãos de famílias pobres tem origem nos impostos e retorna à sociedade sob forma de prestação social, e ainda dinamiza um conjunto de atividades, no caso do banco privado o lucro está baseado em taxas de juros que travam o consumo e o investimento na sociedade. É portanto essencial avaliar a utilidade social da atividade que gera o lucro. Obter mais lucro na agricultura com mais agrotóxicos, ou desmatando, não é necessariamente positivo, ainda que possa ser legal. A Nike, por exemplo, pagou o seu preço pela forma como conseguia obter os lucros com as condições desastrosas de trabalho dos que produziam os tênis, e hoje busca reconstruir a sua imagem.

Em termos de destino, basicamente são três usos diferentes. Os lucros podem legitimamente se transformar em consumo das famílias que lucram. “Legitimamente” é um conceito elástico. Gerou-se uma classe de muito ricos cujo objetivo na vida passou a ser o deslumbramento consigo mesmo, com um consumo ostensivo e espalhafatoso. É desperdício puro, pois inúmeras pesquisas mostram que os muito ricos simplesmente não são mais felizes do que os que têm simplesmente o necessário e o conforto básico. Administrar o seu iate, as suas casas de praia e de campo, as suas mansões cheias de seguranças é pouco mais satisfatório do que um simples fim de semana com a família e os amigos. Alardeia-se que quem os critica é por inveja. O que ocorre é o inverso: precisam acreditar que são invejados, para que as tralhas de que se cercam façam sentido. Nefasto sim é quando a mídia e as empresas de publicidade passam a nos bombardear com falsas imagens de grande felicidade dos mega-consumidores. Um bom bife e uma boa cerveja nos dão muita felicidade. Poder pagar dez bifés e dez cervejas não vai nos deixar mais felizes. Em termos sociais, é um desperdício. Em termos de gestão social, pela desorganização política e corrosão da democracia que geram, é um desastre.

Outro uso dos lucros, muito mais interessante, é o reinvestimento. A empresa que expandiu a sua produção, adquiriu *know-how* e conhecimentos do ciclo da sua cadeia produtiva, e expande as suas atividades, gerando mais produtos úteis, mais empregos e atividades indiretas induzidas (a montante nas matérias primas e subprodutos, a jusante na distribuição e comercialização), está contribuindo para o desenvolvimento. Naturalmente, há que distinguir aqui o investimento efetivo, do investimento que se dá comprando outras empresas, o que gera um conglomerado mais potente, mas não muda o capital construído existente na sociedade. E o fato é que o lucro baseado em atividades nocivas, ao ser reinvestido, gerará mais atividades nocivas. A qualidade do investimento, pelo tipo de impacto que gera em termos econômicos, sociais e ambientais é essencial.

Um terceiro destino do lucro são as diversas formas de aplicações financeiras, que geraram o rentismo. Antigamente se dizia com respeito, “fulano vive de rendas”, o que significava em geral que vivia do trabalho dos outros. É perfeitamente legítimo quem lucrou aplicar o dinheiro ganho em diversas formas de poupança. Mas é importante ficar claro que não se trata de investimento, não gera emprego nem produto, e os ganhos

serão apenas ganhos de transferência, direitos sobre mais papéis. Os bancos e muito jornais, como vimos, gostam de falar em investimento ao se referirem às aplicações financeiras, parece mais sério e responsável. Mas a aplicação só se transformará em investimento se o banco onde colocamos a nossa poupança financiar por exemplo a construção de casas ou a abertura de uma empresa que gere produtos e empregos. Se o banco aplica esta poupança em títulos do governo, para ser remunerado através dos impostos que o próprio poupador tem de pagar, não está se construindo nada de novo na economia. São lucros de transferência, não sobre a criação de novas riquezas na sociedade. O rentismo se agigantou no país, e no nível mundial já em 1998 um relatório da ONU mostrava que os lucros dos mais ricos estão sendo cada vez mais orientados para atividades especulativas, travando os investimentos.²²

É preciso mencionar ainda um uso muito corrente do lucro, que é a evasão fiscal. Hoje há uma indústria mundial, com grandes bancos, contadores e empresas de assessoria jurídica cuja função é rigorosamente centrada na gestão de fortunas. A PUC de São Paulo me paga no banco Santander. Em Genebra, tive problema com o meu cartão de crédito, e procurei a agência Santander na cidade. Não me abriram a porta: um comunicador me informou que não atendem a correntistas, fazem apenas gestão de fortunas. Nestes termos. Gestão de fortunas na Suíça, consiste em geral na prestação de serviços de evasão fiscal. São as grandes empresas e as grandes fortunas que recorrem a estes serviços.

Com a crise de 2008, generalizaram-se as pesquisas sobre os capitais sem controle, e temos hoje a imagem geral: entre 21 e 32 trilhões de dólares estão alocados em paraísos fiscais, de forma frequentemente legal em termos formais, mas que pela origem consiste justamente em evasão fiscal. O *Economist* arredondou esta cifra por baixo, a 20 trilhões, enquanto a Oxfam da Grã-Bretanha estima que sejam 18,5 trilhões. De toda forma, estamos falando em algo como 25 a 30% do PIB mundial em paraísos fiscais, administrados por gigantes como Goldman & Sachs, Union des Banques Suisses, HSBC e semelhantes.²³

No conjunto, esta gigantesca migração de dinheiro dos mais diversos países para paraísos fiscais mostra uma dimensão crítica de falta de regulação planetária, que está inclusive na origem das crises financeiras. O espaço do sistema especulativo é o planeta, e não há banco central mundial. A falta de regulação internacional repercute diretamente sobre a capacidade de regulação nacional: com a riqueza de soluções, nesta era de dinheiro volátil sob forma de sinais magnéticos, se um governo e passa a exigir que cumpram a lei e paguem os seus impostos como o resto da população, o recurso à fuga é frequente. O resgate da regulação dos lucros, tanto na taxação do consumo de luxo, na desoneração do reinvestimento, como na moderação dos ganhos financeiros e controle dos fluxos ilegais é vital, e envolve tanto o aperfeiçoamento tecnológico dos sistemas de controle, como os acordos internacionais para ir fechando gradualmente os espaços do dinheiro ilegal internacional.

É preciso acrescentar aqui que a atitude da população em geral, em termos de comportamento consumidor, pode constituir um importante instrumento de regulação, no que tem se chamado de “votar com o bolso”. As pessoas podem simplesmente deixar

²² UNCTAD – *Trade and Development Report*, Geneva, 1998

²³ Sobre os paraísos fiscais, uma descrição das fontes mecanismos pode ser encontrada em <http://dowbor.org/2012/11/os-descaminhos-do-dinheiro-os-paraisos-fiscais-parte-v-novembro-2012-7p.html/>. O excelente estudo da Oxfam pode ser encontrado em <http://dowbor.org/2014/01/working-for-the-few-janeiro-2014-34p.html/>

de comprar produtos de empresas vilãs (*rogue corporations*) de notória irresponsabilidade social ou ambiental. Este elemento regulador já é forte por exemplo na Europa, e incipiente no Brasil, na medida em que depende de uma informação adequada do consumidor. Temos hoje instituições não governamentais importantes como o IDEC, Instituto de Defesa do Consumidor, que alerta para uma série de fraudes corporativas, e governamentais como o Procon, mas ainda são muito frágeis, em particular porque a mídia, que vive em grande parte da publicidade destas empresas e produtos, não colabora. É difícil o consumidor saber se a carne que compra está ligada ao desmatamento ilegal, ou se o móvel que compra é feito com madeira certificada.

O papel das organizações da sociedade civil, que não são tributárias nem das empresas nem do Estado, mas dependem da credibilidade junto à população para sobreviver, é fundamental, por poder contratar especialistas nas diversas áreas e comunicar uma opinião externa, o que frequentemente lhes vale ataques e tentativas de criminalização, em particular quando denunciam violações de direitos humanos, desastres ambientais ou sistemas de corrupção. Mas há avanços, e a própria transformação da Nike mostra que estas intervenções podem ser muito eficazes.

A Fiscalidade

Vimos portanto que na distribuição de dinheiro, ou seja, de direitos sobre os produtos da sociedade, uma massa importante vai para os salários, que envolve o grosso da população, sendo que este montante varia bastante, entre, como ordem de grandeza, 40% e 60% do produto que a sociedade cria. A parte dos lucros também varia imensamente, ainda que vá para as mãos de uma minoria da população, e por vezes apenas para alguns oligarcas. O que não se transforma em renda dos trabalhadores e em lucros, é captado pelo Estado sob forma de impostos, taxas e tarifas, essencialmente para cobrir as necessidades de consumo coletivo da sociedade, como infraestruturas, educação, saúde e semelhantes, zelar pela manutenção de um processo democrático de gestão política, além de, como qualquer instituição pública ou privada, arcar com os custos próprios de gestão da máquina.

Obviamente, a distribuição da renda entre os assalariados, os proprietários e gestores de empresas e o Estado está no centro das tensões políticas. O resultado destas tensões, segundo as relações de força muito diferenciadas em diversos países, pode levar a uma dominância esmagadora dos lucros, à fragilidade extrema dos assalariados e pequenos produtores, e a uma participação ridícula do Estado, como na Guatemala, por exemplo, onde a carga tributária é da ordem de 10%, e o poder está na mão da empresa americana de bananas e de milícias paramilitares. Ou pode levar a uma realidade como na Suécia, onde a massa salarial é importante mas não dominante, os lucros relativamente menores, enquanto a parte do Estado atinge, como ordem de grandeza, cerca de 50% do PIB. Neste último caso a carga tributária é muito significativa, mas retorna à população sob forma de saúde, educação, cultura e outras políticas sociais gratuitas, bens de consumo coletivo democraticamente distribuídos. Guatemala e Suécia representam extremos, e temos todas as composições possíveis no meio.

Há um grande debate em torno do tamanho do Estado. Não há nenhuma indicação que mostre que um Estado menor leve a uma administração mais eficiente do país de forma global. Na realidade, quanto mais o país é desenvolvido, maior é a participação do Estado, uma correlação rigorosa que vemos nesta tabela do FMI, insuspeito de “estatismo”.

Participação dos governos centrais no PIB segundo nível de renda dos países

Países de:	Governo central, porcentagem do PIB, início anos 2000
Baixa Renda	17,7
Renda média baixa	21,4
Renda média alta	26,9
Alta renda	31,9

Fonte: *Finance and Development*, IMF, Dez. 2007 - Note-se que se trata, na tabela acima, dos gastos do governo central apenas, os gastos públicos totais são bem mais amplos.

Como nos países mais ricos a porcentagem é sobre um volume de PIB mais elevado, as diferenças são muito significativas. A razão básica é que quanto mais desenvolvido o país, maior é o papel das políticas e infraestruturas sociais, e o consumo coletivo se torna mais amplo do que o consumo individual. Conforme vimos nos estudos setoriais, as áreas que mais se expandem hoje são justamente aquelas onde o consumo coletivo se torna muito mais econômico, elevando a produtividade sistêmica do país. Em termos comparativos, pegando já a proporção da carga tributária total sobre o PIB, e não apenas a que é gerida pelo governo central, temos o Brasil com 34,5%, a Argentina com 37,2%, a Holanda com 39,9%, a Alemanha com 40,4%, a França com 44,6%, a Suécia com 45,8%, a Bélgica com 46,8%, a Dinamarca com 49,0%. São ordens de grandeza, e apenas alguns países, mas o que se evidencia é que o Brasil não tem uma carga tributária particularmente elevada.²⁴

O que desequilibra e trava no país, é a fragilidade do imposto sobre os mais ricos. A alíquota máxima no Brasil é 27,5%, é a que eu pago como professor da PUC – se trata de um salário de professor – mas os muito ricos deste país também pagam 27,5%. Alguns exemplos a título comparativo: na Argentina a alíquota sobre renda elevada é 35%, no Chile 40%, na Colômbia 33%, na China 45% igual que no Reino Unido, na Suécia é 57%, nos Estados Unidos 55,9%, na Espanha 52%.²⁵ Como no Brasil não temos imposto sobre a fortuna, apenas uma imposição muito frágil sobre a herança, um imposto territorial rural quase inexistente, e um IPTU com pouquíssima progressividade, o resultado é que o efeito de redistribuição do imposto é muito limitado. Se acrescentarmos que a maior parte dos impostos no Brasil é indireta, embutida nos preços, o resultado é que neste país de tanta desigualdade temos uma política tributária que reproduz a desigualdade.²⁶

Em termos de política tributária, portanto, trata-se de cobrar da renda dos mais ricos, que tendem a fazer aplicações financeiras, mas desonerando os investimentos, que geram atividades econômicas; trata-se de tributar o capital parado como terras pouco utilizadas (160 milhões de hectares no Brasil) que os grupos proprietários não usam nem deixam usar; de tributar a transmissão hereditária para dar chances equilibradas às sucessivas gerações; de tributar as grandes fortunas para reduzir o peso dos rentistas; de

²⁴ http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_tax_revenue_as_percentage_of_GDP

²⁵ http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_tax_rates

²⁶ Para uma visão rápida das opções tributárias, ver <http://dowbor.org/2013/05/entrevista-com-l-dowbor-quem-tem-medo-da-reforma-tributaria-maio-2013-3p.html/> Uma explicação clara de como funcionam os impostos pode ser encontrada em Samantha Maia, *Quem alimenta o leão*, <http://dowbor.org/2014/03/samantha-maia-quem-alimenta-o-leao-marco-2014-6p.html/>

tributar os movimentos financeiros especulativos, que não geram riqueza, pelo contrário desorganizam a economia; e de reduzir drasticamente os impostos indiretos, incorporados nos preços dos produtos, gerando gastos proporcionalmente maiores por parte dos mais pobres. Fazer discursos contra os impostos dá voto, mas o que precisamos é de melhores impostos, e cobrar dos que fazem os discursos para não pagá-los.

A política fiscal tem três dimensões: a captação de recursos, via impostos, a sua aplicação através do orçamento, e a sua gestão, ou governança, que deve justamente assegurar que os impostos sejam bem cobrados e bem aplicados. A carga tributária dos países desenvolvidos e razoavelmente bem administrados é da ordem de 40% ou mais. Os impostos são fortemente progressivos – paga proporcionalmente mais quem tem mais – e os recursos permitem acesso universal e fundamentalmente igualitário aos serviços e infraestruturas sociais do país, reduzindo as tensões sociais e melhorando assim a produtividade sistêmica.

O orçamento redistribui os recursos através da peça orçamentária, que é elaborada por um governo eleito e aprovada por um legislativo também eleito. Resgatar a dimensão pública do Estado é neste sentido essencial. Voltaremos a isto na terceira parte deste estudo. Quando grupos privados se apropriam, por exemplo via financiamento dos candidatos, da própria máquina do Estado, o uso dos recursos é desvirtuado.

No conjunto, dos 34% do PIB que o Estado recolhe sob forma de impostos e taxas, grande parte se transforma em transferências diretas para as famílias, em particular para a previdência e programas como Bolsa Família, o que reduz a carga tributária efetivamente gerida pelo Estado a 21% do PIB. Outra parte é consumida pelo serviço da dívida pública, através dos juros (SELIC), que resulta em transferências anuais de mais de 100 bilhões de reais para os bancos. Uma terceira parte é utilizada para financiar a própria máquina do Estado, o chamado custeio. Aqui, é importante distinguir o gasto com a gestão propriamente administrativa, a chamada burocracia, e os gastos com escolas, hospitais, manutenção de infraestruturas e assim por diante. Sobra uma quantia bastante diminuta, mas ainda assim muito significativa, para investimentos públicos.

As pessoas gostam de dizer que trabalham, por exemplo, cinco meses por ano para o Estado, e depois para si. Mas acham ótimo ter os filhos estudando de graça na USP ou nas universidades federais, clamam por melhores estradas e infraestruturas e assim por diante. Na realidade, quando se fala no inchaço da máquina, esquece-se que as ruas precisam ser asfaltadas, o lixo recolhido, as ruas iluminadas, o Estado gerido, e que o grosso dos funcionários públicos são professores e administradores escolares, médicos e gestores hospitalares, policias e administradores prisionais e assim por diante. E se não forem públicos, estes serviços, de toda forma indispensáveis, terão de ser privados, e portanto mais caros, e orientados para a elite que tem recursos para pagar, aprofundando a desigualdade. O conceito de Estado mínimo é um grande engodo ideológico, o que temos de fazer é melhorar a gestão da máquina pública.

A gestão do Estado está na ordem do dia. Um elemento central é a transparência, e a lei correspondente de 2012 deve ajudar muito, à medida que as pessoas e instituições passarem a utilizá-la de forma sistemática. Outra tendência é a informatização generalizada, que permite o cruzamento e acompanhamento de dados, e uma gestão muito mais eficiente. Particularmente interessante é a adoção de formas descentralizadas de gestão das políticas públicas. No caso das grandes infraestruturas, é natural que o governo federal tenha presença dominante, mas para milhões de pequenas iniciativas que melhoram a qualidade de vida da população, cidade por cidade, é vital

adotar políticas radicalmente descentralizadas. Lembremos que na Suécia, o Estado administra mais da metade do PIB, mas cerca de 70% dos recursos são diretamente repassados para as gestões locais, em particular os municípios, contra apenas 15% no Brasil. Aproximar a gestão dos recursos das populações interessadas é uma forma de gerar controle democrático do uso dos recursos públicos.

Lembremos enfim que em termos de gestão, temos de distinguir, como já vimos, a propriedade, a gestão, o controle e o marco regulatório. Um aeroporto de propriedade pública pode ser confiado à gestão de uma empresa privada, sob controle estadual ou federal, no quadro de uma regulação estadual ou federal e assim por diante. Lembremos que a internet que tanto se tornou vital para nós é um sistema público, gerido por um consórcio sem fins lucrativos (W3C) composto pelos vários agentes interessados (*stakeholders*), e regulado por comitês gestores nacionais, assegurando ao mesmo tempo a gratuidade e o interesse público, e a adaptação a diferentes situações locais. No Brasil inclusive o comitê gestor da internet publica todo ano relatórios detalhados sobre a expansão, tipos de uso, impactos sobre o mundo da educação e semelhantes. Ter uma caixa preta particular fechada, cobrando cada uso, mata o sistema. Com um pouco menos de simplificações, e mais avaliação objetiva sobre o que funciona melhor, a tendência é elevarmos efetivamente a produtividade sistêmica e a sustentabilidade das iniciativas. Melhorar o funcionamento do Estado, em vez de simplesmente atacá-lo, é o caminho. Privatizar serviços, em vez de enfrentar a reorganização necessária, os torna eficientes apenas para a corporação que os assume e os clientes que têm dinheiro. A privatização e a elitização, que vão de mãos dadas pois a corporação é orientada pela capacidade aquisitiva e não pelas necessidades, apenas deformam ainda mais o sistema.

Voltando ao ciclo econômico, vimos como o processo de reprodução social envolve a combinação de vários fatores de produção – formas diferenciadas do capital – para gerar um processo produtivo, tendo como resultado o que bem ou mal calculamos como PIB, e que depois das trocas externas nos dá o produto efetivamente disponível no mercado nacional. A alocação deste produto se dá segundo diversos mecanismos, mas no conjunto irá para salários, lucros e fiscalidade. Não é muito surpreendente que as empresas privadas queiram sempre mais, que os assalariados batalhem melhores salários e condições de trabalho, ou que os administradores públicos se queixem da falta de recursos. Todos se queixam, e sempre em nome do interesse nacional. Mas a realidade é que devemos equilibrar o processo. Dizem com certa razão que a pátria é o último refúgio dos canalhas. Para quem quer efetivamente o bem do país, um desenvolvimento sustentável, a paz social e o equilíbrio das oportunidades, o mais importante é o bom senso, e um “norte” definido por um critério simples: o que funciona melhor? E aí não pode ser apenas o que funciona melhor para o meu bolso. O nosso interesse individual pode ser legitimamente considerado, cada um de nós busca sustentar a sua família, mas devemos sempre manter na nossa visão a referência mais ampla do chamado bem comum. O importante para nós é que o equilíbrio geral não virá sozinho: precisa ser construído, e não é fácil. Políticos somos todos, por simples necessidade.

4- A conjuntura econômica

Quando os agentes econômicos trabalhavam apenas com os recursos que efetivamente tinham, os desequilíbrios eram menores. Quando se trocava no mercado do Oriente uma

vaca por meia dúzia de cabras, não havia problemas macroeconômicos. Mas quando um banco, como por exemplo o Lehman Brothers, empresta através da *alavancagem* 31 vezes mais dinheiro do que o que tem em caixa, e está cobrando juros sobre todo este dinheiro sem tê-lo, podemos ter problemas, como efetivamente os tivemos, gerando uma crise mundial, pois inúmeros outros bancos aplicavam a mesma política, e de repente milhões perderam as suas poupanças, o valor das casas mudou radicalmente, reduzindo a base de garantia (hipotecas) dos empréstimos privados e assim por diante.

Quando um governo emite moeda – basicamente o mesmo que fez o Lehman Brothers – para cobrir uma série de gastos sem precisar se dar ao trabalho e desgaste de cobrar os impostos correspondentes, a moeda emitida perde valor, e milhões de pessoas, ao chegarem numa loja, percebem que o dinheiro que tinham no seu bolso encolheu, sem poder acusar ninguém de ter tirado o seu dinheiro. A vulnerabilidade sistêmica das economias aumentou radicalmente.

Estamos aqui na área tenebrosa, escorregadia e muito pouco transparente da conjuntura econômica, que tem este nome respeitável, mas que encobre um conjunto de mecanismos que de forma geral ninguém entende. O mercado está nervoso, nos explicam, quando não entendemos porque as ações que o gerente da nossa conta recomendou caíram, e que portanto perdemos dinheiro. Como é que especuladores privados do mercado financeiro mundial podem quebrar um país? Quebraram o México (salvo na última hora por Clinton), a Rússia, a Argentina, o Sudeste Asiático – era o tempo da “bola da vez” – como se países fossem bolas na sinuca mundial. O Brasil, inclusive, parecia ser um bom candidato à bola da vez, o que fez com que o governo Lula tivesse adotado como primeira providência a diversificação das exportações e o aumento das reservas no Banco Central, que saltaram de um nível extremamente vulnerável de 30 bilhões de dólares em 2003 para 370 bilhões em 2014.

Na realidade, com o dinheiro reduzido a sinais magnéticos, e gigantes mundiais de intermediação financeira (chamados elegantemente de investidores institucionais, (*institutional investors*), ou de bancos “sistemicamente significativos” (28 grupos apenas segundo o *Economist*), e frente à ausência de um sistema regulatório internacional (não há banco central mundial), gerou-se uma fantástica possibilidade de se ganhar rios de dinheiro sem precisar produzir, e isto aplicando dinheiro que é da população. Cada país, para se proteger, tenta gerar os chamados equilíbrios macroeconômicos, ou seja, agir sobre os preços, a dívida, o câmbio e o equilíbrio orçamentário. A imagem da sinuca não deixa aqui de ser interessante, pois se trata não só de aplicar medidas justas e equilibradas, mas de prever os movimentos de gigantes da especulação que dispõem de imensos recursos técnicos para aproveitar cada brecha. E quando se movem, no que se chama oficialmente de *feito manada*, trituram o que houver na frente, crenças inclusive que se houver um desastre, os governos bancarão os seus rombos. No que, por desgracia, estão certos.²⁷

Uma vez mais, não se trata aqui de explicar o conjunto intricado das políticas de conjuntura, e sim de ir explicando as peças e o seu funcionamento. O essencial que precisamos entender, à partida, é que com mecanismos monetários, e operações financeiras em larga escala, os fluxos do dinheiro podem desgarrar radicalmente da

²⁷ Os 28 gigantes financeiros “sistemicamente significativos” são essencialmente europeus e americanos, com apenas um banco da China e três do Japão - Fonte: The Economist, Dec. 15, 2012, p. 75
<http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21568408-america-and-britain-outline-plans-dealing-failing-cross-border>

economia realmente existente, obrigando os governos a malabarismos impressionantes para evitar desastres, que atingem tanto os assalariados como as empresas e os recursos da própria administração pública. O nó do problema está na amplitude das operações financeiras sem lastro suficiente na economia real. levando ao que um economista americano caracterizou bem ao dizer que hoje é o rabo que abana o cachorro.²⁸

Os preços

O mecanismo básico da inflação é bastante simples: como os agentes econômicos não se apropriam do produto social diretamente, mas através do dinheiro, e como produzir dinheiro, ainda mais sob forma de sinais magnéticos, é muito mais fácil do que produzir por exemplo uma bicicleta, a tendência é circular mais papel do que os bens e serviços disponíveis. E se os produtos ou serviços começam a escassear, relativamente à quantidade de papéis, haverá sempre alguém disposto a pagar um pouco mais para obtê-los, fixando um novo patamar de preços. A deflação também é estudada, mas o que os preços gostam mesmo, é de subir.

O brasileiro tem razões para temer a inflação, e os banqueiros razões para dela terem saudade. Chegamos a ter uma inflação da ordem de 80% ao mês, hoje não chega a 6% ao ano. É outra realidade. Mas a inflação, como bem mostrou Celso Furtado, consiste essencialmente numa transferência de recursos entre classes sociais. Os que podem remarcar os preços, simplesmente passam a elevação para a frente. E o consumidor final não tem como repassar para ninguém. O correntista que tem dinheiro não aplicado na sua conta - sempre pode cair um cheque, um pagamento - sabe que o valor deste dinheiro está derretendo, mas o banco aplica este dinheiro e ganha o que o correntista perdeu. Na realidade, quando tínhamos uma hiperinflação como a que existiu no Brasil até 1993, os assalariados que tinham os seus salários reajustados apenas periodicamente perdiam a capacidade de compra, da mesma forma como pequenos produtores que não tinham capacidade de empurrar os preços para cima. Assim os mecanismos de preços transferiam recursos para as classes sociais mais ricas, em particular para os intermediários financeiros que tinham maior possibilidade de jogar com as variações, e para as regiões mais ricas.

O Brasil não estava sozinho na hiperinflação. Na época, 44 países, entre os quais por exemplo a Argentina, Israel e México, tinham hiperinflações. Todas elas foram liquidadas para níveis civilizados entre 1993 e 1995. Para o mundo financeiro, passou a ser mais interessante jogar no mercado financeiro globalizado, e uma moeda que muda de tamanho a cada dia não podia entrar na finança global, por ser impraticável converter uma moeda que muda de tamanho até durante um único dia. De diversas formas e com diferentes recursos técnicos, todas as hiperinflações caíram. Foi um imenso avanço para todos, as economias passaram a ser administradas de maneira mais eficiente, e a contabilidade nas empresas passou a fazer sentido. Mas também o moeda de cada país passou a ser instrumento de especulação em todo o planeta, reduzindo drasticamente a capacidade de cada país definir a própria política monetária. O planeta se transformou num imenso sistema de vasos comunicantes, sem a administração ou regulação planetária correspondente. Estava criado o chamado casino global.

Com variações, pois nem todos são iguais neste jogo. Os Estados Unidos, pelo fato de sua moeda servir de instrumento de transações no mundo todo - na Tailândia por exemplo usa-se o dólar paralelamente à moeda local - podem imprimir moeda à vontade, sabendo que a capacidade de compras assim gerada não vai pressionar

²⁸ Joel Kurtzman, *The Death of Money* - Simon & Schuster, New York, 1993

excessivamente o mercado local, e irá se diluir pelo mundo afora. São o único país a poder cobrir os seus déficits com papel sem gerar inflação. Moeda internacional mas emitida por uma nação. A China também tem uma situação diferenciada, com um sistema muito regulado das transações externas, permitindo uma política monetária interna mais autônoma. Mas no conjunto o fato é que em boa parte a política monetária deixou de ser uma ferramenta flexível de regulação da conjuntura, já que toda decisão tem de se curvar a como reagem os chamados mercados financeiros, que têm como palco o sistema internacional, onde pouca regulação existe, e as movimentações especulativas são de imensa escala.

Outro elemento limitador do papel regulador do Estado é a oligopolização geral do planeta. O que entendemos por mercado já foi um palco de concorrência entre milhões de pequenos e médios produtores, mecanismo que penalizava a elevação unilateral dos preços. Hoje o sistema mudou bastante, pois os grandes grupos não vêm o mercado como um “dado” externo ao qual têm de se submeter, e sim como um espaço que podem manipular segundo os seus interesses. Eles fazem o mercado, são os *market makers*.

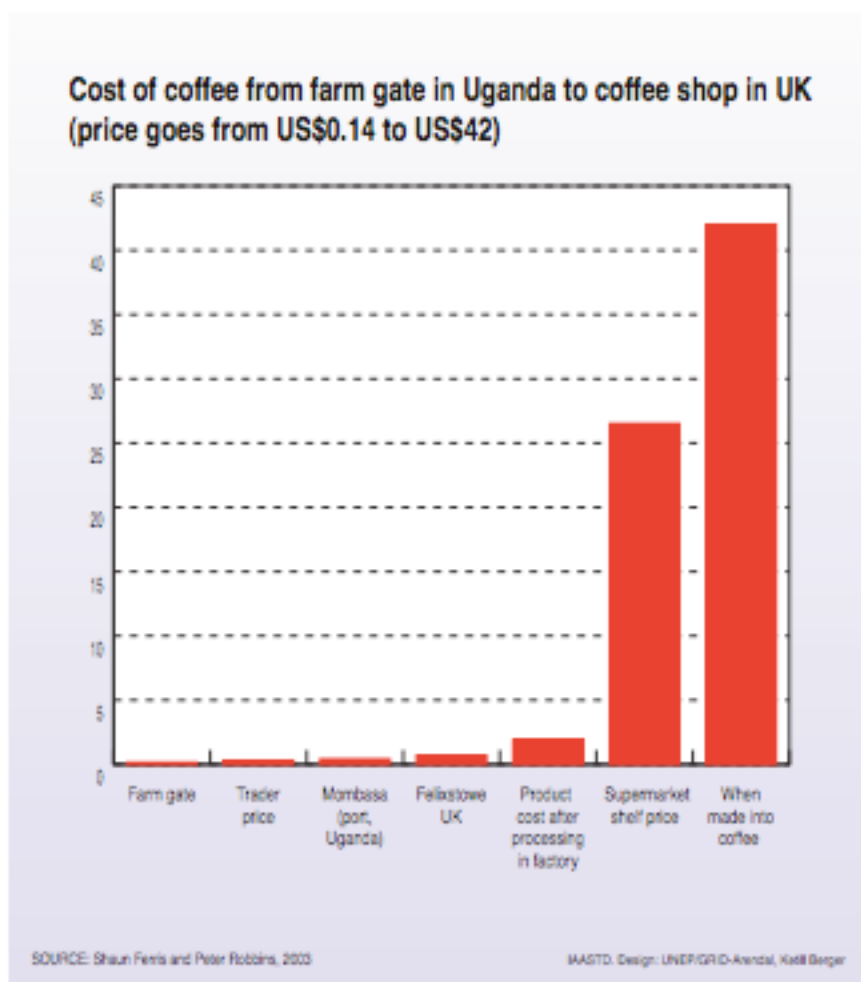


Figure SR-TM3. *Cost of coffee from farm gate to coffee shop.*

É interessante neste plano ver uma pesquisa sobre um quilo de café, produzido no Uganda, um dos grandes produtores mundiais, e que esclarece o mecanismo.²⁹ O estudo acompanha a evolução do preço desde a porta da fazenda, até a porta do bar no Reino Unido, desde os 14 centavos de dólar pagos a quem produziu o café até o equivalente de 42 dólares que pagamos no bar. É ridícula a participação do produtor de café, que arca com o grosso do trabalho. Ao pegarmos as primeiras etapas da cadeia - produtor, serviço comercial primário, transporte, processamento - vemos que para o conjunto dos agentes econômicos que podem ser considerados produtivos a participação no valor que o consumidor final paga ainda é muito pequena. O imenso salto se dá no preço na gôndola do supermercado, os Walmart ou equivalentes em qualquer país. E outro salto se dá no *"when made into coffee"*, ou seja, quando é servido sob forma de café. O gráfico fala por si. E os valores nas pontas, 14 centavos e 42 dólares, dão uma ideia da deformação da lógica de remuneração dos fatores e dos agentes econômicos.

É importante notar aqui que os preços não sobem sozinhos. Não há parto virgem em economia. Em algum ponto da cadeia produtiva alguém está gerando o grande salto de preços, e os eleva tanto mais quanto maior é o seu poder de controle sobre a cadeia. Quando constatamos que o mesmo carro custa incomparavelmente menos na Argentina ou no México do que no Brasil, e que nos dizem ainda por cima que é por causa dos impostos – o eterno culpado e expiador – temos razão em desconfiar.

Entre os três principais agentes econômicos que intervêm sobre os preços, o governo, os bancos e outros intermediários financeiros, e os oligopólios, seja emitindo moeda, variando acesso ao crédito ou fixando arbitrariamente os preços, desenrola-se um permanente duelo, no qual de forma geral as autoridades públicas, únicas eleitas e prestadoras de contas por lei, estão se tornando o elo mais fraco. O preço já não constitui um adequado alocador de recursos, fator de recompensa de quem é mais eficiente. *Might makes right*, o poder gera o direito. Aqui temos um problema metodológico, pois temos inúmeras instituições que medem o resultado, ou seja a subida dos preços, mas não pesquisam nem apresentam a “escadinha” de preços nas diversas etapas da cadeia produtiva, o que identificaria quem efetivamente gera e lucra com a inflação. Falar de preços em geral, e culpar o governo, simplesmente não é suficiente. Uma regulação eficiente da inflação exige aqui gerar transparência para que todos vejam quem a gera.

O crédito

O crédito é, naturalmente, apenas outra forma de dinheiro. E dinheiro apenas representa a renda ou a riqueza, é um vale sobre a produção realmente existente. Podemos emitir quantos vales quisermos, com o problema evidente de que se produzirmos muito mais vales do que os produtos ou serviços no mercado, passarão a valer menos. Crédito e preços são muito interdependentes. O dinheiro é essencialmente um facilitador de trocas. Se me dão um dinheiro por um trabalho que realizei, com este dinheiro posso contratar um pedreiro para consertar o meu muro, este utilizará este dinheiro para outras

²⁹ IAASTD – *Agriculture at a Crossroad - International Assessment of Agricultural Science and Technology for Development* – UNDP, UNEP, WHO, UNESCO, New York, 2009 - http://www.unep.org/dewa/agassessment/reports/IAASTD/EN/Agriculture%20at%20a%20Crossroads_Synthesis%20Report%20%28English%29.pdf - Para uma visão geral, ver o nosso artigo sobre os oligopólios de intermediação financeira e comercial em <http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FOs-oligopolios-de-intermediacao-comercial-e-financeira-prejudicam-producao-e-consumo-%2F7%2F29908>

coisas, ou seja, o dinheiro faz as coisas girar, mas é essencialmente um facilitador. A riqueza gerada é o trabalho que realizei, o muro que o pedreiro construiu e assim por diante. Como vimos, o fato de ser tão fácil imprimir dinheiro, ou criá-lo com sinais magnéticos, torna esta área muito escorregadia.

Nos anos 1980, os Estados Unidos emprestaram dinheiro a rodo para países em desenvolvimento, a juros baixos mas variáveis, por tanto não fixados antecipadamente. Muitos países se endividaram, prevendo que se manteriam os juros baixos iniciais, da ordem de 3% anuais. Os Estados Unidos, então no governo Reagan, foram puxando os juros para cima, até chegar a fantásticos 18% anuais, enforcando os credores, e obrigando-os a negociar o valor das suas exportações a preços de banana, e a aceitar qualquer tipo de acordo. Para quem tem o músculo financeiro suficiente, o crédito é uma arma poderosa.

O crédito aloca recursos para quem não os tem. Neste sentido, é um poderoso instrumento de política econômica em dois sentidos. Primeiro, conforme o setor ou o tipo de agente econômico a quem se facilita o acesso ao crédito, está se estimulando tipos de atividades diferentes na economia. Segundo, ao se fixar juros de em níveis mais ou menos altos, haverá mais ou menos estímulo para as pessoas se endividarem investindo ou comprando bens de consumo.

No primeiro caso, por exemplo, durante muito tempo o agronegócio tinha acesso a volumes elevados de crédito a juros baixos, enquanto a agricultura familiar ficou à mingua. Fazia parte de uma visão de que a agricultura familiar é coisa do passado, atrasada, e que portanto devia-se investir na grande monocultura de exportação. Esta foi a explicação, mas naturalmente o fator determinante é que o agronegócio tinha assento no próprio governo. A partir de 2003 houve uma intensificação radical do crédito ao pequeno produtor rural, através do Pronaf, o que permitiu equilibrar um pouco a situação, na visão mais madura de que há no Brasil espaço e utilidade para os dois tipos de agricultura. Quem visitou a Europa sabe a imensa produtividade que pode ter a agricultura intensiva em pequenas propriedades. Neste sentido, a orientação da alocação do crédito constitui um instrumento fundamental de política econômica, fomentando setores que precisam de mais apoio, gerando novos equilíbrios.

No segundo caso, a política de crédito desempenha um papel fundamental como acelerador ou freio do nível geral de atividades econômicas. Numa visão geral, o governo pode enxugar o excesso de liquidez no mercado aumentando a taxa de juros que paga ao mercado financeiro (a taxa Selic, essencialmente favorecendo aos bancos), aumentando a dívida pública, mas reduzindo com isto a vontade ou capacidade dos bancos de financiarem consumo e investimentos, de certa maneira reduzindo a velocidade geral da economia. Com taxa baixa, pelo contrário, os bancos não têm interesse em aplicar os depósitos em títulos da dívida pública, e vão procurar a quem emprestar, seja aos consumidores (o que estimula por exemplo a compra de geladeiras, ou automóveis), seja aos investidores que queiram criar novas capacidades produtivas.

Toda iniciativa deste tipo tem o seu efeito colateral. Aumentando a taxa Selic, aumenta-se o volume de recursos que o governo tem de pagar aos aplicadores financeiros, o que desvia, no caso brasileiro, mais de 100 bilhões de reais ao ano das políticas sociais, infraestruturas e outros usos produtivos que o Estado poderia fazer. Reduzindo-se a taxa Selic, libera-se mais recursos para investimentos pelo Estado, mas haveria um perigo de, ao estimular a concessão de crédito por parte dos intermediários financeiros, gerar pressões inflacionárias. Na realidade, como os intermediários financeiros têm muitíssimo a ganhar com uma Selic elevada, ganhando com os depósitos dos seus

clientes sem precisar se dar ao trabalho de encontrar aplicações produtivas do dinheiro – é simpático rentistas poderem ganhar dinheiro dos nossos impostos através da aplicação do nosso dinheiro em títulos públicos – agita-se em permanência o espectro aterrorizante da inflação.

Vemos aqui já a que ponto os diversos instrumentos de alocação de recursos, como a desoneração fiscal (menos impostos) ou acesso ao crédito em condições privilegiadas constituem vasos comunicantes, são várias formas de estimular ou regular diversos conjuntos de atividades, ao mesmo tempo que o nível geral de volumes de recursos alocados pode melhorar ou prejudicar os chamados equilíbrios macroeconômicos.

O grande escândalo dos fantásticos lucros dos intermediários financeiros, não está apenas na Selic (já bastante escandalosa) mas nos juros comerciais cobrados pelos bancos e pelos crediários das casas comerciais, conforme vimos ao analisar o setor de intermediação financeira. Este tipo de juros, ao consumidor final, reduz drasticamente a capacidade de consumo e inviabiliza investimentos. Aqui, enquanto não houver uma regulação por parte do Estado, o impacto será de travar o desenvolvimento. Dada a força política dos intermediários financeiros (nacionais e internacionais) e a força do rentismo em geral no país, tornou-se extremamente difícil fazer a regulação do setor, com tímidas investidas como foi a CPMF, como é o IOF, e o imposto sobre a entrada de capitais especulativos.

Desta forma a política de crédito joga com três dinâmicas diferentes. A dinâmica setorial de alocação de recursos, buscando reforçar setores estratégicos, ou fragilizados, ou ameaçados por pressão comercial externa; a dinâmica geral e regulação do volume de liquidez na economia, buscando um razoável equilíbrio entre o acelerador e o freio, sendo que os rentistas adoram o freio, rende muito sob forma de lucros financeiros; e a dinâmica de redução dos lucros especulativos, enfrentando pressões políticas poderosas, e inclusive a imensa porta de fuga que representam os paraísos fiscais, facilitada pelos próprios bancos internacionais.

O câmbio

O câmbio, que é o preço relativo de cada moeda, desempenha um papel diferenciado, porque central às trocas internacionais, mas constitui essencialmente um instrumento de favorecimento de alguns agentes econômicos frente a outros. Continua sendo a disputa por papéis, por direitos sobre os produtos. E aqui também todas as opções têm dois gumes. Um câmbio valorizado, com o dólar por exemplo valendo dois reais, favorece os importadores. A empresa importadora precisa pagar apenas dois reais por cada dólar de produtos importados, o que lhe dá vantagem relativamente aos produtos produzidos localmente. Portanto se o banco central vende dólares em quantidade, para torná-lo mais barato, valorizando assim a moeda local, os que vendem automóveis importados ou produtos chineses agradecem, passam a ter maior espaço econômico para crescer.

A política inversa, que consiste em levar o dólar por exemplo para o patamar de 3 reais por dólar, obrigaria os importadores a desembolsar mais reais por cada dólar de produto importado. Em compensação, os produtores de soja ou outros exportadores, por cada dólar que ganham pela exportação, receberão agora 3 reais do banco central na conversão, o que os torna mais rentáveis. E empresas – e são muitas – que exportam mas também são importadoras de insumos, poderão ter diferentes posições. O importante para nós, é entender que não é propriamente um “mercado” de moeda estrangeira, e sim grupos de agentes econômicos que pressionam para um lado ou para outro segundo os seus interesses.

Nas últimas décadas, um terceiro grupo de participantes tornou-se essencial, formado pelos especuladores, que nem produzem, nem importam nem exportam, e sim manipulam os movimentos financeiros para ganhar nas diferenças de câmbio que podem ser pequenas, mas muito interessantes se os movimentos especulativos envolverem grandes quantidades de recursos. Realizam-se ataques, e ataques ferozes, contra uma moeda fragilizada, tentando obter uma situação ideal para os especuladores, que é a instabilidade. Um mecanismo chamado de *arbitragem* consiste em aquisições ou vendas em massa para gerar diferenças de câmbio entre diversas moedas e diversas praças, e computadores fazem compras ou vendas pre-programadas com algoritmos que definem as opções. Este *high frequency trading* (transações de alta frequência) leva a movimentações de bilhões em frações de segundo, gerando uma volatilidade generalizada.

Nesta área, em consequência, como em outras áreas da alocação de recursos e de política de conjuntura, o governo se vê como articulador de diversos interesses nacionais e internacionais, mas sobretudo se vê pressionado pelos eternos ataques em grande escala que grupos especulativos podem desferir a qualquer momento. A lógica econômica aqui é amplamente ultrapassada pela expectativa econômica dos grupos que ganham nas variações. A elevação da Selic, por exemplo, tem muito pouco a ver com a inflação, pois na realidade são os juros ao tomador final que são importantes, mas no que a mídia chama de “os mercados”, gera-se uma expectativa de forte combate à inflação, e passam a trabalhar com previsões mais limitadas de inflação. No caso contrário, ainda que seja positivo para a economia, ao redirecionar dinheiro das aplicações financeiras para fomento às atividades econômicas, “os mercados” interpretam com uma atitude de relaxamento do governo relativamente à inflação, e passam a jogar com projeções de inflação mais elevada, o que leva efetivamente à elevação dos preços. Voltamos aqui à imagem do rabo que abana o cachorro.

No conjunto, aqui como em outras áreas de alocação de recursos e de política de conjuntura, vemos os espaços de decisão dos governos irem-se restringindo, tanto pelos cartéis de intermediários financeira como pelas ameaças especulativas mundiais. Este jogo de poder é chamado de “os mercados”, mas na realidade se refere aos grandes investidores institucionais, rentistas e especuladores, frente aos quais os governos e os produtores buscam se manter, quando deviam eles ter maior poder regulador e de geração de equilíbrios. . Como nas outras áreas de alocação de recursos e de política de conjuntura, o mercado nos sentido original, de um confronto de oferta e procura que gera equilíbrios, simplesmente deixou em grande parte de existir. Um conceito de banco central independente, portanto pairando inocente acima da luta, não faz sentido, a luta é por quem o controla. Temos de resgatar a capacidade reguladora do Estado.

E no plano internacional, temos de gerar pelo menos um mínimo de regulação sobre os fluxos especulativos. O BIS (Bank for International Settlements) e o FMI (Fundo Monetário Internacional), quando os fluxos reais passam pelos paraísos fiscais geridos pelos próprios intermediários financeiros, simplesmente não estão à altura. A taxa dos fluxos especulativos, na linha da iniciativa ATTAC, da taxa Tobin ou de outros formatos, inclusive regularmente discutidos em reuniões de governos, é uma condição não só da redução da desordem financeira mundial, como do resgate da capacidade reguladora no nível das nações.

5 -A distribuição desigual

Vimos acima um conjunto de mecanismos mais ou menos complexos de como os diversos agentes econômicos chegam ao dinheiro, aos vales que lhes dão direitos sobre os produtos que a sociedade gera durante um ano. Muitos deles, como vimos, constituem vasos comunicantes, o que faz sentido, pois chamamos este dinheiro de “liquidez”. Um grupo de agentes econômicos pode se encontrar, no fim do ciclo, com mais liquidez porque o seu setor beneficiou de uma isenção fiscal, ou de um subsídio, ou de uma variação cambial que o favorece, ou ainda porque houve uma linha de crédito privilegiada do BNDES para o setor e assim por diante, e por vezes com vários elementos se cruzando para o mesmo setor de atividades. Esta visão reforça a compreensão de que não basta analisar os instrumentos – política salarial, política fiscal, política de crédito etc. – pois precisamos ver como o conjunto dos instrumentos impacta cada grupo de agentes econômicos, cada setor de atividades.

Boa parte do sucesso das políticas implementadas a partir do governo Lula resulta de um conhecimento detalhado de como estava um agente fundamental, o “andar de baixo” da economia, e de como diversos fatores se cruzavam para gerar a armadilha da pobreza e tornavam a situação sem saída: basicamente um terço da população, cerca de 60 milhões de pessoas, não tinham nem conta bancária quanto mais acesso ao crédito, não tinham aposentadoria, dispunham de um acesso limitado às políticas sociais e assim por diante, sem falar de acesso a um mínimo de recursos de sobrevivência para alimentar os seus filhos. A resposta não foi mais um “cesta básica”, e sim uma política integrada de inclusão, envolvendo dinheiro, educação, saúde, saneamento, casa, certidão de nascimento e carteira de identidade, geração de empregos, previdência ampliada e assim por diante.

Este enfoque por agente econômico e social é extremamente importante, e depende de uma análise econômica, social, política e cultural, bem como de uma compreensão das diferenças e desequilíbrios regionais. Se um grupo de agentes econômicos, por exemplo os intermediários financeiros, sempre levam vantagem, e lucram muito mais do que a sua contribuição produtiva para a sociedade, é uma visão integrada de políticas que se torna necessária, envolvendo por exemplo a intervenção do CADE em termos de redução da cartelização, a redução de juros nos bancos oficiais para gerar concorrência e resgatar mecanismos de mercado, a criação de impostos sobre transações financeiras para reduzir os fluxos especulativos, uma fiscalidade adequada sobre grandes fortunas e altos rendimentos e assim por diante.

De certa maneira, reorientando recursos para a faixa mais pobre da população, e corrigindo ganhos desproporcionais entre os mais ricos, em particular os que menos contribuem para a economia, pode-se gerar uma política de redistribuição que permita equilibrar o país. Assegurar melhores condições para o andar de baixo tornou-se possível, mas corrigir os ganhos desproporcionais nas mãos dos rentistas enfrenta uma oposição feroz. Um economista francês resumiu assim as relações de força: “É mais fácil privar o pobre do necessário, do que privar o rico do supérfluo”. No Brasil, conseguimos fazer meio caminho, o que já é imenso. Em 1964, só a ideia de se aumentar o salário mínimo e de se realizar uma tímida reforma agrária foi suficiente para que caísse o mundo, em nome, naturalmente, da democracia.

As correções envolvem também, e cada vez mais, a dimensão ambiental. Aumentar as exportações de madeira, soja e carne parece agilizar a economia, mas quando é obtido às custas do capital natural do país, por exemplo ao se desmatar e contaminar os aquíferos, a conta não bate. Uma atividade só é legitimamente lucrativa se incorpora os

custos que gera. Fazer a presente geração lucrar às custas das próximas não é legítimo, ainda que seja frequentemente legal. E extrair ouro contaminando os rios com mercúrio já é claramente criminoso, ainda que as empresas que vendem mercúrio digam que não são responsáveis de como se usa o produto. Os comerciantes que promovem a venda de armas pelo planeta afora dizem com tranquilidade “*We don’t pull the trigger*”, nós não puxamos o gatilho. Esta visão de responsabilidade compartilhada é vital, pois na complexidade atual das cadeias de produção, o empurra-empurra é facilitado, e os desastres acontecem sem que tenhamos como identificar culpados concretos. A diluição das responsabilidades torna-se uma característica do sistema, e permite que agentes econômicos se apropriem de recursos que fortalecem, em vez de cercear, as suas capacidades de gerar danos. Os recursos têm de ser alocados onde geram maior riqueza para a sociedade, e não apenas lucro para a corporação.

A externalização de custos ilustra bem este ponto. Por exemplo, uma empresa que joga contaminantes químicos nos rios, esperando que o setor público cuide da despoluição, gera custos maiores para toda a sociedade. Neste sentido, um conjunto de medidas – por exemplo a taxa direta das empresas por tonelada de dióxido de carbono emitida – é necessário, de forma a reduzir as vantagens comparativas maiores dos irresponsáveis. Isto tudo para dizer que temos de assegurar uma visão de conjunto das diversas cadeias produtivas, dos diversos segmentos e classes sociais, e que temos de enfrentar de maneira planejada e sistêmica a construção de equilíbrios. Não há mão invisível para isto.

A renda familiar

Dos diversos mecanismos que vimos acima, entre quem empurra mais ou quem puxa com mais força, entre quem grita mais alto ou financia mais candidatos, resulta uma situação final de acesso aos recursos, sob forma de renda das famílias. Ao fim e ao cabo, é da vida que se trata. Boa parte do produto dos nossos esforços, naturalmente, vai para aumentar o capital construído da sociedade, sob forma de estradas ou trilhos. Trata-se, como ordem de grandeza, de 20% do produto, cerca de um quinto dos nossos esforços. São os investimentos. Mas o resultado final, inclusive da produtividade do capital criado com estes investimentos, é o consumo final da sociedade. A qualidade da nossa casas, a segurança da nossa poupança, o tamanho do que compramos no supermercado e assim por diante. Naturalmente, alguns carrinhos de supermercado andam mais cheios do que os outros.

O principal cálculo que fazemos é o da concentração de renda. Utilizamos para isto, em geral, a totalidade de ganhos de uma família, das mais diversas fontes e de todos os membros, e dividindo o montante obtido pelos membros temos a renda familiar *per capita*, por pessoa. Em seguida pesquisamos o universo familiar do país, para identificar as classes de renda dos diversos tipos de família, permitindo calcular a desigualdade de renda. Normalmente dividimos os grupos de renda numa gradação entre os 10% de famílias mais ricas, até os 10% das famílias mais pobres, e calculamos quanto cada segmento se apropria da renda do país. Como ordem de grandeza, para dar uma ideia, os 10% de famílias mais ricas se apropria de cerca de 45% da renda do país, o que nos torna um dos países mais desiguais do planeta, apesar dos grandes avanços conseguidos na última década.

O indicador que mais se utiliza para o cálculo final de desigualdade dos países é o coeficiente de Gini, do nome de quem criou uma metodologia simples de avaliação numérica da desigualdade. Para se ter uma ideia, um país como a África do Sul, saindo da semi-escravidão que era o regime do *apartheid*, tem um Gini da ordem de 0,60, o

Brasil de 0,50, os Estados Unidos (onde a desigualdade está se agravando rapidamente) da ordem de 0,45, os países europeus em geral na faixa de 0,30 ou abaixo no caso dos países nórdicos. A tendência mundial, característica central da fase neoliberal que vivemos a partir dos anos 1980, é o simultâneo aumento dos volumes de produção no planeta e a sua distribuição cada vez mais desigual entre países e entre classes sociais dentro dos países. Somos bons na área tecnológica, os avanços permitem forte expansão da produtividade, mas na área política que preside à distribuição, continuamos na idade média.

Como indicador sintético, o Gini tem as suas fragilidades, e não pode ser considerado como medida completa das desigualdades. Como todos os indicadores, este também apenas “indica”. Assim por exemplo na Europa, onde a quase totalidade das políticas sociais como saúde, educação, espaços de lazer etc. são gratuitas, e portanto de acesso universal, a desigualdade é menor do que a que medimos apenas com o enfoque da renda que entra na família. Aqui grande parte da renda familiar é indireta, via serviços prestados pela máquina pública. Por outro lado, no caso das grandes fortunas, o dinheiro que entra é frequentemente alocado e gerido em paraísos fiscais, o que faz com que o cálculo da renda destas famílias seja fortemente subestimado. Lembremos que nos paraísos fiscais estão alocados entre um terço e metade do PIB mundial, e que escapam aos cálculos e ao fisco não só o que está ali alocado, como os rendimentos financeiros das aplicações.

Não é o caso aqui multiplicar os gráficos e os dados da concentração da renda, há imensa literatura a respeito, e quem não se deu conta, francamente, não é por falta de informação. Lembremos apenas alguns pontos de referência. O Banco Mundial tem um patamar de pobreza, com uma renda anual per capita abaixo de 3 mil dólares, onde a instituição aloca as pessoas que qualifica elegantemente dos “que não têm acesso aos benefícios da globalização”. No caso se trataria de 4 bilhões de pessoas, quase dois terços da população mundial. É muito pobre. Neste mundo de pobreza, distinguem ainda os pobres que têm uma renda de dois dólares ou menos por dia, que seriam cerca de 2,3 bilhões de pessoas. Neste mesmo universo ainda identificam cerca de 1,3 bilhão de pessoas que sobrevivem com menos de 1,25 dólar por dia, o que já é a escala da miséria.

Os impactos desta situação são dramáticos. A UNESCO contabiliza cerca de 800 milhões de analfabetos, a FAO indica que passam fome cerca de 850 milhões de pessoas, destas cerca de 180 milhões são crianças, e com a fragilização que gera a subnutrição temos, nas estatísticas da UNICEF, cerca de 10 a 11 milhões de crianças que morrem anualmente, em geral não diretamente de fome, mas das doenças que resultam da fragilização do organismo. Estas cifras têm de ser confrontadas com o PIB mundial, que é da ordem de 70 trilhões de dólares em 2014, o que dividido por 7 bilhões de habitantes nos dá um pouco mais de 3 mil dólares por mês por família de 4 pessoas, cerca de 7 mil reais. Em outros termos, com o que se produz hoje no planeta, não há nenhuma necessidade de termos miséria e tragédias sociais. O que temos dá para todos viverem de maneira digna e confortável. O nosso problema não é propriamente o volume de produção, e sim o quê produzimos, e sobretudo para quem, e com que custos ambientais. A sustentabilidade, com as suas dimensões sociais, econômicas e ambientais, está na ordem do dia. Em termos de acesso à renda, o sistema vigente simplesmente não funciona. Um sistema que sabe produzir, mas não sabe distribuir, está desequilibrado.

A riqueza

O aprofundamento da desigualdade de renda se explica em parte pela força dos mais ricos de se apropriarem de uma parcela maior do bolo, de evadirem mais facilmente os impostos (o assalariado tem o imposto declarado na fonte), e em particular pelo fato de poderem transformar a sua renda em riqueza acumulada. A renda e a riqueza são conceitos diferentes, ainda que frequentemente confundidos. Basicamente, a renda é a quantidade de dinheiro que ganhamos por ano, por exemplo o salário e outros eventuais pagamentos. Já a riqueza é o patrimônio familiar acumulado, como a casa, uma fazenda, carros, conta no banco, aplicações financeiras e semelhantes. Descontando as dívidas, temos o patrimônio familiar líquido (*net household wealth*).

Os estudos sobre a riqueza acumulada são muito mais recentes, com estudos realizados em particular pelo WIDER (World Institute for Development Economics Research) das Nações Unidas, e mais recentemente ainda os estudos do banco Crédit Suisse, que passou a fazer esta análise regularmente. Uma visão sintética que está gerando impacto, pela força dos números, foi elaborada pela Oxfam da Grã-Bretanha, em 2014, apoiando-se entre outros no estudo do Crédit Suisse de Zurich.³⁰

Table 1: The concentration of global wealth

Wealth (USD)	Percentage of the world's population	Number of adults (millions)	Percentage of world's wealth	Total wealth (trillions of dollars)
<10,000	68.7	3,207	3.0	7
10,000–100,000	22.9	1,066	13.7	33
100,000–1 million	7.7	361	42.3	102
> 1 million	0.7	32	41.0	99

Source: 'Global Wealth Report 2013'. Zurich: Credit Suisse

Na tabela acima, vemos que 68,7% da população de adultos, 3,2 bilhões de pessoas, têm apenas 3,0% da riqueza, enquanto menos de 1% possuem 41%. No comentário do Credit Suisse, “os 10% da população mundial têm 80% dos recursos do planeta, enquanto os 70% mais pobres, mais de 3 bilhões de adultos, só contam com 3%. Pode-se afirmar que os multimilionários mais ricos da atualidade não têm comparação na história. O mexicano Carlos Slim, proprietário dos grandes monopólios de México e de outros lugares, poderia pagar os salários anuais de 440 mil mexicanos com a renda que gera a sua riqueza”. Este grau de disparidade muito maior da riqueza, relativamente à renda, se explica facilmente: o pobre compra calçado e comida, paga transporte e aluguel. Somente os ricos compram bens permanentes e geram patrimônio familiar significativo. Recordemos o que é um bilionário: ao aplicar um bilhão de dólares a 5% ao ano, a pessoa ganha, sobre este capital, 137 mil dólares ao dia. Assim, enquanto o Gini mais catastrófico do planeta em termos de concentração de renda é da ordem de 0,60, o Gini médio na área de riqueza acumulada é da ordem de 0,80.

A análise da Oxfam vai além da ética, para abordar as implicações políticas. “A desigualdade econômica cresce rapidamente na maioria dos países. A riqueza mundial está dividida em dois: quase a metade está nas mãos do 1% mais rico da população, e a outra metade é repartida entre os 99% restantes. O Fórum Econômico Mundial (Davos

³⁰ Oxfam-UK, *Gobernar para las elites: secuestro democrático y desigualdad económica* (*Working for the Few*), Feb. 2014 – p. 9 <http://www.oxfam.org/en/policy/working-for-the-few-economic-inequality>

2014) considera que esta desigualdade gera um grave risco para o progresso da humanidade. A desigualdade econômica extrema e o sequestro dos processos democráticos por parte das elites são com excessiva frequência interdependentes. A falta de controle nas instituições políticas gera o seu enfraquecimento e os governos servem avassaladoramente às elites econômicas em detrimento da cidadania pedestre. A desigualdade extrema não é inevitável e pode e deve ser revertida o quanto antes”. Louis Brandeis, que foi membro do Supremo Tribunal nos Estados Unidos, considera que “podemos ter democracia, ou podemos ter a riqueza concentrada em poucas mãos, mas não podemos ter ambas”.

Assim a concentração de renda e a concentração de riqueza geram um processo cumulativo de desigualdade, pois mais riqueza permite aos seus detentores aumentar mais do que proporcionalmente o acesso à renda, o que por sua vez leva à maior acúmulo de riqueza nas mesmas mãos. Este processo é por sua vez reforçado pelo poder de controle das grandes corporações sobre o mundo econômico, o mundo político e inclusive as organizações internacionais. A padaria produz pão, e se não for bom, ou se for muito caro, não vai vender, e aparecerá um concorrente. Para pequenas padarias, o sistema funciona. A grande corporação controla os próprios mecanismos e as regras do jogo, e para isto faz política de manhã à noite. E se trata, em geral, não de produtores, mas de intermediários.

O controle corporativo

Desigualdade de renda e de riqueza levam à concentração do controle nas diversas cadeias produtivas, e cada vez mais à concentração de poder nos grandes grupos que não produzem, mas controlam. São, em particular, os gigantes da intermediação financeira. O fato das empresas menores serem compradas pelas maiores é uma realidade que constatamos todo dia nos jornais. Os diversos sistemas legais anti-truste e de controle de cartéis, no Brasil como nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, simplesmente não têm a força correspondente, e se submetem frente a fatos consumados de fusões bilionárias. O que hoje ocorre é muito mais amplo, pois se trata de grupos corporativos que controlam inúmeras empresas através de formas diversas de participação na estrutura financeira de cada uma. Gera-se uma pirâmide mundial de controle corporativo que torna supérflua qualquer tentativa de visão conspiratória. É como funciona o sistema corporativo mundial.

É profundamente diferente um empresário produzir chocolate em Ilhéus, e um grupo de administradores em Vevey, na Suíça, que em geral só conhecem chocolate no supermercado, controlarem a distância mais de 400 empresas em 86 países, produzindo desde ração animal, a cosméticos e outros produtos, e cobrando royalties por exemplo sobre cada garrafa de água Nestlé vendida em qualquer parte do mundo. Pagarmos royalties aos gestores financeiros suíços para comprar água brasileira é até curioso. A administração aqui consiste essencialmente em gestão financeira, construção de imagem, gerenciamento dos processos que enfrenta na justiça, e construção de relações políticas que permitam ao grupo ter papel dominante nos diferentes mercados, ainda que em detrimento dos sistemas produtivos locais. É um rolo compressor que *faz* o mercado, não se submete a ele. A Nestlé não é uma unidade produtiva, constitui um sistema financeiro de controle de unidades produtivas, que frequentemente adquiriu em conjunto com grupos financeiros a ela articulados.

Foi necessário chegarmos à profundidade da crise de 2008, para que surgisse a primeira visão de conjunto de como está estruturado o sistema mundial de controle corporativo no mundo. Até surgir o primeiro estudo mundial de grande escala sobre como funciona

o sistema de controle corporativo, tínhamos apenas estudos pontuais de grandes grupos econômicos, ou estudos setoriais (a siderurgia no mundo, por exemplo), ou ainda em países específicos (o *Guia Interinvest*, por exemplo, como era publicado no Brasil). É particularmente interessante e significativo que a principal dinâmica estruturadora do sistema econômico mundial, o controle corporativo, tivesse de esperar 2012 para que surgisse o primeiro estudo de conjunto. Aqui é o núcleo, a seiva da globalização. Há muitas opiniões e denúncias, mas aqui surge uma apresentação do funcionamento.

O Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH na sigla alemã) é o equivalente europeu do MIT nos Estados Unidos. Com 31 prêmios Nobel tecnológicos, é acima de qualquer suspeita de preconceitos ideológicos. A pesquisa partiu de um banco de dados (utilizado por bancos) de 13 milhões de grupos econômicos e fortunas, separou as 43 mil mais significativas, e mapeou o controle nos grupos e entre grupos, para definir o volume de recursos sobre os quais determinado membro de um conselho de administração teria poder de decisão. Por exemplo, um grupo que detém o controle majoritário de uma empresa relativamente pequena, pode por outro lado deter uma posição forte em outra empresa, e esta ser controladora de um conjunto de outras ainda, inclusive com participações na primeira. Este mapeamento, topologia econômica, permite identificar ao fim e ao cabo qual o poder direto e indireto que exerce cada grupo.

O resultado é claro: 737 grupos controlam 80% do sistema corporativo mundial. Lembremos que o universo de empresas só no Brasil envolve mais de cinco milhões de empresas. Estamos aqui falando de 737 empresas apenas, que controlam a imensa maioria das que pesam, que têm importância sistêmica na formação de como funcionam as diversas cadeias produtivas, e em particular os sistemas de intermediação. Em segundo nível, dentre as 737, a pesquisa identificou um núcleo poderoso de 147 empresas que controlam 40% do mundo corporativo do planeta. São evidentemente pessoas que se conhecem entre si, jogam golfe juntas, participam das reuniões muito públicas em Davos ou das muito discretas de *Bilderberg*. Dos 147 grupos, três quartos são bancos.

As implicações são vastas. Primeiro, torna-se evidente que há uma concentração de poder econômico e financeiro jamais vista no planeta. Segundo, é que no universo tão concentrado de poder econômico, trata-se de grupos que adaptam o mercado aos seus interesses, com muito menos necessidade de se adaptar a um mecanismo mais amplo e anônimo. O conceito de regulação pelo mercado desloca-se portanto, gerando articulações no processo decisório que a pesquisa apenas aponta, mas não resolve. Terceiro, aparece com força o paradoxo de uma dinâmica tão central na gestão econômica do planeta ter surgido nas pesquisas apenas agora, apontando um buraco negro informativo nesta área de muita publicidade e construção de imagens e marcas, mas pouquíssimo conhecimento organizado e isento. Quarto, é evidente que neste nível de concentração o poder econômico e financeiro se transforma em poder político, por meio de controle tanta dos governos como da grande mídia e de segmentos do judiciário.

Temos aqui um poder sem nenhum dos elementos básicos da democracia: as lideranças não são eleitas, não há transparência de informações, não há orçamento submetido a um processo decisório aberto, o poder se exerce, legalmente, pela força do dinheiro, por representação monetária e não por representação de pessoas ou interesses sociais e ambientais. E como são grupos transnacionais, escapam, na ausência de governo mundial, de qualquer controle significativo, seja por seu espaço global de atuação, seja pelos benefícios dos paraísos fiscais que asseguram extraterritorialidade jurídica de fato.

Gerou-se um mundo de imenso poder político do dinheiro, sem o poder político de cidadania correspondente.

Em termos de governança, tudo indica que não se trata propriamente de um governo mundial paralelo no sentido conspiratório. São gigantes mundiais que buscam, cada um na sua área, arrancar o pedaço maior de direitos sobre o produto mundial – ninguém consegue acumular 40 bilhões de dólares de carros, mansões e iates – de maneira mais ou menos truculenta. Mas é um fato bastante evidente que quando os interesses convergem, como no caso da pressão sobre os governos para que reduzam a regulação sobre a especulação financeira, fragilizem o sistema tributário no que toca às grandes fortunas, ou que transfiram recursos públicos para resgatá-los, os grupos agem como uma frente única coesa, articulados pelos interesses comuns. O resultado é que não temos nem a coerência de um sistema articulado de gestão, nem os contrapesos de poder que a multiplicidade de unidades empresariais poderia assegurar. Quando vemos a espantosa generalização de fraudes, crimes ambientais e outras ilegalidades perpetradas, não necessariamente se trata de perversidade, pois no universo de recursos acumulados pelos grandes grupos, com a extrema diversidade dos interesses, e frente às gigantescas pirâmides de burocratas, advogados e marketeiros, um grupo de senhores que vêm ganhar o jeton numa mesa de reunião em Zurich ou em Nova Iorque realmente não tem como acompanhar o que acontece nas unidades produtivas, e muito menos os impactos indiretos das suas decisões. Acompanham, isto sim, a curva dos lucros. Gera-se, textualmente, um caos gerencial, que se torna coerente e poderoso sobretudo quando os seus interesses comuns são ameaçados.

Neste ponto do ciclo que analisamos, que é o da distribuição do produto, enfrentamos portanto um problema em que muito mais do que a injustiça que representa a remuneração de agentes econômicos sem nenhuma correspondência com a sua contribuição com o desenvolvimento – remunera-se aqui a ganância e não a capacidade produtiva – adquire importância particular já não apenas os fantásticos privilégios dos 10% ou do 1% dos mais ricos, mas sim o poder político do 0,01%, que desestabiliza todos os esforços de gestão coerente dos nossos recursos, e que torna inoperantes as tentativas de trazer um pouco de bom senso na alocação de recursos no planeta.

Considerações sobre a segunda parte: o ciclo de reprodução social

Retomando a visão geral do presente ensaio, na primeira parte sobrevoamos 20 setores da economia, tais como agricultura, construção, comércio, educação etc., para mostrar a diferenciação e complexidade entre os diversos tipos de atividades. Organizamos estes 20 setores em quatro áreas, a produção material, as infraestruturas, os serviços de intermediação e as políticas sociais. A descrição sumária das atividades permitiu ver como são interdependentes e complementares. Mostramos em particular que o peso relativo da presença do Estado, do setor empresarial privado e das organizações da sociedade civil se dá de forma diferenciada segundo as áreas. A ideia é que há espaço para todos, mas com articulações diferentes segundo as especificidades de cada área ou setor. As organizações da sociedade civil, por exemplo, são significativas na área de políticas sociais, e frágeis na área de infraestruturas. As grandes simplificações ideológicas, de privatização ou estatização geral, não resolvem, ainda que possam gerar um sentimento confortável de satisfação, de saber que os outros estão errados. Esta primeira parte dedicou-se de certa maneira a descrever quais são as “peças” que compõem a máquina econômica, e a reduzir o espaço das simplificações que perdem de vista a gestão concreta dos setores.

Na segunda parte, vimos a economia em funcionamento, tomando como base o ciclo anual, que é como calculamos em geral as atividades econômicas. Entre descrever as peças, e mostrar um carro em funcionamento, para retomar o exemplo da mecânica, há diferenças. O ciclo mostra melhor as interações e complementariedades.

Resumindo a segunda parte, começamos com as diversas formas de combinação dos fatores de produção, privilegiando aqui as funções do capital dinheiro, do capital humano, do capital natural, do capital construído, do capital conhecimento e do capital social. O capital dinheiro, em particular, que muitos vêm como central, é apenas o lubrificante. Sem lubrificante, o sistema para, mas depois que o mínimo de intermediação financeira for assegurado, colocar mais lubrificante – como emitir mais papéis – só aumenta os custos, não ajuda nas transações. O capital humano e o capital conhecimento tornam-se os fatores centrais de produção, à medida que nos aprofundamos na economia do conhecimento. O capital construído é também fundamental, mas tem o seu peso relativo reduzido frente à expansão da dimensão imaterial da economia. E o capital social, com a dimensão do clima de cooperação, de confiança e de interações desburocratizadas torna-se cada vez mais importante à medida que o conjunto do sistema econômico torna-se mais complexo e interdependente. Os espertalhões que constroem poderosos cartéis e agigantam suas fortunas em detrimento da eficiência global, são sem dúvida espertos, mas travam o avanço de todos. Finalmente, se continuarmos a desperdiçar e destruir o capital natural, não haverá nem como contar a história.

Desta combinação de fatores, com as diversas formas de capital, surge o processo produtivo, em que a divisão principal é entre a produção de bens e serviços de consumo, os que nos alimentam e nos asseguram a sobrevivência e o conforto material, e a produção de bens de investimento: estes são vitais para assegurarmos a manutenção do capital construído existente e a construção de novos equipamentos, que gradualmente elevam a nossa capacidade produtiva. Na imagem que utilizamos, é diferente um marceneiro comprar o seu carrinho, ou comprar máquinas para criar a sua própria marcenaria. No primeiro caso, vai atar com satisfação o cinto de segurança, no segundo terá de apertar o cinto, até a marcenaria render. E aí vai até poder comprar um carro melhor, mas mais tarde.

Investir é fundamental, e coloca-se naturalmente a questão central da produtividade do investimento. Uma metrópole que investe em túneis, viadutos e elevados para colocar mais carros na rua, respondendo aos interesses das montadoras e das empreiteiras, termina paralisada por excesso de meios de transporte, o que mostra o papel fundamental da organização do interesse público, do que chamamos de resgate da dimensão pública do Estado. Abordamos aqui também o problema metodológico fundamental da chamada ciência econômica, em que uma cidade paralisada aumenta o PIB, pelo aumento dos gastos envolvido: o indicador PIB mede a intensidade de uso dos recursos, e não a produtividade sistêmica, nem a evolução da qualidade de vida da população. Vimos aqui enfim o peso das trocas externas, a sua importância para a coerência intersetorial da economia – exportando o que temos em excesso, e importando o que nos falta – de maneira a que a Europa tenha soja para o seu gado, mas nos tenhamos farinha de trigo para as nossas padarias.

Chegamos assim ao produto efetivamente disponível no mercado nacional. Irá parar nas mãos de quem? Aqui se geram os principais embates da política econômica, em torno da participação dos trabalhadores (essencialmente os salários), dos empresários (lucros) e do Estado (impostos), os três principais eixos de distribuição dos direitos (dinheiro ou outros papéis ou sinais magnéticos) entre os agentes econômicos e sociais. A mudança

de longo prazo mais significativas aqui é que os lucros estão se tornando mais dominantes que nunca, e o que é mais preocupante, é que são cada vez mais os lucros de intermediários, não dos produtores. A lógica econômica é que os assalariados e os pobres, ao expandirem a sua capacidade de compra, compram e estimulam a economia pela demanda gerada, enquanto de forma crescente os lucros não são transformados em investimentos e fomento, mas em aplicações financeiras no mercado nacional e internacional, quando não em paraísos fiscais, desorganizando o ciclo de reprodução.

Esta deformação gera uma necessidade cada vez mais significativa da presença reguladora do Estado. No conjunto, as críticas mais ou menos históricas quanto ao tamanho do Estado não se aplicam ao Brasil, onde a carga tributária é de 35%, portanto moderada, sendo que após a redistribuição imediata para consumo das famílias através da previdência, bolsa-família e semelhantes o Estado usa para custeio e investimento apenas 21% do PIB. Em termos de burocracia, temos 8 milhões de funcionários públicos para 200 milhões de habitantes, enquanto o muito privatista vizinho norte-americano tem 22 milhões para uma população de 300 milhões. O essencial é que o equilíbrio relativo dos três grandes destinos dos recursos, e portanto do resultado do processo produtivo, necessita de forte capacidade reguladora do Estado. Não há mão invisível à vista aqui, estamos condenados a fazer pactos sociais que aumentem a produtividade de todos, e não apenas núcleos privilegiados.

Em linha muito próxima mas diferenciada, vimos a área sempre confusa – porque resultante de inúmeros movimentos, nem sempre previsíveis, de muitos setores e agentes econômicos – da variação dos preços dos bens e serviços, dos preços do próprio dinheiro (juros) e dos preços das diferentes moedas externas (câmbio). A inflação, ou a sua ameaça, joga aqui um papel central, no sentido de gerar transferências indiretas de recursos entre classes sociais. As tendências inflacionárias estão por sua vez diretamente ligadas por um lado ao grau de oligopolização da economia, e às variações de juros, levando a um permanente braço de ferro entre o Estado que busca reduzir os juros para estimular a economia, e os intermediários financeiros que se mobilizam, inclusive utilizando a capacidade dos grandes grupos de especulação que chamamos de “mercados” de estimularem por suas previsões os agentes econômicos a aumentarem efetivamente os preços. Pressão de um lado, chantagem de outro, os Estados encontram-se dada vez mais fragilizados para enfrentar a luta, como se constata com a elevadíssima taxa de juros Selic no Brasil, e os níveis de juros comerciais que já constituem agiotagem. Quanto ao câmbio, aqui tivemos razoáveis avanços na medida em que o aumento radical das reservas permite uma capacidade do Estado resistir às investidas especulativas internacionais. Como pano de fundo, o equilíbrio instável da dívida pública. A área da política de conjuntura, que age sobre as variáveis preço, juro e câmbio no governo, e que divide poderes entre Banco Central e o Ministério da Fazenda, é considerada como espaço de poder fundamental em particular pelos grandes bancos. Quando se diz que o Banco Central tem de ser mais independente, por exemplo, trata-se naturalmente de perguntar “independente de quem”?

As formas de alocação de recursos entre trabalhadores, empresários e Estado, e os diversos equilíbrios entre preços, juros e câmbio, levam ao resultado final que é a apropriação efetiva de bens e serviços entre os agentes econômicos e sociais. Vimos aqui a renda das famílias, e o processo dramático de concentração de renda no planeta e no país. Em segundo lugar vimos a concentração da riqueza acumulada – o patrimônio familiar – que atinge níveis absolutamente escandalosos no planeta, fruto da financeirização geral da economia praticamente em todas as partes do mundo, característica fundamental da chamada globalização. Este duplo movimento de

concentração está por sua vez diretamente ligado à centralização do poder de controle empresarial, no pequeno grupo de gigantes corporativos, e em particular neste grupo, das corporações financeiras. A concentração de poder econômico mundial, sem precedentes na história, desloca por sua vez o conceito de democracia, o poder de decisão dos poderes públicos eleitos, no que muitos hoje qualificam do “rabo que abana o cachorro”. O domínio progressivo dos processos eleitorais, dos executivos e legislativos, da mídia e do judiciário, cria uma realidade política mundial diferente, bem espelhada em documentários científicos como *A Corporação* e *Trabalho Interno*, ou divertidos como *O Lobo de Wall Street*.

Na sucessão das etapas do ciclo, passando pela articulação das diversas formas de capital, o processo produtivo, a alocação de recursos, a política de conjuntura e a distribuição final, os detentores de recursos na distribuição final irão se apropriar de novo de fatores de produção, combinando as diferentes formas de capital, retomando o ciclo, e fazendo girar a máquina econômica.

A questão básica, naturalmente, não é tanto a velocidade da máquina (que o PIB mede), e sim se está respondendo às nossas necessidades reais (o que produzimos), se está assegurando uma distribuição razoável (para quem), em particular através da inclusão produtiva da população (repartição dos esforços e da remuneração), e se não está se fazendo isto às custas do planeta e das gerações futuras. Em outros termos, desenvolvemos fantásticas tecnologias que aumentaram muito a produtividade dos fatores, aumentamos o PIB no planeta, o que inclusive torna sem sentido termos pessoas passando necessidades, mas ainda não aprendemos nem a distribuir os produtos e os esforços, nem a preservar a base de tudo que são os recursos naturais e o ambiente do planeta. *Houston, we have a problem.*

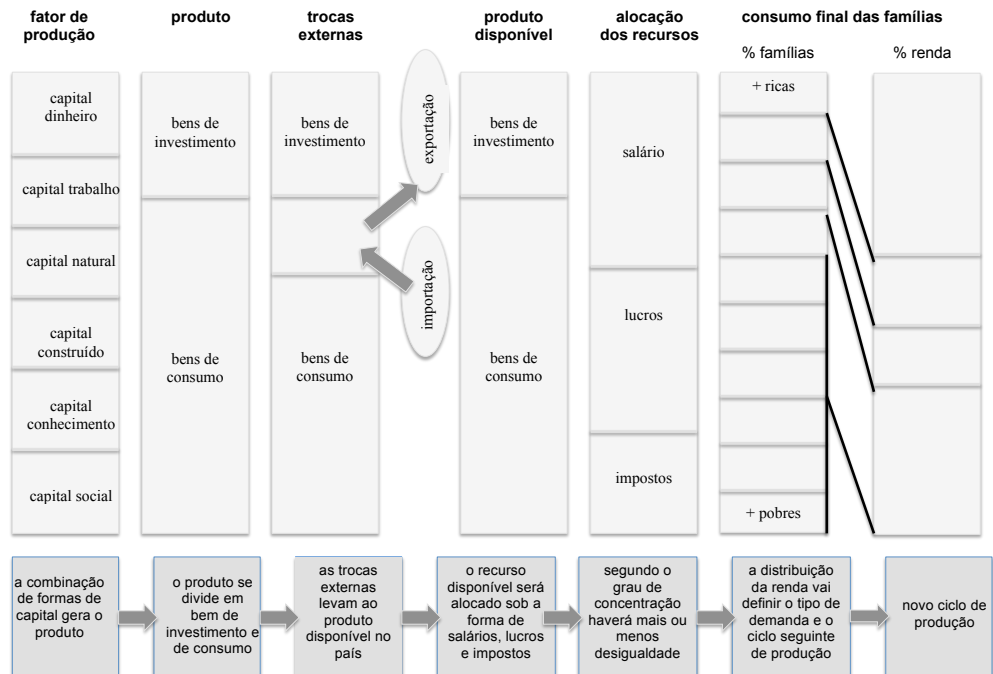
Um primeiro ponto importante a marcar ao vermos o ciclo de reprodução social, é que se trata de articulações complexas de um conjunto muito amplo de agentes, de setores muito diversificados, e de um esforço que no conjunto é um esforço de toda a sociedade. Os progressos impressionantes dos últimos cem anos, como os das últimas décadas, em praticamente todos os setores, desde a medicina à astronomia, química fina, novos materiais, eletrônica, computação, biologia, nanotecnologia, energia, comunicações e tantos outros fazem parte de uma dinâmica de sinergias, onde os cowboys solitários existem apenas na ficção, e as transformações científico-tecnológicas terminam gerando uma dinâmica de mudança sistêmica. A apropriação dos resultados destes avanços planetários por uma minoria não faz grande sentido, ainda mais quando se trata da apropriação de intermediários que pouco contribuem.

Em termos do resultado destas transformações para a sociedade, podemos identificar nas últimas décadas quatro dinâmicas. Primeiro, é que no conjunto, em particular graças às novas tecnologias, a humanidade se tornou muito mais produtiva. Esta produtividade humana pode ser representada por um curva fortemente ascendente. Em compensação, a remuneração geral dos trabalhadores permaneceu relativamente estagnada ou com progresso extremamente lento, em que pese o acesso de um grande número de pessoas ao básico para uma vida digna, e temos aqui uma linha ascendente que beira o horizontal. No mesmo período, a curva dos lucros em geral é fortemente ascendente, e desdobrando a curva dos lucros temos uma curva que sobe quase verticalmente, que é a curva dos lucros financeiros. Enfrentamos, neste sentido, um sistema que está se desarticulando, por não conseguir construir as próprias dinâmicas de contra-pesos e de restauração de equilíbrios, enquanto os instrumentos políticos de construção destes equilíbrios estão travados pelo próprio poder dos grupos corporativos mais favorecidos.

Uma outra macrotendência pode ser representada confrontando a redução do uso de matéria prima por unidade de produto, o que significa que estamos, aqui também graças às novas tecnologias, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais por unidade de produto, o que é positivo. Por outro lado, continuamos aumentando a população mundial em ritmo de cerca de 80 milhões de pessoas por ano – um país como o Egito a cada ano – e o volume de consumo das pessoas está aumentando, respondendo às necessidades básicas da massa de populações mais pobres, e ao consumismo obsessivo gerado pela ideologia dominante e pelo sistema de construção de valores através da publicidade. No cômputo, estamos sendo mais eficientes, mas continuamos a dilapidar o planeta em ritmo muito superior à sua capacidade de regeneração.

Os nossos dilemas podem assim ser apresentados de maneira bastante sintética: estamos dilapidando os recursos naturais do planeta, em proveito de uma minoria, enquanto os recursos financeiros estão sendo apropriados para atividades especulativas, quando precisam ser reorientados justamente para financiar a inclusão produtiva da imensa massa de pobres e a implantação das tecnologias produtivas que permitam reduzir o desastre ambiental. Trata-se essencialmente de uma economia do desperdício, inclusive da parca capacidade gerencial do planeta, onde tantas capacidades científicas e administrativas se concentram em aumentar fortunas através de algoritmos de aplicações financeiras, em vez de ajudar a pôr ordem na governança do planeta, e a resgatar as duas grandes dinâmicas críticas, a desigualdade e a destruição ambiental.

O ciclo de reprodução social



III – RESGATANDO A GOVERNANÇA

Vimos logo no início deste trabalho a sugestão de que não basta dizer que um outro mundo é possível, precisamos mostrar que uma outra gestão é possível. Herdamos do século passado simplificações que se tornaram envelhecidas. O simples fato de estarmos ultrapassando estas visões constitui um grande avanço.

Não estamos aqui arquivando a luta de classes, e sim sugerindo que o próprio conceito de classe mudou. A polarização social no planeta se tornou muito mais grave e dramática do que qualquer previsão marxista, a destruição do planeta está avançando em ritmos que ninguém imaginaria, a apropriação do poder pelas grandes corporações se tornou surrealista. Um grande professor de economia da França, Raymond Barre, liberal de carteirinha, ao ver já há décadas atrás as tendências mundiais, desabafou que “não podemos deixar o mundo na mão de jovens de trinta anos que só pensam em dinheiro”.

Mas estamos todos, os que procuramos alternativas, à procura da base política capaz de aglomerar forças suficientes para gerar uma nova governança, com isto outras leis e outras políticas. A classe trabalhadora representa sem dúvida uma força estruturante fundamental, mas hoje está muito diferenciada entre diversos subsistemas tecnológicos e níveis de inserção ou marginalização no processo. Não há mais o universo simplificado de proprietários de meios de produção e de uma massa de trabalhadores braçais. Não há mais solução simplificadora. E no entanto, o mundo está rapidamente chegando à hora de decisão: um novo pacto social tem de ser construído. A desigualdade e perda de governança estão gerando crises nacionais por toda parte, a governança global simplesmente não existe, e o planeta está dando fortes sinais de impaciência com a destruição que promovemos.

Não podemos deixar de ver os progressos realizados. O tempo em que era normal uma pessoa ter outra pessoa como propriedade, que podia ser tratada como o seu gado ou qualquer objeto, nos parece distante, mas na cor dos habitantes das periferias urbanas no Brasil ou das prisões dos Estados Unidos em pleno século XXI vemos a que ponto são recentes as raízes da escravidão. Um país ser dono de outro país, no quadro do sistema colonial, fazendo os habitantes colonizados trabalhar para o benefício da metrópole, data ainda dos anos 1970. O apartheid, dividindo os habitantes do país em seres humanos e seres sub-humanos data ainda dos anos 1990 na África do Sul e dura até hoje na Palestina. A Suíça autorizou as mulheres a votar nos anos 1960, e até há pouco ainda as que lutam pelo direito da mulher à cidadania e à dignidade eram ridicularizadas. A implantação generalizada de ditaduras em nome da defesa democracia, da Indonésia à América Latina, data de ontem. Estamos todos, ou pelo menos muitos, respirando um pouco melhor. Até quando? E que ritmo de avanços temos de assegurar frente à curta janela de tempo que se desenha?

Há uma disritmia planetária entre os desafios e os progressos. Estamos multiplicando as reuniões sobre o aquecimento global, impotentes frente aos interesses solidamente implantados, e ante a própria diversidade dos desafios. Gigantescos muros nas fronteiras dos Estados Unidos ou de Israel nos lembram o patético que era a Grande Muralha, uma frota de barcos policias tenta controlar o Mediterrâneo, ricos se cercam em condomínios de luxo nas periferias pobres, versão moderna, eletrificada e computadorizada dos castelos medievais. Não seria mais inteligente começar a reduzir as emissões, e a organizar a inclusão produtiva dos migrantes nos próprios países de origem, a orientar

os nossos recursos para reduzir as tensões? Temos os conhecimentos, os recursos, as tecnologias, e sofremos de uma imensa impotência no processo decisório. A governança está no centro do problema. Além do conceito do possível, temos de evoluir para a sua viabilização.

1 - Os modelos

A república representativa

A divisão de poderes e a representação constituíram um imenso avanço nas nossas formas de governo, ainda que não tenham atingido o fechado mundo corporativo. Em termos gerais, estes primeiros passos em direção a uma sociedade democrática são muito recentes. Mas tendem a se ampliar. A divisão de poderes, como primeiro passo, foi fundamental. Quando quem faz as leis sabe que é outra instituição que se encarregará da sua aplicação, pensa duas vezes. E se temos outra instituição ainda, que é externa e avalia a legalidade dos procedimentos, temos um certo equilíbrio no processos decisórios. Quando eu disse ao meu filho que ele podia cortar o bolo em dois, mas que seria o irmão dele que escolheria o pedaço primeiro, ele claramente colocou a faca bem mais no meio. A divisão de poderes ajuda muito.

Grande parte do nosso debate sobre o frágil funcionamento das nossas democracias se centrou no equilíbrio entre os poderes. O Brasil fez um plebiscito sobre se queríamos mais poder no executivo ou no legislativo, ou seja se preferíamos presidencialismo ou parlamentarismo, e o país escolheu ficar no presidencialismo. Com o sistema atual de eleições dos parlamentares, tenho dúvidas sobre o que seria o parlamentarismo no Brasil. Mas a limitação é que se estava buscando a solução da governança *dentro* da própria máquina de governo. De maneira semelhante, frente à flagrante apropriação privada e fragmentação política do judiciário, criou-se um Conselho Nacional de Justiça, cuja função seria de conter pelo menos certos excessos. Ou seja, os outros poderes poderiam exercer certo controle sobre o judiciário, o que é curioso porque a função do judiciário é em grande parte de controlar os seus controladores.

A fragilidade destas tentativas, é que se tenta melhorar a política de dentro da própria máquina política, o que equivale um pouco a uma pessoa tentar se levantar pelo cadarço. É fundamental para isto recorrer a uma força externa, e esta força externa é a sociedade civil. Está na nossa Constituição, todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Entra aqui a figura da representação. Os mais variados grupos sociais do país, pertencentes a diversas regiões, profissões, gênero ou raça, podem se agrupar em torno de partidos, e através deles votar em representantes, que exercerão o poder em seu nome, com o poder relativo dos partidos proporcional à sua representatividade social.

A fórmula é interessante, e constitui um imenso avanço. No entanto, encontra hoje limites crescentes, que resultam do poder político não declarado e não previsto na Constituição, que é o poder das corporações. As pessoas frequentemente não se dão conta a que ponto o sistema eleitoral foi apropriado pelos grandes grupos econômicos. Falamos aqui em grandes grupos econômicos, pois a serralheria da esquina ou a padaria não fazem política no sentido de interferir com o processo eleitoral. São na realidade alguns poucos e grandes grupos, como os grandes bancos, as empreiteiras, o agronegócio, a grande mídia, as montadoras, as principais empresas transnacionais da farmácia e dos agrotóxicos, enfim, grupos que em geral se contam nos dedos das mãos em cada setor da economia, que contribuem com milhões de reais para assegurar que os

legislativos e executivos nos três níveis de governo tenham uma bancada ruralista, dos bancos, das empreiteiras e de outros interesses corporativos, enquanto ficamos à procura da bancada cidadã. Onde ficam representados aqui os interesses da nação, da população em geral?³¹

No caso do Brasil, é uma lei de 1997 que liberou o financiamento privado e corporativo das campanhas eleitorais, enquanto nos Estados Unidos a justiça autorizou o financiamento privado corporativo em 2010, em nome, palavras textuais do juiz, da liberdade de expressão. A frase que ficou famosa nos Estados Unidos, é “temos o melhor congresso que o dinheiro pode comprar”. Se acrescentarmos ao financiamento das campanhas os imensos lobbies políticos junto aos governos, os acordos com setores do judiciário, e a dominação da grande mídia comercial através do financiamento da publicidade, chegamos a uma deformação radical da democracia, análise que já vimos acima e que hoje é apresentada em inúmeros estudos preocupados com o futuro da democracia. A representação não só não é suficiente, como está hoje profundamente desvirtuada.

A social democracia

A social democracia representou uma fase muito interessante das nossas instituições políticas. A república representativa, que vimos acima, proclama sem dúvida que o poder emana do povo, e as decisões são tomadas em nome do povo, mas em grande parte segundo os interesses corporativos. Na realidade, no centro do processo decisório, está o fato de que o povo tem de ter correias de transmissão dos seus interesses, correias de transmissão entre as comunidades e os governos. E basear esta relação, entre os governos e a sociedade civil, apenas na figura do partido, é necessário mas insuficiente. A democracia não pode existir apenas uma vez a cada dois ou quatro anos, quando votamos. E não pode se apoiar num pilar só, o partido. O poder sem rédeas não funciona.

O interesse da social democracia, ainda que em declínio, é que acrescentou um segundo pilar de representação que são as organizações profissionais, os sindicatos de diversos tipos. O modelo surgiu nos anos 1920 nos países nórdicos, em particular na Suécia, se expandiu nos Estados Unidos nos anos 1930 com o New Deal como reação à crise de 1929, e se generalizou na Europa a partir do fim da II Guerra Mundial, em 1945. A guerra teve um papel muito importante, pois o imenso choque político e de valores causado, ao se ver barbáries indescritíveis perpetradas por meios tecnológicos modernos, por pessoas com formação superior, gerou um clima de revolta que abriu caminho para soluções mais democráticas. A frase clássica é que o poder absoluto corrompe absolutamente. Na Alemanha nazista 50% dos médicos aderiram ao partido, o apoio de grandes corporações como a Krupp, Thyssen, Farben e outras na Alemanha foram fundamentais na subida de Hitler, a IBM assegurou a gestão informática (cartões perfurados) dos campos de concentração.

³¹ Para uma análise das formas de financiamento das eleições e das deformações decorrentes, ver o nosso *Os Descaminhos do Dinheiro: a compra das eleições* – 2012, <http://dowbor.org/2012/10/os-descaminhos-do-dinheiro-a-compra-das-eleicoes-parte-i-outubro-2012-5p.html/> ; para uma visão mais ampla dos desafios e das alternativas para resgatar a representação política, ver Lawrence Lessig, *Republic, Lost: How Money Corrupts Congress--and a Plan to Stop It* (Oct 2, 2012)

O choque da loucura das ditaduras, e dos 60 milhões de massacrados, levou a uma forte guinada pro-democracia, os sindicatos foram associados à gestão das corporações, instituiu-se o acesso das organizações dos trabalhadores aos livros de contabilidade, os salários passaram a ser reajustados para acompanhar os aumentos de produtividade, abriram-se os chamados trinta anos de ouro (*The Thirty Golden*), a capacidade de consumo das populações passou a acompanhar a capacidade de produção, e o mundo do negócio entendeu que ter bons salários e mais igualdade termina sendo bom para todos. O acesso a uma vida digna para (quase) todos, ainda que gerasse reações históricas na velha direita, assegurou um ambiente de prosperidade, de paz social e de liberdade excepcionais. Não estamos aqui chamando isto de mundo ideal, mas o fato é que estava-se bastante melhor.

O fundamental, nesta nossa discussão da governança, é que em termos político-institucionais, não havia apenas partidos políticos: as organizações profissionais foram associadas diretamente aos processos decisórios empresariais, o que lhes conferiu evidente função de contrapeso político ao poder do dinheiro, e uma democracia apoiada agora em dois pés, partidos e sindicatos, passou a funcionar melhor. O resto, como dizem, é história: a financeirização e a globalização da economia abriram espaços econômicos descontrolados, que geraram, com o apoio fundamental de imperadores da mídia como Murdoch, o seu poder político com Thatcher e Reagan, o seu marco legal com a liquidação da regulação financeira (em particular a lei Glass-Steagall), e os seus sistemas tributários com a liquidação da taxa das movimentações financeiras e dos altos rendimentos e fortunas.

Assim, aos trinta anos de ouro de socialdemocracia, seguiram-se trinta anos de fortunas dos grandes grupos, no quadro do neoliberalismo, gerando de novo as situações críticas que tendências semelhantes haviam criado nas vésperas da crise mundial de 1929. Hoje estamos à procura de um novo pacto social, do resgate não de uma situação de crise apenas, mas do próprio processo de tomada de decisões na sociedade, que nos leve a um processo de desenvolvimento equilibrado e sustentável. Será necessário um novo choque do tamanho do que foi a II Guerra Mundial para que voltemos a sistemas mais democráticos? A social democracia foi uma janela de algumas décadas, mas nos traz sim muito ensinamento, de que o processo democrático não se resolve apenas no nível dos governos, mas na democratização do poder dentro do próprio universo corporativo privado, e no enriquecimento dos mecanismos de controle da sociedade sobre os poderes tanto econômico como político. Foi um sistema em que, com grandes limitações sem dúvida, todos prestavam contas e eram responsabilizados.

A democracia participativa

A socialdemocracia resultou em boa medida da participação incomparavelmente mais ampla dos trabalhadores nos processos decisórios em geral, em particular nas grandes empresas naturalmente, mas também nos governos, o que permitiu a ampliação das políticas sociais, a educação universal gratuita, o acesso universal também a uma saúde decente, direitos mais amplos para maternidade, férias mais longas para as famílias e assim por diante. De certa forma, associando-se, ainda que muito parcialmente, o mundo dos trabalhadores aos processos políticos, obteve-se uma sociedade razoavelmente decente, ainda que não igualitária. Esta participação resultou em grande parte do fato dos trabalhadores estarem organizados empresa por empresa, nas grandes cadeias produtivas. De certa maneira, a política já não estava apenas no parlamento e nos partidos, mas também no mundo da produção. As pessoas podiam votar em partidos diferentes, mas pertenciam a um eixo de interesses comuns pela forma de inserção no

processo produtivo. Numa democracia realmente existente, não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar qualquer forma de participação organizada.

Paralelamente à organização do trabalho em núcleos empresariais, onde ficou mais fácil os trabalhadores se organizarem em torno a interesses comuns, os países foram-se urbanizando. Hoje a população urbana representa já a metade da população mundial, e crescendo rapidamente, e da mesma forma como a expansão do mundo das empresas gerou sindicatos e tomadas de consciência de interesses comuns no chamado chão de fábrica, a urbanização leva ao surgimento e multiplicação de organizações da sociedade civil, em particular de organizações de base comunitária, onde o tecido agregador não é mais por exemplo o salário como na empresa, mas são as condições e qualidade de vida na cidade, no bairro, na comunidade. O local de moradia pode ser um vetor de organização social tal como é o local de trabalho.

Voltemos ao exemplo da Suécia, que ainda que de maneira limitada ajuda a ilustrar a ideia. Naquele país, como vimos, a carga tributária é elevada, mais da metade do PIB. Isto assegura uma grande densidade de políticas públicas que garantem o acesso universal aos bens de consumo coletivo, aos bens comuns. A Finlândia, por exemplo, tem um professor para cada 6 alunos, e o professor primário tem um salário que não se distingue significativamente do salário do advogado ou do engenheiro. As empresas que produzem bicicletas e sapatos continuam sendo privadas, mas como na evolução do perfil humano de consumo as políticas sociais tendem a assumir um peso relativo crescente e dominante, a carga tributária elevada e as políticas públicas assim financiadas permitem o acesso universal a políticas sociais de alta qualidade. Gera-se assim uma coerência entre recursos e produto, e de forma muito mais eficiente do que com os sistemas privados com fins lucrativos.

Mas foi preciso gerar coerência também com as formas de gestão, para justamente garantir esta eficiência. A Suécia é um país relativamente pequeno, o que facilitaria a priori uma gestão centralizada dos serviços públicos. No entanto, o país optou por um sistema radicalmente descentralizado: mais de dois terços de todos os recursos públicos são administrados diretamente pelos poderes locais, cidade por cidade. De certa forma, da mesma maneira como empresas privadas atingem um alto grau de eficiência quando se permite uma grande autonomia de gestão na unidade produtiva, a descentralização, com a possibilidade de resolver os problemas onde são diretamente sentidos, gera eficiência sistêmica.

Vemos aqui a convergência e sinergia de cinco vetores de mudança. Primeiro, a urbanização faz com que não sejamos mais populações rurais dispersas, e sim organizadas em núcleos urbanos onde temos possibilidade de uma gestão participativa dos desafios comuns. Segundo, com a elevação geral do nível educacional, temos capacidades técnicas e de gestão nas mais variadas localidades, e a inteligência administrativa não está mais limitada às capitais. Terceiro, os eventuais desníveis de capacidades técnicas são amplamente compensados pelo conhecimento direto e vivido dos problemas. Quarto, porque as novas tecnologias permitem hoje que haja uma generalização de gestão em rede, com fluxos permanentes de informação online, com o seguimento dos financiamentos e das realizações nos diversos níveis – municipal, estadual e federal – do que acontece no chão da cidade. Esta mesma conectividade permite a ruptura da tradicional separação entre campo e cidade, e a cidade tende a se tornar o núcleo gestor do seu entorno rural, no que já tem sido qualificado de “rurbano”. Finalmente, e particularmente importante, os principais eixos de atividade, que geram mais empregos e mais bem estar, são as políticas sociais, e estas dependem vitalmente da capilaridade, da participação, do tecido social organizado no nível da comunidade. É

também o eixo onde naturalmente se organizam os movimentos da sociedade civil, enriquecendo o capital social.

O potencial de gestão racional que assegura a descentralização explica que nos países mais bem geridos, mais da metade dos recursos públicos sejam diretamente apropriados pelas administrações locais, enquanto nos países pobres os recursos públicos tendem a ficar nas mãos de núcleos de decisão fechados e distantes na cúpula do país, onde ficam inclusive muito mais fáceis os grandes acordos com as corporações. No Brasil, os municípios administram cerca de 15% dos recursos públicos, na Suécia são mais de dois terços. Nos não podemos continuar a administrar os recursos públicos como nos tempos em que havia capacidade técnica e política apenas nas capitais, o “resto” sendo populações rurais dispersas. Isto passa, evidentemente, pela democratização dos sistemas de gestão local, a descentralização dos recursos, e a capacitação administrativa em gestão urbana e regional.

Estamos aqui apontando para uma evolução. Entre o rei com poder absoluto e as melhores iniciativas atuais, a transformação é profunda. Começamos com a república, e a tímida e prudente abertura para que o povo ignaro participasse dos processos políticos, por meio de um canal estreito e muito controlado, os chamados partidos. *Avanti pópulo, pero no empujem*, brincam os latinos. No tripé que presidia a todas as solenidades, as autoridades civis, militares e eclesiásticas, apenas a autoridade civil era eleita, e os outros dois asseguravam que não extrapolássemos no vigor democrático.

Na república representativa tradicional, a relação entre o poder e a sociedade civil estava apoiada num pé só, o partido, o que facilitou a apropriação pelos grandes grupos econômicos. Com a socialdemocracia, houve uma forte ampliação da base política, e a relação entre poder e a sociedade passou a se apoiar em dois pés, o partido e a organização profissional, gerando uma fase importante mas transitória de equilíbrios políticos. O operário europeu não tinha apenas as cadeias a perder, a prosperidade se generalizou. Os trinta anos de ouro, a bem da verdade, foram essencialmente anos de ouro dos países ricos, e o terceiro mundo contribuiu com matérias primas baratas e mercados constituídos por elites, estas últimas frequentemente reforçadas por baionetas e cassetetes, com forte apoio dos próprios países ricos.

A democracia participativa não elimina a representação – não podemos todos ir para a rua ou participar de conselhos o tempo todo – mas a participação se tornou um elemento essencial da racionalidade do processo decisório, em particular nos espaços locais. A realidade é que de certa forma, a partir dos espaços onde vivemos, podemos sim construir uma política racional, porque em escala menor, com conhecimento mais vivido dos problemas, e possibilidades de consulta direta e organização da participação no cotidiano. Temos aqui uma imensa possibilidade de democratização geral da sociedade, em que não se substitui os sistemas nacionais ou internacionais de governança, que continuarão durante muito tempo a patinar na sua capacidade de decisão, mas se assegura um lastro de auto-resolução de problemas elementares na própria base da sociedade. Isto na realidade favorece a governança em instâncias superiores, com ministros podendo se debruçar sobre problemas de escala nacional e internacional, em vez de ficar verificando a fila de prefeitos que esperam que se solucione um problema local no governo central, herança de clientelismo e fator de uma profunda irracionalidade administrativa.

Não estamos aqui apontando para um “o negócio é ser pequeno” generalizado, mas para o fato que o sistema mais amplo só funciona quando os componentes funcionam, e os

componentes hoje são as comunidades organizadas em cidades concretas, junto com os seus entornos rurais. Estamos entrando na esfera da gestão integrada inteligente dos territórios. Há sem dúvida ainda, no nosso caso, uma grande fragilidade nas capacidades de gestão local. Isto se resolve com os sistemas informáticos modernos e integrados de seguimento, os consórcios intermunicipais, e sobre tudo com a formação de gestores e apoio técnico generalizado às autoridades locais. Não é a solução de tudo, mas sim um vetor essencial da construção da democracia participativa.

2 – O fim das simplificações

Na herança dos grandes teóricos do século passado, o mundo era mais simples. O grande esquema de interpretação nos apontava, à esquerda, um mundo de economia estatizada, gerida por técnicos em planejamento econômico e social, e sustentada pela base política representada pelos trabalhadores. Do lado direito, simetricamente, uma proposta de privatização generalizada, onde os grupos privados poderiam fazer as opções que quisessem desde que razoavelmente legais, no quadro da chamada livre iniciativa e da mão invisível, e politicamente baseada no poder dos grupos econômicos. Hoje esta visão do proletariado e da burguesia e da luta de classes nos traz inevitavelmente um certo sentimento de estarmos olhando fotografias amareladas dos nossos pais ou avós. O ritmo histórico de mudança se acelerou.

A própria dinâmica social mudou profundamente. Não somos mais sociedades compostas por camponeses, operários e burguesias. As classes se desdobraram em segmentos variados e complexos, à medida em que as pirâmides econômicas se foram tornando mais diferenciadas, interdependentes e verticalizadas. Há uma classe assalariada milionária, e temos hoje numerosos estudos desta complexidade crescente, como a tecnoburocracia, a elitização operária, o complexo militar industrial, a classe dirigente transnacional e outros fenômenos de uma sociedade onde as técnicas, a globalização e os ritmos de transformação econômica avançam muito mais rapidamente do que a nossa capacidade de criar as instituições e a regulação correspondentes. Isto sem falar do marco jurídico que constitui uma colcha de retalhos com cerca de 200 legislações nacionais diferenciadas segundo os países.

O “*trickling down*”

Já vimos que em termos de tecnologias e avanços científicos, conhecemos transformações absolutamente impressionantes, em particular nas últimas décadas. Isto permitiu uma elevação generalizada da produtividade do trabalho, e do volume de produtos obtido. Mas vimos também que em termos de distribuição, continuamos na era medieval, com os mais fortes agarrando o que podem, numa escala que nem podem nem sabem utilizar de maneira produtiva e organizada. A grande desculpa teórica, era que à medida em que os ricos fossem enriquecendo, gradualmente haveria um “gotejamento” desta riqueza para chegar aos pobres. *Trickling down* significa exatamente isto, a imagem é das gotas de vapor que se condensam no copo gelado de uma cerveja, formando gotas que escorrem, e teoricamente iriam chegar aos pobres na base da sociedade. Como vimos, o que funciona até agora é o *trickling up*, com cada vez mais renda e riqueza, e cada vez mais em cima.

O exemplo da socialdemocracia que vimos acima, ainda que transitório, mostra claramente que é possível sim assegurar ao mesmo tempo avanços tecnológicos e de produtividade, e um bem estar mais generalizado na sociedade. Mas isto exige uma

sólida presença do setor público, assegurando impostos fortemente progressivos, políticas sociais universais, públicas e gratuitas, e estrita regulação dos movimentos financeiros especulativos, de maneira a que a apropriação dos resultados do esforço da sociedade seja razoavelmente proporcional à contribuição dos diversos agentes, e em todo caso não remunerando quem gera danos. Ou seja, não é uma mão invisível que permite as transformações, e sim uma forma organizada e sistemática de regulação, por meio da função equilibradora do Estado, e com forte presença das organizações da sociedade civil e dos poderes locais, gerando um lastro de jogo e contrapesos capazes de impedir o chamado *winner take all*, o ganhador leva tudo. Ao vencedor, as batatas, diria Machado de Assis. Queiramos ou não, e em particular se quisermos sobreviver, temos de nos organizar.³²

Que tipo de contrato social escreveria hoje Rousseau? A ideia do contrato social, do novo pacto que a sociedade tem de negociar para sobreviver, é aqui muito rica. Não se trata mais de ajustar uma ou outra peça, de acrescentar uma lei que permita de dar um tapinha nas mãos de um gigante corporativo que se excedeu. As próprias regras do jogo não estão funcionando. O pacto necessário tem por base uma mudança de conceito de arquitetura social, por assim dizer. Este conceito está baseado numa busca simultânea de três objetivos igualmente importantes, o econômico, o social e o ambiental. A ordem aqui não importa. O importante, é que a visão simplificada de que se o econômico funciona, o resto resultará automaticamente, na linha justamente do *trickling down*, nos leva a um desastre planetário.

Os três grandes objetivos, econômico, social e ambiental, existem evidentemente, mas de maneira desarticulada. A empresa joga resíduos nos rios, o comércio larga lixo nas calçadas, à espera que o Estado assegure a outra parte do ciclo, que seria de limpar e de despoluir. E se geram um desastre social, para isto existem as políticas públicas. E as organizações da sociedade civil – curiosamente chamadas de *charities* nos Estados Unidos, portanto ligadas à caridade, não a direitos, estão justamente aí para os casos mais dramáticos. Para que o processo funcione, toda e qualquer instituição deve levar em consideração, na deliberação dos seus planos de ação, simultaneamente os objetivos dos três níveis. O problema, naturalmente, é que em termos legais, a não ser em casos extremos como contaminação química de rios ou de trabalho escravo, a corporação não assume as suas responsabilidades.³³

Esta diluição da responsabilidade social e ambiental da área propriamente econômica é central pra entendermos a dimensão do problema. Quando uma pequena empresa de uma cidade determinada, com proprietário conhecido, gerava um problema social ou ambiental grave, sabia-se a quem culpar. Hoje, com o gigantismo corporativo e inúmeros níveis de responsabilidade distribuídos entre diversos países e departamentos de uma empresa, não se consegue responsabilizar ninguém. E no pior dos casos, haverá o departamento jurídico e a facilidade dos *settlements* (acordos judiciais financeiros) que evitam qualquer condenação. Em outros termos, toda e qualquer atividade, seja qual

³² Para uma resenha dos diversos tipos de propostas, que convergiram inclusive para a Rio+20, incluindo tanto diagnósticos como propostas setoriais e visões utópicas, ver o nosso *Entender a Rio+20*, <http://dowbor.org/2012/05/8972.html/>

³³ Um excelente texto de uma página de Joseph Stiglitz resume bem o dilema das novas articulações indispensáveis. Ver <http://dowbor.org/2013/12/stiglitz-e-a-responsabilidade-corporativa-dez-2013-4p.html/> ‘Tem sido repetidamente notado que nenhum dos encarregados dos grandes bancos que levaram a economia mundial à beira da ruína foi responsabilizado pelos malfeitos (*misdeeds*). Como pode ser isto que ninguém seja responsável? Especialmente quando houve malfeitos da magnitude dos que ocorreram nos últimos anos?’

for o agente econômico ou social, público, privado ou do terceiro setor, tem de levar em consideração o conjunto dos impactos que gera. Esta visão, de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, como critério geral de avaliação das nossas decisões, em todos os setores de atividade, é vital, e coloca no horizonte um novo paradigma do que é socialmente ético e produtivo.

Os mecanismos de gestão e de regulação

Vimos no ponto anterior que estamos evoluindo, saindo da visão da centralidade da economia, para o conceito de um processo que equilibra o econômico, o social e o ambiental. A gradual penetração desta visão nas mais variadas esferas da sociedade abre esperanças para que se ultrapasse a ficção da mão invisível, e a inoperância da separação entre agentes sociais que tocam a economia e fazem dinheiro, um Estado que banca as externalidades, e um terceiro setor que tapa os buracos mais clamorosos nas áreas ambiental e social. Trata-se de organizar a convergência do processo.

Esta convergência centrou-se no embate ideológico entre os que querem mais Estado, e os que querem mais privatização. É outra simplificação que se trata de ultrapassar. Na primeira parte deste trabalho, em que analisamos as áreas e setores diferenciados de atividade econômica, vimos que os vários setores, que obedecem a relações técnicas de produção diferenciadas, adotam também mecanismos de gestão diferenciados. A ideia é agora sistematizarmos estes diversos mecanismos.

O conceito central aqui proposto, é o da articulação de mecanismos de regulação, ou de gestão. Não há um mecanismo ideal, não há bala de prata que resolva tudo. Atividades muito diferenciadas precisam de formas diferenciadas de gestão. Trabalharemos aqui com sete mecanismos de gestão: regulação e planejamento públicos, mecanismos de mercado, articulação interempresarial, gestão local integrada, participação comunitária e concertação internacional.

A **regulação** através da política econômica do setor público, como vimos, é essencial para assegurar um razoável equilíbrio macroeconômico, intervindo sobre as principais variáveis que são a política salarial, a tributação como mecanismo de incentivo ou de redistribuição, a política de preços, os juros e a política de crédito, o câmbio e o nível da dívida pública, todas elas com impacto sobre uma variável politicamente fundamental que é o nível de empregos. Estes mecanismos já foram incorporados como legítimos e essenciais por todos os países, desenvolvidos ou não. Mas são públicos apenas em parte, pois interagem fortemente com os interesses e até comportamentos de manada, bem como chantagem ou mecanismos de desestabilização conscientemente organizados, visando vantagens nas áreas da intermediação financeira em particular. A fragilização do sistema público, como por exemplo pela perda de controle sobre o Banco Central, ou a submissão do Conselho Monetário a interesses especulativos, não só pode desequilibrar radicalmente o conjunto da economia, como o consegue efetivamente como o tem feito no Brasil e em numerosos países desenvolvidos, ou no plano mundial como se viu com a crise de 2008. A realidade é que com o poder do sistema mundial de controle dos grandes grupos financeiros, assistimos a uma erosão profunda da capacidade dos Estados garantirem estes equilíbrios. Os governos são nacionais, a finança é global. A capacidade de regulação por parte do Estado tem de ser recuperada, par ao bem de todos, inclusive do setor privado.

Um segundo instrumento público de gestão fundamental é o **planejamento**. É particularmente importante, como vimos, nas infraestruturas, que precisam de uma visão sistêmica e de longo prazo, mas também na construção de visões de longo prazo

em termos de política tecnológica, de inserção e articulação com o subcontinente, de escolha de áreas chave de desenvolvimento dadas as vocações naturais ou geoeconômicas do país e assim por diante. Hoje trabalhamos com a visão prospectiva, tipicamente de 15 ou 20 anos; o planejamento de longo prazo, em geral de 10 anos como por exemplo os planos diretores municipais; os planos plurianuais essencialmente de 4 anos, que correspondem ao tempo de exercício de uma gestão política e à grande parte de tempo de maturação e finalização de investimentos; e finalmente planos anuais que são essencialmente planos de execução orçamentária, com o sistema de seguimento físico e financeiro de execução. A capacidade de planejamento foi sistematicamente desconstruída na maioria dos países capitalistas, por se ver nos planos uma identidade ideológica com o comunismo, e sobre tudo porque para grandes grupos privados é muito mais interessante negociar obra a obra com o chefe do executivo eleito.

O planejamento, sobre tudo de longo prazo, permite submeter à sociedade as propostas, em vez de trabalhar com fatos consumados que resultam de diversos tipos de acertos com grupos privados. A ausência gritante de planejamento nos mostra por exemplo os custos sociais nas grandes cidades, onde todos pagamos por políticas decididas no varejo, segundo quem quer faturar com um viaduto ou uma canalização de córrego. Uma cidade rica e moderna como São Paulo atravancada por excesso de meios de transporte, com rios que são esgotos a céu aberto e com regiões inteiras que ficam inundadas todos os anos, ilustra bem o preço do abandono do planejamento público, resgatado parcialmente apenas nos últimos anos com os planos de mobilidade urbana, de banda larga, de saúde, de transportes e semelhantes. Não assegurar a sinergia, a coerência sistêmica e a viabilidade das iniciativas públicas no longo prazo gera uma economia de altos custos, pouco competitiva.

O mecanismo regulador que são os preços, quando estes resultam de efetiva concorrência entre muitos agentes econômicos, é importante para qualquer economia. Não se trata portanto de ser “contra” os **mecanismos de mercado**, e sim de entender as suas limitações. O mercado, é importante entendê-lo, só funciona se há concorrência. Nesta lógica, se uma empresa presta maus serviços, seja por cobrar muito caro ou por deficiência da qualidade, outra empresa irá aproveitar da fragilidade e ganhar na concorrência. Com este argumento, justificou-se a chamada livre iniciativa, ou seja, muito pouco controle ou regulação, deixando a própria competição assegurar quantidade, preço e qualidade. O problema é que em numerosas cadeias de produção, algumas grandes empresas apenas dominam o mercado, liquidando o mecanismo regulador, e neste caso as empresas passam a ter todas as vantagens de não ter controle, com as vantagens de não ter concorrência.

À medida que a concorrência foi desaparecendo de grande parte das atividades econômicas – veja-se por exemplo o caso do preço dos automóveis ou da telefonia celular no Brasil – foram-se constituindo instituições públicas de controle, como a comissão antitruste nos Estados Unidos, ou o CADE no Brasil. O problema é que os principais grupos se agigantaram ao ponto que nem aqui nem nos EUA, ou na instituição correspondente em Bruxelas, há força suficiente nestas instituições para controlar os gigantes. E no caso de prevalecer uma decisão na justiça visando romper um oligopólio, aparece sempre a possibilidade simples de transferir para outro país a sede formal da instituição. O fato de se expandirem os cartéis e oligopólios, no entanto, não reduz a importância dos mercados em inúmeras atividades, em particular quando se trata de numerosos produtores em pequena escala, pois então a concorrência passa a ser um mecanismo regulador complementar importante, sem onerar os sistemas públicos de controle. O cliente, aqui, volta a ter escolha.

A **articulação interempresarial**, outro mecanismo regulador, resulta do próprio gigantismo das empresas, e da complexidade das cadeias de produção. A Procter & Gamble trabalha com cerca de 300 produtos em quase cem países. Os milhares de empresas que são geridas por este grupo não trabalham para "o mercado", concorrendo entre si. Todas as atividades das empresas de propriedade do grupo ou subcontratadas são regidas por contratos que definem as regras do jogo, com preços administrativos de definição interna, e os preços finais, escolha dos produtos, quantidades e qualidade vão ser determinados em função da estratégia do grupo, e com gigantescos investimentos publicitários para a formação do comportamento do consumidor. Não há ali sombra de livre iniciativa, de criatividade local, de inserção nas características do país e na cultura regional, a não ser na linguagem que permita assimilar a imagem da marca. Os conglomerados viram assim gigantes articulados, que as Nações Unidas têm chamado de "galáxias" econômicas.

O resultado é um sistema de planejamento dentro de cada galáxia, extremamente rigoroso, mecanismo de gestão profundamente diferente do livre mercado, ainda que seja um sistema capitalista teoricamente fundado na filosofia do mercado. Em termos técnicos, não são as flutuações do mercado que fazem variar os preços e as quantidades, e sim os contratos interempresariais, onde normalmente o grande grupo domina o processo. Gera-se uma dinâmica de poder onde gigantes dominam, impõem as normas, padronizam os produtos, e funcionam como um país que tivesse adotado o planejamento central. Em grande parte dos restaurantes franceses, por exemplo, onde imperava a capacidade do *chef*, hoje a cozinha tem dezenas de fornos de micro-ondas onde se requeimam pratos completos recebidos em saquinhos de plástico contendo uma porção cada, vindos de alguns gigantes de distribuição, que têm suficiente força para impor preços draconianos aos pequenos produtores de legumes e outros componentes dos pratos feitos. O prazer de um prato diferenciado é aqui substituído por um sabor que responde à média mais frequente dos gostos, e o impacto indireto é que se desestrutura a produção agrícola diferenciada numa ponta, e se obriga os restaurantes, por simples questão de preço, a demitir cozinheiros na outra. O que não impede naturalmente do cardápio apresentar o nome típico regional do prato. O conjunto da economia deixa assim de trabalhar com livres fluxos de mercado, e passa a constituir coágulos altamente organizados internamente, ainda que se livrem a guerras externamente.

Um quinto grupo de mecanismos gestão está ligado ao **desenvolvimento local integrado**. Trata-se de um instrumento poderoso de organização econômica e social. Diferentemente do espaço político, com os congressos e palácios de governo, ou das empresas onde trabalhamos, aqui se trata da organização dos espaços onde as pessoas vivem, basicamente hoje as cidades, com os seus entornos rurais, territórios ditos *de proximidade*, ou de vizinhança, que regem o nosso cotidiano. Hoje se pesquisa no mundo todo em que cidades a qualidade de vida é melhor, o que envolve a força da base econômica, os equilíbrios sociais, a solidez das políticas ambientais, a riqueza e diversidade cultural. Isto se organiza, e inúmeras localidades desenvolveram tecnologias de governança que permitem consultas ágeis e regulares ao conjunto dos residentes, e sistemas sofisticados de participação. Na ausência de uma forte capacidade de governança local os rios se transformam em esgotos a céu aberto, com elevados custos em termos de saúde e de qualidade de vida, em vez de representarem espaços públicos de lazer e de qualidade de vida com baixos custos. Trata-se aqui de um espaço de organização muito subutilizado, mas também um dos que mais rapidamente evolui no mundo, com inúmeras cidades adotando planos diretores que reduzem os custos e melhoram os resultados, seguidos por conselhos de desenvolvimento abertos à

sociedade, gerando o que temos chamado de elevação da produtividade sistêmica do território.

Um sexto mecanismo de regulação cuja importância queríamos sublinhar aqui, reside no papel desempenhado pela **sociedade civil organizada**. As organizações da sociedade civil (OSC) estão adquirindo importância no mundo todo, pois permitem que demandas importantes da comunidade aflorem de maneira organizada, pressionando tanto as instituições públicas como as empresas, no sentido de obter melhores resultados em termos sistêmicos. São regularmente atacadas também, pois as empresas não gostam que denunciem o fato de jogarem os seus esgotos nos rios, e os governos não gostam que se denunciem elefantes brancos construídos para a glória de um prefeito e sem utilidade real para a comunidade. Este segmento da governança é sempre minoritário, mas muito atuante nas áreas das políticas sociais e ambientais, as mais diretamente ligadas à qualidade de vida das pessoas. Por efeitos de vizinhança, estas organizações têm normalmente mais força nos espaços locais, e se articulam muito com as decisões sobre o desenvolvimento integrado local.

Finalmente, à medida que a dimensão global das atividades econômicas se expande, torna-se fundamental desenvolver **formas internacionais e globais de concertação**. Não poderemos adiar para sempre um mínimo de organização global dos fluxos financeiros, da fiscalidade global, do controle da destruição dos bens comuns, da regulação do comércio das principais commodities, das formas de pactuação em torno de recursos naturais cada vez mais escassos como a água doce. À medida que se agravam as situações críticas, com o aquecimento global, contaminação ou esgotamento de recursos naturais, desvios dos recursos para paraísos fiscais, situações críticas em termos de desigualdade internacional, avançamos para a já mencionada catástrofe em câmara lenta, inclusive com a multiplicação dos chamados *failed states*, Estados onde há uma desagregação descontrolada da capacidade de governo.

Ao passarmos aqui rapidamente em revista sete mecanismos de gestão, ou de regulação do nosso desenvolvimento – a política econômica, o planejamento público, os mecanismos de mercado, o planejamento interempresarial, o desenvolvimento local integrado, os mecanismos participativos das organizações da sociedade civil, e os mecanismos de concertação internacional – buscamos mostrar essencialmente que precisamos ir além de privilegiar por exemplo o mercado e demonizar o planejamento público, ou vice versa. Temos de evoluir para uma compreensão maior de como diversos subsistemas de gestão foram se desenvolvendo, para o bem ou para o mal, constituindo o capitalismo realmente existente, e abrindo potenciais diferenciados segundo o peso relativo que damos a cada mecanismo.

Na primeira parte do presente ensaio, vimos que as diversas áreas e os diversos setores da economia são regulados de maneira mais competente ora pelo Estado, ora pelo mercado, ora com maior participação das OSCs. Aqui, juntamos os diversos mecanismos, sugerindo que se repensem as nossas opções, como sociedade, buscando o que funciona melhor, e que articulações são as mais promissoras. Não precisamos mais construir castelos no ar: para cada mecanismo, existem inúmeras experiências que demonstram o que funciona, e precisaremos de suficiente flexibilidade ideológica para buscar as arquiteturas organizacionais que levem a melhores resultados, não para um dos agentes econômicos, mas para a sociedade no seu conjunto e no longo prazo. A visão geral é de uma sociedade sustentável, e os mecanismos de regulação acima são ferramentas. Atividades diferentes necessitam de processos decisórios diferentes. Mas o

“Norte” do processo é a sustentabilidade, e não, como vimos, um misterioso *trickling down* ou uma irresponsável espera pela mão invisível. O problema central que se coloca, evidentemente, é *quem* assegurará estes equilíbrios no processo decisório.

A governança

O conceito de governança ajuda muito. Todos sabemos o que é governo, a máquina pública que se agigantou no último século, e que hoje administra, para o bem ou para o mal, entre um terço e a metade dos nossos recursos. Governança é um conceito mais amplo. Para que o país seja bem administrado, não basta administrar, fazer a máquina pública funcionar. É preciso que o governo se articule de maneira inteligente com os diversos agentes econômicos, sociais e culturais da sociedade. Uma federação das indústrias não produz nada, a sua função é representativa, portanto densamente política, e gera interações com diversas áreas do governo. Um sindicato como a CUT, ou um movimento como o MST representam outras organizações e interesses. Há igualmente interesses regionais, movimentos de diversos tipos, organizações da sociedade civil, sistemas organizados de pressão internacional como por exemplo a câmara americana de comércio. O conceito de governança engloba este conjunto de interações, condição básica para que não só o governo, mas o país no seu conjunto funcione.

A tendência básica na linha de se buscar a chamada boa governança, é sair da simples polarização ideológica entre estatização ou privatização, e pensar na articulação inteligente dos três principais eixos de estruturação social que são o Estado, as empresas e as organizações da sociedade civil, buscando o que funciona melhor, e em função da prosaica qualidade de vida da população, o chamado desenvolvimento sustentável.

Em termos de Estado, as alterações são profundas. Primeiro, com a expansão das políticas sociais – saúde, educação, cultura, segurança, saneamento e outros bens e serviços de consumo coletivo – é natural a máquina pública se expandir, pois sai muito mais barato e produtivo assegurar a gratuidade e universalidade para serviços básicos e o acesso a bens comuns através do sistema público. Não é uma questão de ideologia, e sim de resultados práticos que se vê em inúmeros países e nas comparações de produtividade sistêmica. Este sistema engloba também a universalização da renda básica de cidadania, pois tirar as pessoas da miséria sai incomparavelmente mais barato do que arcar com as consequências, e além das políticas sociais universalizadas, é preciso assegurar um pouco de renda que permita livre escolha de uso.

Mas também devemos repensar o lugar do Estado, pois onde funciona bem o seu peso maior foi descentralizado para as cidades, que é onde se administram melhor os bens de consumo coletivo, que exigem capilaridade e participação direta dos cidadãos na definição das prioridades e no controle das contas e dos resultados. É o chamado princípio da subsidiariedade, os problemas só devem subir na hierarquia do Estado se realmente não for possível resolvê-los mais perto da população interessada. A urbanização abre imensas oportunidades nesta linha.

Um terceiro eixo, é que as novas tecnologias de informação e comunicação permitem ter um Estado efetivamente transparente, no conjunto das suas atividades, e numerosos países estão criando leis de transparência, como o Brasil em 2012. As novas tecnologias têm aqui um imenso papel a desempenhar, tanto na organização dos fluxos internos de informação para reforçar sinergias e reduzir fragmentação ou sobreposições, como na disponibilização da informação para a população – são os donos, não meros clientes – como ainda no enriquecimentos dos sistemas de comunicação, pois só ter comunicação

comercial deforma radicalmente os processos participativos e a compreensão das políticas adotadas.

No mundo empresarial, na dimensão da sua contribuição para a governança, uma característica principal, como vimos, é o agigantamento de um número limitado de corporações, que passam a se apropriar do processo público de decisão, tanto através dos lobbies como do financiamento das campanhas, do controle da grande mídia que vive da sua publicidade, e da apropriação de segmentos essenciais do judiciário. Gera-se assim uma divisão profunda entre milhões de pequenas e médias empresas cujo horizonte é econômico, e gigantes corporativos, em geral de área de intermediação (financeira, de comunicação ou de acesso a matérias primas) cujo objetivo é econômico mas em grande parte por meio da política, o que deforma a governança global tanto em países específicos como no planeta em geral, agravando tanto os dramas ambientais como os sociais.

Um eixo central de soluções, aqui, é evidentemente a proibição do financiamento público das campanhas eleitorais, mas também a geração de transparência das contas nas suas diversas dimensões: os caixa-dois empresariais, a evasão fiscal, o uso dos paraísos fiscais e semelhantes, a corrupção generalizada apresentada como atividade legítima de lobbies. Aqui também a geração da transparência é essencial. Uma das razões da crise financeira mundial é o fato que os bancos centrais sequer tinham informações para entender a instabilidade sistêmica do mundo financeiro.

Finalmente, hoje temos numerosos instrumentos de resgate da responsabilidade social, ambiental e econômica das empresas, como o sistema Ethos no Brasil, ou de responsabilidade em termos de direitos humanos como o Princípios Norteadores aprovados inclusive pelas corporações.³⁴ O dilema evidente, aqui, é que os objetivos e os meios são claros, tanto que todas as grandes empresas hoje têm os seus departamentos encarregados da responsabilidade social e ambiental, e as suas declarações se referem permanentemente à ética e disposição de corrigir os desvios. Mas os resultados são extremamente limitados. Quem controlará quem hoje controla o poder? Todo o poder emana do povo, em seu nome é exercido, ou em proveito de quem detém o poder, que seguramente não é o povo?

O povo, para estar presente nesta contenda, precisa antes de tudo ser informado. Hoje o controle mundial da mídia, como vimos no capítulo sobre a informação, pertence a um número muito limitado de gigantes, e com intervenções políticas truculentas como as de Rupert Murdoch, ou o extremismo de defesa das elites nos grandes grupos da mídia latino-americana. A democratização da mídia torna-se por tanto um eixo fundamental da democratização em geral. Uma população informada se tornará menos tolerante de deformações corporativas ou do Estado, e terá mais voz para que as prioridades respondam aos seus interesses.

É essencial aqui a própria organização da sociedade civil. Interesses não organizados se diluem em discussões estéreis, em indignações de bar, não se transformam em pressão organizada. Os numerosos movimentos pelos direitos humanos foram fundamentais para que se aprovassem os mencionados Princípios Norteadores para o mundo corporativo, ONGs que seguem os gastos públicos são vitais para traduzir a complexa contabilidade pública em números que a sociedade possa entender. A liquidação das baleias pelas frotas japonesas, as atividades destrutivas na Amazônia nunca apareceriam

³⁴ Vejam John Gerard Ruggie, *Just Business: international corporations and human rights* - <http://dowbor.org/2013/10/john-gerard-ruggie-just-business-multinational-corporations-and-human-rights-w-w-norton-new-york-october-2013-3p.html/>

nas meios de informação se não fossem organizações da sociedade civil como o Greenpeace, Transparência Internacional, WWF e semelhantes. É vital a sociedade dispor de organizações que não têm os seus objetivos amarrados aos resultados financeiros das corporações ou aos interesses políticos de um partido político ou de um governo. A governança fica simplesmente mais equilibrada.

Diferentes das grandes organizações que defendem agendas como o meio ambiente ou os direitos humanos, são as organizações de base comunitária, como o Movimento dos Sem Teto, as organizações de favelas, as diversas associações de bairro e outras formas de organização que permitem que interesses essenciais mas fragmentados da sociedade se manifestem de forma articulada. Interesses fragmentados, ainda que sejam de milhões de pessoas, não se transformam em poder político nem influem nas decisões de uso dos recursos, enquanto forem desorganizados. A ausência dos interesses da população por exemplo na opção das metrópoles por transporte individual no lugar do transporte de massa, e que hoje leva o sistema ao colapso, mostra bem as consequências da ausência da sociedade civil informada e organizada. Na sociedade moderna complexa e diversificada, a participação do povo não pode se limitar ao voto.

O essencial aqui, é que os diversos segmentos de poder e áreas dominantes de intervenção como o Estado, as empresas e as organizações da sociedade civil estão hoje aprendendo a se articular. Estamos ultrapassando a visão simplista de empresas que apenas pensam no resultado financeiro, o Estado que cuida do social e de infraestruturas, enquanto as OSCs buscam com os seus poucos meios consertar os impactos mais dramáticos nas áreas social e ambiental. A boa governança implica cada vez mais uma sociedade onde os três grandes eixos de organização se articulem.

Esta articulação é hoje facilitada pela compreensão crescente de que as parcerias podem constituir um instrumento organizacional de primeira importância. Como vimos, as diversas atividades podem articular os diversos agentes, com por exemplo uma estrada pública ter a sua manutenção atribuída a um grupo privado, no quadro do controle de uma agência reguladora pública, e dentro de um marco jurídico estadual ou federal, com várias outras combinações possíveis. Assim a propriedade, a gestão, o controle e o marco jurídico constituem segmentos diferenciados do processo de gestão, onde o que se busca é a racionalidade do processo, respeitando a diversidade e especificidade dos diversos setores.

A explosão de movimentos de rua em diversos países, com ampla participação de cidadãos comuns, e não só de militantes de alguma organização, resultam diretamente da ausência de correias de transmissão entre a máquina pública, as empresas e a população. A articulação permanente e organização institucionalizada de consulta entre os diversos interesses está dando os primeiros passos. O Sueco médio, para dar um exemplo, participa de quatro organizações comunitárias, há uma variedade de formas de transmitir os interesses das comunidades tanto aos responsáveis políticos como às empresas que geram deformações no desenvolvimento. No sistema atual da governança os interesses da população se vêm em grande parte preteridos, e à medida que evolui a consciência das pessoas sobre as deformações, geram-se movimentos de indignação plenamente legítimos. Em outros termos, entre o poder realmente existente e a população, precisam existir mecanismos muito mais densos de participação. Há países que têm uma mídia menos controladas pelos oligopólios, recursos públicos mais descentralizados, e conselhos participativos em todos os níveis mesmo em pequenas cidades. Em outros termos criaram-se as correias de transmissão entre os interesses sociais e o sistema de alocação de recursos.

No Brasil, com conselhos de desenvolvimento econômico e social como o CDES, os conselhos correspondentes em numerosos Estados e municípios, ou por exemplo com a eleição de conselheiros nas subprefeituras de São Paulo, estão sendo dados os primeiros passos. São lugares onde os interesses econômicos, sociais, ambientais e culturais podem ser discutidos entre o conjunto dos agentes envolvidos. É inevitável, para reduzir o impacto dos desastres, gerar e manter espaços de negociação. De certa maneira, onde antes nos limitávamos em olhar o peso relativo do Estado e das corporações, com as ideologias correspondentes, começamos agora a olhar melhor os sistemas de representação e participação que reforcem o controle da sociedade civil, e do povo do qual tanto se diz que dele emana todo o poder, tanto sobre o Estado como sobre o setor privado. Em outros termos, trata-se de muito mais democracia no conjunto do processo decisório.

Considerações sobre a terceira parte: resgatando a governança

O mundo está mudando, e rapidamente. Estamos nos dotando de poderosas tecnologias, mas as leis e formas de regulação ainda obedecem ao século passado, e isto gera ameaças que hoje sentimos no esgotamento dos lençóis freáticos e na contaminação da água em geral, na liquidação da cobertura florestal, na perda de solo fértil, nos excessos de química na nossa comida, no esgotamento e ruptura de cadeias alimentares nos oceanos, no aquecimento global e outros desastres em construção. E temos 80 milhões de habitantes a mais a cada ano, todos querendo consumir mais.

No plano social, há hoje bilhões de pessoas que têm acesso a suficiente informação para saber que eles e os seus filhos estão sendo privados de bens essenciais que são abundantes e desperdiçados no lado rico do planeta. Temos também uma economia que se globalizou, sem que tenhamos construído qualquer capacidade planetária de governo, a não ser reuniões *ad hoc* dos 8 ou dos 20, reuniões de indignados nos Fóruns Sociais Mundiais, reuniões de gala e auto satisfação dos poderes econômicos mundiais em Davos. O convergência destas tendências, caracterizando a triple crise ambiental, social e econômica, constitui o desafio. Por enquanto, simplesmente não estamos à altura. O elo fraco é a governança, o processo político de decisão.

Os sistemas de representação continuam essenciais, mas são simplesmente insuficientes. O pouco que temos deve sem dúvida ser resguardado. O eixo principal aqui é o de se reduzir a deformação da representação, hoje apropriada por grandes corporações. Não há mais como fechar os olhos sobre a deformação das eleições, o controle econômico da informação na mídia, o desvirtuamento das decisões da justiça. Esta nossa democracia representativa não representa os 4 bilhões de pobres, que não têm voz, como não têm voz as gerações futuras que sofrerão as consequências dos nossos desmandos, nem a natureza que é destruída em silêncio, mas cujas reações estão já se fazendo sentir. O *homo sapiens* se julgou tão *sapiens* e tão poderoso que simplesmente descontrolou todo o processo.

A transitória socialdemocracia está hoje praticamente liquidada, sobrevivendo parcialmente nos países nórdicos e a duras penas no Canadá, mas vale como importante lição do enorme potencial que existe no equilíbrio de poderes, com a universalização de políticas sociais, sistemas de redistribuição de renda, políticas tributárias que limitam o acúmulo excessivo de fortunas e poder, a diversidade de fontes de informação de uma mídia plural, um Estado presente regulador e controlador, ainda que não necessariamente proprietário de meios de produção como na proposta socialista. Fase

transitória e instável mas que mostrou, através dos impressionantes avanços de prosperidade para a população em geral – e isto se viu tanto nos Estados Unidos a partir de Roosevelt, como na Europa e no Japão do pós-guerra. Este equilíbrio, limitado aos países ricos e fortemente apoiado, como vimos, na exploração do resto do mundo, foi rompido a partir dos anos 1980 com o neoliberalismo que nos trouxe a globalização, a dominação dos gigantes corporativos, e o poder mundial dos intermediários.

A democracia participativa está dando os primeiros passos, ainda que as próprias experiências da socialdemocracia apontem para o sucesso do modelo. Na realidade, os próprios avanços tecnológicos, com a facilidade de se gerar uma população informada, pode abrir mais caminho para este casamento da representação e da participação. Um eixo de transformações que torna isto muito mais viável é a urbanização hoje planetária, que faz com que qualquer cidade possa em grande parte tomar o seu destino em suas mãos, envolvendo o entorno rural, no sentido de gerar na base da sociedade e das nações unidades funcionais e equilibradas, que permitirão que nos níveis superiores de governo possa-se planejar efetivamente os problemas estruturais e de longo prazo. O realismo de uma guinada para a dimensão participativa da governança resulta também da mudança da composição intersetorial das nossas atividades: os grandes eixos de expansão, que são as políticas sociais e a economia criativa, constituem áreas onde a gestão local participativa é particularmente adequada, pela capilaridade das políticas sociais e pela ubiquidade do acesso ao conhecimento. E a nova conectividade planetária permite que as cidades se articulem em redes interativas. A escala aqui se gera pela riqueza das conexões horizontais, não pelo tamanho da pirâmide.

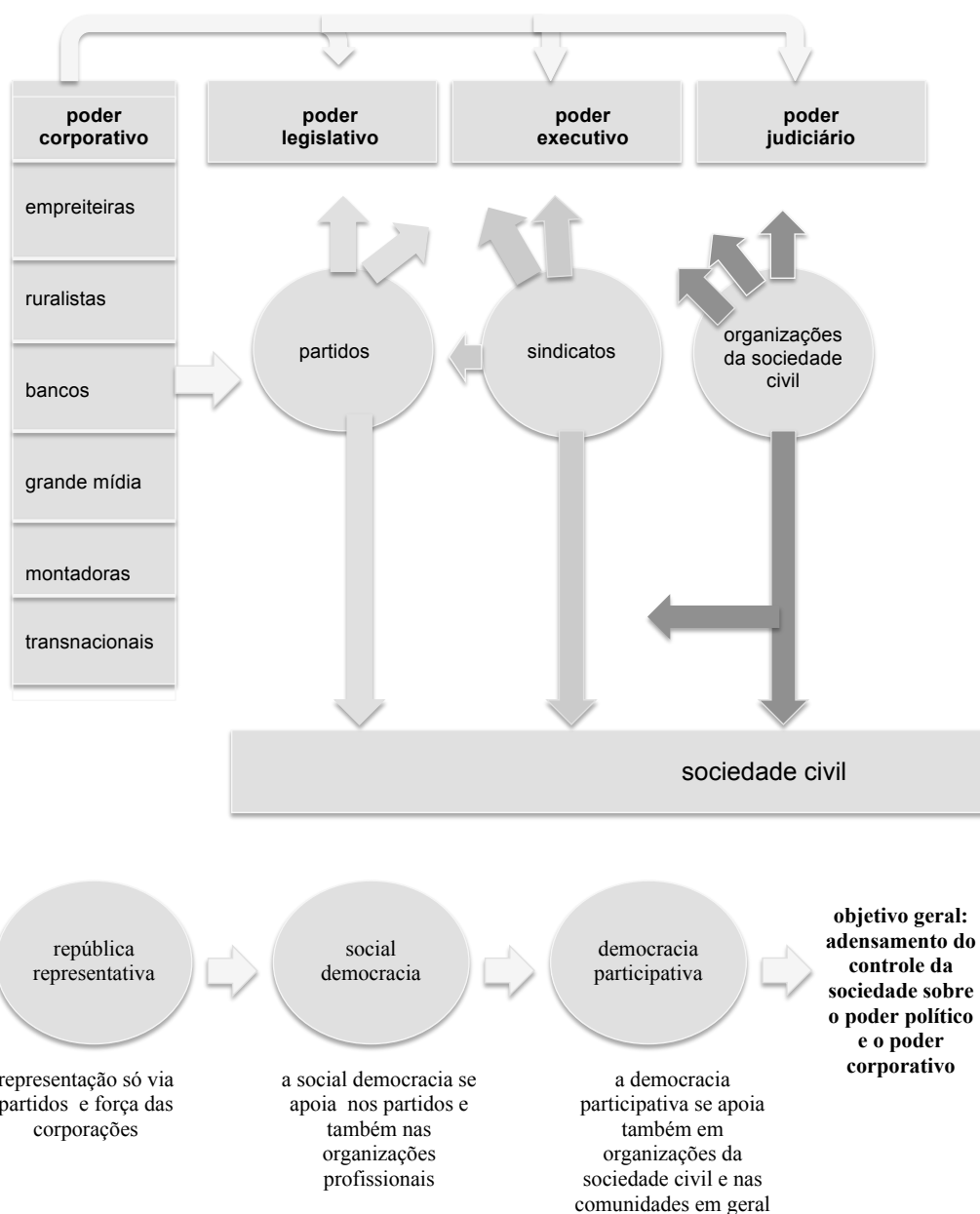
Este apanhado geral de modelos nos leva a uma sugestão de arquivarmos um pouco as grandes simplificações e os ódios ideológicos, em particular a visão dicotômica de que tudo se resolve pela privatização ou pela estatização, pelo mercado ou pelo planejamento, pelo proletariado ou pela burguesia. Somos hoje complexos demais para isto. Em particular, o *trickling down*, resumido na fórmula de um presidente americano de que temos dar mais dinheiro aos ricos pois assim haverá menos pobres, demonstrou a sua falência. Não há mais mecanismo de concorrência de mercado que mereça este nome: há guerras entre corporações sem dúvida, mas é guerra para quem agarra mais e não para quem sirva melhor à sociedade. E nesta guerra em que leva vantagem quem consegue fugir dos impostos, colocar menos filtros nos gases ou esgotos químicos, ou se apropriar melhor dos sistemas públicos, os direitos sociais, econômicos e ambientais são as vítimas.

Neste sentido sugerimos o conceito de articulação de mecanismos de regulação, colocando no centro do resgate da governança o estudo dos potenciais que ainda têm os mecanismos de concorrência, em particular na área da pequena produção mercantil, a política econômica reguladora do Estado, os sistemas públicos de planejamento econômico, social e ambiental, a gestão integrada local dos territórios baseada nos núcleos urbanos, as formas organizadas de participação da sociedade civil, os mecanismos de concertação internacional. A visão básica que queremos aqui propor, é que temos de buscar a articulação inteligente, diferenciada segundo os setores e os níveis do território, das diversas ferramentas de gestão. Pode parecer insuficientemente revolucionário ou transformador, mas estou hoje convencido, como me ensinava Ximena de la Barra, de que em nenhum momento o mundo vai parar para começar a funcionar de outra forma e com outras regras. A revolução progressiva, na linha de Gar Alperovitz, me parece uma alternativa realista, pois não podemos ficar aguardando a grande transformação e deixar o planeta, a população e as futuras gerações avançar para o que tem sido chamado de catástrofe em câmara lenta.

De forma geral podemos dizer que as tecnologias, os gigantes corporativos planetários, a conectividade global e outros processos da chamada modernidade têm se expandido muito mais rapidamente do que a capacidade de governo. Podemos também dizer que, em termos de ritmos de mudança, as tecnologias avançam com extrema rapidez, a cultura tanto das pessoas como organizacional evolui de maneira muito mais lenta, enquanto as instituições e marcos jurídicos evoluem de maneira incomparavelmente mais lenta ainda, gerando uma disritmia e desconexão dos sistemas de gestão e dos processos decisórios. Enfrentamos assim um duplo desajuste funcional: a economia se globalizou, enquanto os instrumentos de governança continuam nacionais; e as tecnologias nos dão instrumentos de intervenção extremamente poderosos enquanto os meios organizacionais e institucionais do seu controle e aproveitamento avançam a passo de tartaruga. Não basta dizer que o mundo é plano e que a mudança é fluida. Temos de traduzir estes desafios em mudanças correspondentes dos processos decisórios. No centro da estratégia, aqui, está a busca de um novo equilíbrio já não apenas entre Estado e corporação, mas envolvendo uma articulação mais equilibrada dos diversos instrumentos de governança realmente existentes.

O que resulta destas visões? Um redimensionamento dos objetivos que incorporem simultaneamente os objetivos econômicos, sociais e ambientais, no quadro de sociedades muito mais democráticas, ultrapassando a visão de que o mercado irá magicamente resolver os problemas. Uma evolução da visão de uma classe redentora que nunca chega para a construção de relações mais equilibradas entre Estado, empresa e sociedade civil. E um ultrapassar do debate mercado contra planejamento, para uma visão de subsistemas diferenciados e articulados de gestão e de regulação. Neste sentido, é um conceito de democracia econômica, com o resgate do controle da sociedade sobre os processos de sua transformação.

Resgatando a governança



CAMINHOS

O presente ensaio não visa necessariamente buscar as grandes respostas, desenhar as estratégias, o que envolveria um trabalho de outras dimensões. Quem leu o meu *A Reprodução Social*, de uma década atrás, deverá lembrar que trabalhamos ali com muitos exemplos, muitos dados estatísticos. Era uma forma inclusive, para mim mesmo, de comprovar que estava pisando em terreno razoavelmente firme. Aqui, busquei ser muito mais sintético, e na realidade mais centrado em desenhar uma forma de olhar para os processos da transformação econômica, social, ambiental e cultural.

Naturalmente, há muita coisa em comum com as linhas de pesquisa anteriores. Em particular, esta proposta de se buscar entender os mecanismos econômicos retomando as mesmas questões em três perspectivas diferentes. Na primeira parte, abrimos o leque de atividades da reprodução social para descrever os seus componentes básicos, as grandes áreas de produção, de infraestruturas, de serviços de intermediação e de políticas sociais. Sem entrar em muito detalhe, mas desdobrando as áreas em setores o suficiente para transmitir ao leitor a compreensão das especificidades, e em consequência da necessária diferenciação de como pensamos o seu funcionamento e a sua regulação.

Na segunda parte, vimos este conjunto de áreas e setores em funcionamento, enfoque essencial pois a economia constitui essencialmente um movimento, um conjunto de dinâmicas com resultantes frequentemente imprevisíveis. Na imagem que utilizamos dos mecanismos do automóvel, é diferente conhecer os componentes, e olhar como funcionam. O ciclo envolve a combinação de diversas formas de capital, que por sua vez geram bens e serviços no processo produtivo, e o resultado do processo será apropriado por diversos agentes econômicos no quadro de uma política de alocação de recursos, diretamente através de salários e lucros, ou indiretamente através da tributação e dos serviços prestados pelo Estado. Na guerra política permanente que preside à apropriação dos recursos, geram-se desequilíbrios, e o Estado terá um papel fundamental de compensar estes desequilíbrios através de diversas políticas de conjuntura que envolvem em particular os preços, o crédito e o câmbio.

No resultado final, haverá ricos e pobres, setores mais ou menos favorecidos, maior ou menor desigualdade, segundo a força de negociação, ou a capacidade de controle político, ou as diversas formas de uso de mecanismos não-econômicos ou até ilegais (como a corrupção, e os paraísos fiscais). No caso brasileiro esta parte distributiva é particularmente importante, pois somos ainda um dos países mais desiguais do planeta, tanto em termos de renda como de patrimônio, de desequilíbrios regionais, de raça e de gênero. Somos uma sociedade que apenas hoje começa a resgatar dimensões de convívio econômico mais civilizado, corrigindo as heranças deformadoras da escravidão, dos desequilíbrios cidade/campo, dos ciclos de monocultura de agro-exportação que tanto marcaram o nosso território.

A terceira parte, resgatando a governança, buscou delinear as formas de organização que possam facilitar as transformações necessárias. Trata-se de assegurar uma economia competitiva, mas também o equilíbrio social e a sustentabilidade ambiental. A linha geral sugerida é que estamos evoluindo, ou tentando evoluir, para um sistema político mais democrático, em que a própria economia seja democratizada. Os privilegiados, note-se, nunca soltaram os seus privilégios, por absurdos que fossem, sem que houvesse muita pressão, e frequentemente até violência. Os grandes grupos que hoje se apropriam de uma parcela da produção social do planeta e dos países em nível totalmente

desproporcional relativamente à sua contribuição, não só defendem com unhas e dentes os seus privilégios, como ainda conseguem muitas mentes brilhantes que explicam, com doudas teorias, que esta injustiça, desorganização e desperdício de recursos são para o bem de todos. Os privilegiados insistem na sua superioridade ética, e se convencem que as suas fortunas são merecidas. Aos que buscam um pouco de ordem e equilíbrio, acusam de serem invejosos, ou subversivos.

Naturalmente, na caminhada que apresentamos, há valores. Anos de trabalho em diversos países, sete anos na África, anos na América Central, em países ricos e pobres, islâmicos ou católicos, capitalistas ou socialistas, ou distantes de tudo como a Mongólia, sempre trabalhando com planeamento do desenvolvimento, e portanto tendo a oportunidade de entrar rapidamente no núcleo dos problemas e na rede de informações, com visão privilegiada, me tiraram o gosto dos dogmas e das grandes verdades, tão frequentemente geradoras de tragédias. Passando na peneira, da maneira mais honesta possível, o que funciona, o que efetivamente dá resultados em termos de uma vida melhor para as pessoas, a convicção que me resta é que onde as coisas funcionam é porque a sociedade participa ativamente dos processos decisórios. E vi estes mecanismos funcionarem desde as comunidades mais pobres da África até as mais ricas da Escandinávia.

Uma das principais formas de fazer um país avançar, é justamente facilitar, organizar e institucionalizar esta participação. A participação tende a resgatar valores. Na minha cabeça, é um escândalo inaceitável termos um bilhão de pessoas reduzidas a uma vida humilhante, centenas de milhões de mães que não têm como dar a comida aos seus filhos, enquanto grandes corporações fazem fortunas vendendo armas, banqueiros ganham bilhões sem financiar o desenvolvimento, travando-o pelo contrário, donos de mídia e os seus jornalistas mentindo descaradamente na defesa oportunista dos mais fortes.

Há tempos um aluno me perguntou se eu acreditava que o homem é naturalmente bom. É a velha questão de Rousseau, do bom selvagem deformado pela sociedade. A realidade é que todo homem é bom e mau, todos temos lados de profunda generosidade e afloramentos de perversidade. A questão não é refletir sobre a natureza do homem ou esperar que ele mude. Quem viveu guerras ou movimentos violentos, sabe a que ponto pessoas que se dedicavam pacatamente ao bem estar das suas famílias e das suas comunidades, em determinadas circunstâncias se transformam em bichos, capazes das piores barbaridades. O caminho é identificar as dinâmicas que nos jogam uns contra os outros, e as instituições e regras do jogo que nos unem numa tarefa construtiva comum. Os alemães, para dar um exemplo mais extremo, mas são tantos, são hoje um povo pacífico e solidário, e duas gerações atrás este mesmo povo gritava slogans absurdos de ódio. Não era falta de cultura nem de educação. Era a perversão das instituições, apropriadas por um grupo, mas sustentadas por muitos. O problema não é Hitler, e sim por que tantos o seguiram. Candidatos a Hitler haverá sempre.

Este breve ensaio não visa ser um manual de economia para pessoas tirarem um diploma na área. Mais bem resulta da minha compreensão de que muitas das grosseiras deformações que hoje constatamos não teriam espaço se muito mais gente entendesse dos mecanismos, e tivesse desta forma mais ferramentas para brigar por uma sociedade melhor. Eu acho que a revolta dignifica, e temos de ter muito mais gente com suficiente visão para se revoltarem, e suficiente compreensão para que a revolta seja construtiva.